

Elieti Biques Fernandes

**O SETOR DE CACHAÇA ARTESANAL DA REGIÃO DO LITORAL  
NORTE GAÚCHO: PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO?**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sueli Goulart

**Porto Alegre  
2010**

Elieti Biques Fernandes

O SETOR DE CACHAÇA ARTESANAL DA REGIÃO DO LITORAL NORTE GAÚCHO:  
PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO?

Aprovado em 20 de maio de 2010

BANCA EXAMINADORA

---

PROF. DR. PAULO PEIXOTO ALBUQUERQUE

---

PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>. MARIA CECI ARAUJO MISOCZKY

---

PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>. CRISTINA AMÉLIA CARVALHO

---

Orientadora – PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup> SUELI MARIA GOULART SILVA

## **AGRADECIMENTOS**

À minha família, em especial a Luiz Karlan, pelos vários momentos de apoio e outros em que abdicaram de minha companhia.

Aos professores e colegas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em especial à minha orientadora Professora Sueli Goulart.

Aos meus amigos que me apoiaram e incentivaram a não desistir.

## RESUMO

Esta dissertação tem por foco analisar e compreender o processo de estruturação do setor de produção de cachaça artesanal da região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Com o objetivo de delinear o processo de estruturação do setor e desvelar as práticas que estão sendo construídas, incluindo o modo como o são e a que(m) favorecem, buscou-se elementos da teoria da estruturação proposta por Giddens (2009) que traz a interação ação-estrutura que dinamiza as articulações iniciais de um processo de institucionalização. Outros *insights* são advindos de conceitos desenvolvidos por Berger e Luckmann (2009) na obra “A construção social da realidade” e da teoria neo-institucionalista (ZUCKER, 1977, DIMAGGIO; POWELL, 1999, DiMAGGIO, 1988, 1991, TOLBERT; ZUCKER, 1999, MEYER; ROWAN, 1999, SCOTT; MEYER, 1999, SCOTT, 1999, 2001). O esforço de análise e compreensão desse processo de estruturação, considerando uma correlação entre a ação dos atores do setor e sua estruturação, foi apoiada pela perspectiva da análise de discurso através do modelo discursivo de institucionalização proposto por Phillips et al. (2004). Esse modelo é composto por 7 proposições teóricas e considera uma relação mutuamente constitutiva entre discurso, texto e ação, e objetiva demonstrar a importância dos textos e dos discursos no processo de institucionalização. A partir da aplicação parcial desse modelo, proposições anteriores ao processo de institucionalização, foram analisadas as ações e textos dos atores que compõem o setor e prospectados seus respectivos discursos. Dentro do escopo desse trabalho, o modelo discursivo de institucionalização sinalizou as ações e textos indicativos de um processo de estruturação e revelou as relações desiguais de forças entre os atores que compõem o setor. A pesquisa de campo revelou que o processo de estruturação está sendo delineado por dois discursos: um discurso que se destaca em que um conjunto de atores, que detém interesses específicos e recursos dentro do setor, desenvolve ações estratégicas para se distinguirem das demais organizações através do produto cachaça artesanal; e, um discurso em que um conjunto de atores busca minimizar a relação de dependência das organizações informais e garantir a sobrevivência dos produtores rurais através do desenvolvimento de alternativas de produção para a região em que estão inseridos. Perceber o delineamento desse processo de estruturação e as possíveis consequências para o setor de cachaça artesanal permitiu desvelar relações construídas a partir de interesses específicos de algumas organizações. Esta pesquisa apresenta *insights* que podem ser úteis sobre as possibilidades de um eminente processo de institucionalização do setor. Fato que pode resultar na construção de uma legitimidade limitada ao entendimento de alguns propósitos específicos, acarretando em um enrijecimento nas relações entre os atores que, seguramente, trará implicações, econômicas, sócio-culturais e organizativas para a totalidade dos atores envolvidos, representando um “risco” a demandas mais particulares das comunidades onde se inserem as organizações.

**Palavras-chave:** Setor de Cachaça Artesanal, Processo de Institucionalização, Processo de Estruturação, Análise de Discurso, Modelo Discursivo de Institucionalização.

## ABSTRACT

This work focuses on the analysis and comprehension of the structuring process of the craft cachaça's productive sector that is located in the region of the North Coast of Rio Grande do Sul.

In order to delineate this sector's structuring process and unveil the practices that are being built, including how and who(m) they favor, we sought evidence of the structuration theory proposed by Giddens (2009) that brings the action-structure interaction which drives the joints of an initial process of institutionalization. Other insights are coming from concepts developed by Berger and Luckmann (2009) on his work "The Social Construction of Reality" and the neo-institutional theory (ZUCKER, 1977, DIMAGGIO, POWELL, 1999, DiMaggio, 1988, 1991 TOLBERT, ZUCKER, 1999 MEYER, ROWAN, 1999, SCOTT, MEYER, 1999, SCOTT, 1999, 2001).

The analysis and understanding effort of this structuring process, in which the correlation between the sector actors' actions and its structuring process, was supported by discursive analysis perspective through the discursive model of institutionalization proposed by Phillips et al. (2004). This model consists of seven theoretical propositions and considers a mutually constitutive relationship among discourse, text and action, and aims to demonstrate the importance of texts and discourses in the institutionalization process.

Departing from this model's partial implementation, which are propositions prior to the institutionalization process; we analyzed the sector actor's actions and texts and prospected their respective discourses. Within this work's scope, the institutionalization's discursive model signaled the actions and texts proper of a structuring process and revealed the unequal power relations between the sector's actors.

The research field revealed that the structuring process is outlined by two discourses. First, a discourse that stands in an actors' group which has specific interests and resources within the sector and develops strategic actions to distinguish themselves from other organizations across the craft cachaça product, and second, a discourse in which a set of actors seeks to minimize the informal organizations' interdependence and ensure the farmers' survival through the development of production alternatives for the region where they live.

The realization of this structuring process' design and the possible craftwork industry's consequences allowed us to reveal relations constructed from some organizations' special interests. This research provides insights that can be useful on the possibility of an imminent institutionalization process of the sector.

The fact, in which may result in the construction of a limited legitimacy to the understanding of some specific purposes and also may result in stiffened relations between actors, will undoubtedly bring, to all the actors involved, economic, socio-cultural and organizational implications, which mean a "risk" to more specific demands for the communities where this organizations are inserted.

**Key Words:** Craft Cachaça Sector, Institutionalization Process, Structuration Process, Discourse Analysis, Discourse Model of Institutionalization.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 -	Processos inerentes à institucionalização .....	24
FIGURA 2 -	Modelo Discursivo de Institucionalização .....	34
FIGURA 3 -	Delimitação do processo de estruturação sobre o modelo discursivo de institucionalização .....	39
FIGURA 4 -	Municípios do Litoral Norte Gaúcho .....	49
FIGURA 5 -	Mesa de degustação de cachaça - <i>Workshop</i> : Internacionalização do Setor da Cachaça .....	66
FIGURA 6 -	Placa externa da identificação e de inauguração da COOPERCANASUL.	86
FIGURA 7 -	Produção e embalagem da rapadura e área destinada à produção, armazenagem e envase da cachaça .....	87

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 -	Codificação das entrevistas realizadas com os atores identificados no setor .....	38
QUADRO 2 -	Categorias de análise no plano empírico .....	40
QUADRO 3 -	Microrregiões Turísticas do Rio Grande do Sul .....	48
QUADRO 4 -	Quadro comparativo entre os municípios da região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul .....	51
QUADRO 5 -	Dados relativos a produção, venda e valor da produção da aguardente de cana-de-açúcar dos municípios da região Litoral Norte .....	52
QUADRO 6 -	Organizações do Grupo Alambiques Gaúchos .....	61

## LISTA DE SIGLAS

ABDE - Associação dos Bancos de Desenvolvimento

ABRABE – Associação Brasileira de Bebidas

AD – Análise de Discurso

AMLINORTE – Associação dos Municípios do Litoral Norte

APAE – Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais

APL - Arranjo Produtivo Local

APRODECANA - Associação dos Produtores de Cana-de-açúcar e derivados

BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEBRAE - Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena Empresa

CONBRAC - Congresso Brasileiro da Cachaça

COOPERCANASUL – Cooperativa de Produtores de Cana-de-açúcar e Derivados do Rio Grande do Sul

COREDES - Conselhos Regionais de Desenvolvimento

EMATER/RS-ASCAR - Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural e Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EnANPAD - Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração

ESPM - Escola Superior de Propaganda e Marketing

EXPOINTER - Exposição Internacional de Animais, Máquinas, Implementos e Produtos Agropecuários

FARSUL - Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul

FEE - Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

FENACA - Federação Nacional das Associações dos Produtores de Cachaça de Alambique

FETAG/RS - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio grande do Sul

FIERGS - Federação da Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos



FIPENE - Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa

FUNTEC - Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico

GAG - Grupo Alambique Gaúchos

IBAMETRO - Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade

IBGE - Instituto Brasileiro de geografia e Estatística

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDIC - Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio

PBAC - Programa Brasileiro da Avaliação da Conformidade

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RACC - Regulamento de Avaliação da Conformidade da Cachaça

SAA - Secretaria da Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócio do Rio Grande do Sul

SEBRAE/RS - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Rio Grande do Sul

SEDAI - Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SETUR - Secretaria do Turismo do Rio Grande do Sul

SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática

SIGEOR - Sistema de Informação da Gestão Estratégica Orientada para Resultados

SIPE - Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos

UESC - Universidade de Santa Cruz

UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UNESP - Universidade Estadual Paulista

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ÚNICA - União das Indústrias de Cana-de-açúcar

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	11
2 OBJETIVOS .....	16
2.1 Objetivo Geral .....	16
2.2 Objetivos Específicos .....	16
3 JUSTIFICATIVA .....	17
4 REFERENCIAL TEÓRICO-EMPÍRICO.....	22
4.1 O Processo de Institucionalização .....	22
4.2 O Processo de Institucionalização a Luz da Teoria Giddesiana e da Noção de Construção Social da Realidade formulada por Berger e Luckmann .....	28
4.3 O Modelo Discursivo de Institucionalização .....	31
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	36
5.1 Coleta e Análise do Dados .....	36
6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS .....	41
6.1 A Região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul .....	41
6.2 O Setor de Produção de Cachaça Artesanal da Região do Litoral Norte Gaúcho ....	47
6.3 As Ações e os Textos produzidos, consumidos e distribuídos pelos Atores que compõem o Setor de Cachaça Artesanal .....	54
6.3.1 As Ações e os Textos Atores: APRODECANA, Grupo Alambiques Gaúchos e SEBRAE .....	55
6.3.2 As Ações e os Textos da EMATER .....	73
6.3.3 As Ações e os Textos da COOPERCANASUL .....	84
6.4 Os Discursos Presentes no Setor de Produção de Cachaça Artesanal da Região do Litoral Norte Gaúcho .....	90
6.5 O Processo de Estruturação do Setor de Produção de Cachaça Artesanal da Região Litoral Norte Gaúcho .....	94
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	101
REFERÊNCIAS .....	105

## 1 INTRODUÇÃO

Início este exercício reflexivo com uma citação que expressa o meu entendimento sobre o desafio enfrentado pelos aspirantes a mestre na Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS:

[...] quando aquilo em que sempre acreditamos é contrariado por uma outra forma de conhecimento, entramos em crise. Algumas pessoas se esforçam para fazer de conta que não há problema algum e vão levando a vida como se tudo estivesse "muito bem, obrigado". Outras, porém, sentem-se impelidas a indagar qual é a origem, o sentido e a realidade de nossas crenças (CHAUI, 2005, p. 16).

Por vezes nesse último ano de mestrado tenho me indagado sobre os pensamentos que me animam: afinal será que eu não penso o que eu penso? Por diversas vezes, encerrei essa questão incômoda com a afirmativa que consola: claro que penso, e manifesto toda essa liberdade de pensar nos textos que produzo, nas palavras que compõem a materialização do meu pensar individual. Que ingenuidade! Dizer e escrever são manifestações dos pensamentos que estão condicionados à visão de mundo dos indivíduos (FIORIN, 2007). É como se o texto estivesse produzido em “idioma” inteligível aos membros do grupo, e se quebro a simetria lingüística do grupo, o que requer esforço já que não reconheço o assimétrico, perco estabilidade, deixo a zona de conforto, ganho a possibilidade de pensar mais.

Entendo os textos como os documentos escritos ou impressos, as entrevistas transcritas, os *web sites*, entre outros. Nas palavras de Fairclough (2008, p. 3), os textos são as verdadeiras instâncias da linguagem em uso.

Segundo Fiorin (2007), os indivíduos aprendem sua visão de mundo pelos discursos interiorizados e, geralmente, reproduzem essa formação discursiva em suas falas e/ou escritas. Essa formação discursiva é ensinada a cada um dos membros de uma sociedade ao longo do processo de aprendizagem, possibilitando assim que o homem construa os seus discursos e reaja linguisticamente aos acontecimentos.

Esse autor, apesar de considerar que, predominantemente, o discurso é lugar de reprodução ao invés de criação, não elimina a possibilidade de elaboração de um discurso crítico. Para Fiorin (2007), o discurso crítico é assimétrico e não surge do vazio, ele é constituído a partir dos conflitos e das contradições existentes na realidade. Por sua vez, essas contradições não são evidentes, passam despercebidas quando não há uma postura reflexiva

frente ao mundo. Essa postura é viabilizada pelo exercício reflexivo constante, pelo dispêndio de esforços no redirecionamento de um olhar por tantos anos focado na mesma direção.

Entendo discursos como as formas de representar os aspectos do mundo – processos, relações e estruturas do mundo material, do mundo dos pensamentos, sentimentos, crenças etc. e do mundo social, ou seja, os discursos sinalizam as visões particulares da linguagem em uso (FAIRCLOUGH, 2008). Ao usar o termo discurso, Fairclough (2001, p.90-1) se propõe a considerar o uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade meramente individual ou reflexa de variáveis situacionais.

Durante o primeiro ano do curso de mestrado pude constatar um hiato entre a formação recebida, estou me referindo à graduação em administração, e a pretendida pelo programa de pós-graduação na mesma área<sup>1</sup>. Aqui, utilizo a palavra hiato pelo sentido de lacuna e interrupção, que expressa uma descontinuidade formativa. Contudo, não posso afirmar que a visão romantizada da realidade foi diluída por completo em novas perspectivas possíveis, porém, a visão de uma realidade sólida e impermeável apresenta certo grau de transparência que me permite ver, ainda que com certa dificuldade, através da sua tessitura.

Esse conjunto de considerações corresponde ao maior dos desafios a que estou submetida nesta pesquisa. Extrapolar a percepção limitada de mundo que me animava, transpor limites e ampliar horizontes através das novas possibilidades que se postaram ao meu alcance.

Inicialmente, o tema de pesquisa escolhido foi o processo de internacionalização das pequenas e médias empresas (PME's). Essa decisão foi fundamentada na minha experiência como profissional da área de comércio exterior e, concomitantemente a isso, à percepção de que o fortalecimento das PME's está vinculado ao desenvolvimento das comunidades em que estão localizadas.

Assim, estabeleci uma relação entre o tema de pesquisa e a realidade conhecida através da afirmação de que, geralmente, o processo de internacionalização das PME's é subsidiado por organizações de apoio ao comércio exterior. Essas organizações estabelecem uma “ponte” entre as políticas públicas governamentais de fomento à exportação e às empresas de pequeno e médio porte que se interessam no desenvolvimento de atividades no exterior. Outrossim, essas empresas são compelidas a formalizarem seus procedimentos e adaptarem suas estruturas com a finalidade de conquistarem novos mercados.

---

<sup>1</sup> PPGA/UFRGS – Organizações.

Refletir a respeito das relações, preliminarmente estabelecidas, entre as PME's e as organizações de fomento me fez buscar pelos pressupostos que lhes dão sustentação. Entretanto, o que percebi foram relações pré-construídas, revestidas de naturalidade e certezas. Se tomadas como objeto de pesquisa seriam respostas para perguntas prontas.

De forma irônica, o sociólogo francês Pierre Bourdieu (2004) coloca a seguinte indagação: por que construir objetos científicos se podemos tomá-los da sociologia espontânea? Esta nos oferece a comodidade dos objetos pré-construídos que aceitam a aplicação de técnicas científicas, são claramente definidos, higienicamente embalados e prontos para consumir.

Porque iniciar pela resposta é permanecer em uma mesma perspectiva, ratificar a mesma visão de mundo, aceitar o olhar viciado pela nossa própria inserção no mundo social. É fatalmente “ficar(mos) exposto(s) a tratar diferentemente o idêntico e de uma forma idêntica o diferente” (Bourdieu, 2004, p.49), ou seja, permanecer inerte na incapacidade de pensar o impensado, não produzir, reproduzir segundo uma ordem dada.

Na perspectiva de um olhar menos enviesado para o tema escolhido, o meu projeto de pesquisa foi desenvolvido a partir de um objeto que versava sobre o modelo de internacionalização dos alambiques gaúchos. O mote do projeto era a articulação dos diversos atores do setor na busca da legitimação de um processo específico de internacionalização para as PME's. Considerando que esse processo tem presença significativa junto às organizações e se constitui no foco de políticas governamentais de fomento a exportação, minha pretensão foi buscar compreender as práticas discursivas que permeiam o processo de legitimação desse modelo de internacionalização.

A seleção do setor de produção de cachaça artesanal do Rio Grande do Sul foi motivada pelas características das organizações, visto que os alambiques artesanais pressupõem empresas de pequeno e médio porte. Na aproximação preliminar ao objeto de pesquisa foram coletados dados secundários em trabalhos científicos, arquivos públicos, particulares, fontes estatísticas, *web sites* desenvolvidos pelos atores ligados, direta ou indiretamente, ao setor de produção de cachaça artesanal do Rio Grande do Sul.

Também, foram realizadas duas entrevistas exploratórias. A primeira, concedida pela empresária Sra. Patrícia Braga<sup>2</sup>, sócia e diretora do alambique Dom Braga, empresa participante do Grupo Alambique Gaúchos (GAG), e, a segunda, concedida pelo ex-gestor de projetos do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul

---

<sup>2</sup> Em entrevista concedida na empresa Dom Braga em 17 fevereiro de 2009.

(SEBRAE/RS) e atual executivo da Associação dos Produtores de Cana-de-açúcar e seus derivados do Rio Grande do Sul (APRODECANA), Sr. Fernando Andrade<sup>3</sup>.

Contudo, a defesa do projeto de pesquisa propiciou diversos apontamentos da banca avaliadora. Essa seção me colocou em dúvida sobre a construção do meu objeto de pesquisa que permanecia sob forte influência de uma perspectiva que valorizava uma pequena parte do setor de cachaça artesanal e, simplesmente ignorava a grande maioria dos atores envolvidos.

Nessa etapa foi necessário exercitar a postura reflexiva que venho buscando durante o curso de mestrado. A reavaliação do meu projeto a partir dos apontamentos da banca e de uma nova aproximação ao tema possibilitou a construção de um novo objeto de pesquisa, com o qual espero contribuir para a sociedade em que estou inserida.

Esta aproximação mostrou, entre outras coisas, articulações e disputas em torno da caracterização da legítima cachaça brasileira, algumas organizações formais de produção de cachaça artesanal que defendem sua posição entre competidores “desleais”; grandes produtores de cachaça industrial e alambiques informais de cachaça artesanal; e a grande maioria das organizações que segue o modelo de agricultura familiar e, provavelmente, está pouco interessada no desenvolvimento do processo de internacionalização, e sim, na sobrevivência da sua, e em muitos casos, única fonte de renda.

Em torno de demandas como a padronização do destilado artesanal, rigor na fiscalização dos alambiques, políticas públicas de apoio a atividade e reconhecimento do domínio da legítima cachaça brasileira, um conjunto de atores vem se articulando. Essa articulação sinaliza para um provável movimento de estruturação do setor de cachaça artesanal do Rio Grande do Sul. Como indica DiMaggio (1999), tal processo é anterior e decisivo para a institucionalização de práticas e formas organizacionais, tema central da agenda de pesquisa institucional.

Para estudar o processo de estruturação de uma forma organizacional é importante considerar a concepção giddensiana de estrutura e estruturação. A Teoria da Estruturação (GIDDENS, 2009) fornece pressupostos, como a dualidade da estrutura, que trata ação e estrutura implicadas dialeticamente. Para esse autor, a estrutura é simultaneamente restritiva e facilitadora, e está recursivamente organizada pelas propriedades estruturais de sistemas sociais.

---

<sup>3</sup> Em entrevista concedida na Escola de Administração – UFRGS em 09 de abril de 2009.

A partir dessas considerações e da possibilidade de desvelar as práticas que estão sendo construídas, incluindo o modo como o são e a que(m) favorecem, minha questão de pesquisa é:

**Como vem se delineando o processo de estruturação do setor de produção de cachaça artesanal na região Litoral Norte do Rio Grande do Sul?**

O esforço de análise e compreensão do processo de estruturação do setor de cachaça artesanal da região em questão, considerando uma correlação entre a ação dos atores do setor e sua estruturação, foi apoiado pela abordagem teórico-metodológica da Análise de Discurso (AD). Destarte, foram consideradas as ações e os textos produzidos, consumidos e distribuídos pelos atores que compõem o setor.

A análise desses elementos foi operacionalizada pelo modelo discursivo de institucionalização proposto por Phillips et al. (2004). Esse modelo considera uma relação mutuamente constitutiva entre discurso, texto e ação, e apresenta um conjunto de proposições teóricas que objetivam demonstrar a importância dos textos e dos discursos no processo de institucionalização. Cabe destacar que foram consideradas as proposições anteriores à institucionalização, visto que se aplicam aos sinais iniciais do processo de estruturação.

A confluência das ações e textos evidenciou formações discursivas distintas que mantêm relações cruciais para a compreensão do processo de estruturação. Essas formações exibem textos amplamente consumidos e distribuídos no setor, o que caracteriza a capacidade de deixar traços no discurso mais amplo. Esse discurso habilita e constrange todo o espaço discursivo. Segundo Fairclough (2001, 2008), existe uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, assim o discurso é moldado e restringido pela estrutura no sentido mais amplo e em todos os níveis, mas também responde por essa estrutura. O resultado da tensão entre estrutura e agência são as ações e textos inscritos em processos de estruturação.

## **2 OBJETIVOS**

Os objetivos da dissertação têm a finalidade de nortear a pesquisa desenvolvida. Neste sentido, o propósito deste estudo foi delimitado pela elaboração de um objetivo geral, desdobrado em cinco objetivos específicos, a fim de distinguir as etapas do desenvolvimento da pesquisa.

### **2.1 Objetivo Geral**

Analisar e compreender o processo de estruturação do setor de produção de cachaça artesanal da região Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

### **2.2 Objetivos específicos**

- Caracterizar o setor de produção de cachaça artesanal situado no Litoral Norte gaúcho;
- Identificar e caracterizar as ações e os textos dos atores que compõem o setor;
- Prospectar os discursos presentes no setor;
- Identificar as ações e os textos indicativos de um processo de estruturação; e
- Caracterizar o processo de estruturação do setor na região em estudo.



### 3 JUSTIFICATIVA

Segundo a União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (UNICA, 2009), o Brasil é o maior produtor de cana do mundo, seguido pela Índia e Austrália, e o único país produtor e exportador do derivado cachaça, que ocupa a terceira posição entre os destilados mais consumidos mundialmente (ABRABE, 2009).

Estudar o setor de produção de cachaça é resgatar um pouco da história do Brasil. Segundo Câmara (2004, p. 24), “antes de ser um produto econômico, [...] um artigo comercializável, a cachaça é uma façanha da gente brasileira, uma obra da nossa História, uma das mais belas e autênticas expressões da nossa Cultura”. O destilado de cana surgiu com os primeiros engenhos de açúcar do País (1533-1534) e foi

[...] em vários momentos da história, a marca da independência e da soberania da Nação. Era a bebida que unia nas conspirações libertárias, que estimulava os atos de bravura e selava as vitórias do povo. Assim, ela comemorou, nas ruas, o Grito do Ipiranga, festejou a Abolição da Escravatura, saudou a República e brindou a Nacionalidade. Nas Guerras Cisplatinas (1852) e do Paraguai (1864-70), e no massacre de Canudos (1893-7), a cachaça banhou o fio da espada e foi tomada como pólvora “p’ra dar coragem” (CÂMARA, 2004, p. 22).

Câmara (2004, p.23) afirma que a cachaça alcançou o século XX como uma bebida eminentemente popular, “o vinho dos pobres”. Atualmente, a bebida continua bastante desvalorizada pelas classes média e alta que pouco bebem cachaça e quando o fazem expressam a qualidade do destilado da seguinte maneira: “Bebi uma cachaça que era um uísque [...]. Rapaz, a garrafa de cachaça tinha o preço de um litro de uísque [...]” (CÂMARA, 2004, p.105). Para esse autor, as comparações, anteriormente citadas, são descabidas e ocorrem porque as pessoas desconhecem a cachaça na sua escala cultural de valores e referências.

Para corroborar, a própria palavra cachaça esta impregnada de carga pejorativa. Cachaça vem do espanhol “cachaza” que significa uma bagaceira inferior (CÂMARA, 2004). A ojeriza pela possibilidade de rejeição que o termo pode causar nas pessoas já fez com que a Associação Mineira de Produtores de Aguardente de Qualidade (AMPAQ), organização pioneira que objetiva articular os produtores de cachaça fundada em 1988, optasse pela exclusão da palavra cachaça do seu nome (BEIRÃO, 2010).

Marcelo Câmara (2004), assim como já havia sido feito pelo folclorista Luis da Câmara Cascudo, cita centenas de sinônimos que podem significar, por vezes, afeto e

familiaridade com uma bebida tão popular como a cachaça. No entanto, denuncia uma abundância de eufemismos, nas palavras de Beirão (2010, p.40), “um disfarce de linguagem para, nas boas famílias, encobrir a execração”.

Apesar dos percalços, o setor de produção de cachaça coleciona dados impressionantes. Conforme Câmara (2004), a produção nacional de cachaça é de 1 bilhão e 300 milhões de litros/ano, emprega 450 mil pessoas e gera uma receita aproximada de USD 500 milhões/ano. Do volume produzido, 1 bilhão de litros é consumido no Brasil. “Calcula-se que 100 milhões de doses de cachaça são tomadas diariamente das 19 às 21 horas pelo povo trabalhador, como relaxante depois de um dia de trabalho ou como ‘abrideira’ para o jantar familiar” (CÂMARA, 2004, p.94). Câmara indica que o brasileiro bebe em torno de 11 litros/ano de cachaça, índice superior aos tradicionais consumidores de destilados – alemães, húngaros e poloneses – que consomem entre 9 e 10 litros/ano.

Não há dados precisos quanto ao número de produtores de cachaça no Brasil. Várias estimativas indicam a existência de, aproximadamente, 30 mil produtores do destilado em território nacional (formais e informais). Desse total, 25 mil são produtores artesanais (CÂMARA, 2004) que respondem por 30% da produção do destilado (SEBRAE/ESPM, 2008). A distribuição regional aponta para a existência de 3 mil alambiques artesanais no Rio Grande do Sul; destes alambiques, segundo o executivo da APRODECANA, Fernando Andrade, apenas, 2% encontram-se formalizados. A cachaça artesanal é produzida em alambiques<sup>4</sup>, geralmente associados à agricultura familiar, com plantações próprias, sem agrotóxicos, colheita manual, sem uso de queimadas e fermentação natural. Por sua vez, a cachaça industrial é obtida em destiladores de coluna, também conhecidos como destiladores contínuos<sup>5</sup>. Para manter uma alta produtividade do destilado, as empresas demandam grandes culturas de cana-de-açúcar, agroquímicos, colheita mecanizada, uso esporádico da queima da palha e fermentação por produtos quimicamente sintetizados (SEBRAE/ESPM, 2008).

Segundo a Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural e Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural - EMATER/RS-ASCAR

---

<sup>4</sup> Recipiente geralmente feito de cobre e às vezes de aço inoxidável, usado na destilação da cachaça. Os primeiros alambiques produzidos no Brasil Colônia eram de barro, conforme relato do viajante inglês Henry Koster em seu livro *Travel in Brazil*, publicado em Londres no ano de 1816, quando viajava pelo Estado do Ceará. Disponível em: <<http://www.cachacadorei.com.br/glossario.asp>>. Acesso em: 10 de jan. 2010.

<sup>5</sup> É utilizado no processo de destilação contínua, método mais barato e mais rápido que a destilação em alambiques em série. Funciona através de placas feitas de aço inoxidável pelas quais a ascendente de vapor encontra o líquido alcoólico, retirando-lhe Recipiente geralmente feito de cobre e às vezes de aço inoxidável, usado na destilação da cachaça. Os primeiros alambiques produzidos no Brasil Colônia eram de barro, conforme relato do viajante inglês Henry Koster em seu livro *Travel in Brazil*, publicado em Londres no ano de 1816, quando viajava pelo Estado do Ceará. o álcool na sua passagem. Disponível em: <<http://www.cachacadorei.com.br/glossario.asp>> Acesso em: 01 de ago. 2009.

(2009), a produção de cachaça artesanal do Rio Grande do Sul ocorre, praticamente, em todas as regiões do estado e destina-se a atender o mercado local: as comunidades onde a atividade é desenvolvida e arredores. Afinal, fazer cachaça é muito simples:

[...] até o presidiário Ezequiel, como conta Dráuzio Varella no livro "Estação Carandiru", fazia aguardente dentro da sua própria cela. Suas matérias-primas eram: milho de pipoca (amido), alguns quilos de açúcar (sacarose) e as leveduras das cascas das frutas, que ele adicionava à mistura. Sete dias de fermentação alcoólica - reação que transforma carboidratos (como o amido e a sacarose) em álcool - encarregavam-se do resto (PEREIRA, 2009).

No entanto, a cachaça pode transformar-se em veneno por uma diferença química na sua composição. Basta um pouco de sujeira no alambique para que certas leveduras selvagens produzam o perigosíssimo metanol no lugar do etanol (PEREIRA, 2009). Sem dúvida, os alambiques sem fiscalização representam um problema de saúde pública, mas, também, consideradas a quantidade numérica e a dispersão geográfica, uma atividade econômica e social importante para o estado e para as comunidades em que estão inseridos.

No Rio Grande do Sul há um grupo de organizações denominado Grupo Alambiques Gaúchos (GAG). Esse Grupo é formado por 14 alambiques associados à APRODECANA, que gerencia e desenvolve ações específicas para a consecução dos interesses do Grupo.

O GAG surgiu a partir de um projeto setorial do SEBRAE e fez parte de um dos Arranjos Produtivos Locais (APL's) coordenados por essa entidade: APL de cana-de-açúcar e derivados da região Litoral Norte gaúcho.

A região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul é formada por 24 municípios: destes 13 são litorâneos e 11 estão localizados na encosta da Serra Geral (PAMPAS, 2009), com uma grande concentração de alambiques de cachaça artesanal (SETUR, 2009). Dentre os municípios dessa região, Santo Antônio da Patrulha foi o foco da pesquisa, visto que se destaca no que diz respeito à concentração de ações para o desenvolvimento da produção de cana-de-açúcar e derivados, pela quantidade de alambiques de cachaça artesanal e tradição de produção, que remete a própria história do município.

A grande maioria dos alambiques desse município se encontra na informalidade e está vinculada à agricultura familiar. Esses alambiques desenvolvem algumas ações com a Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural de Santo Antonio da Patrulha (EMATER/SAP), Cooperativa de Produtores de Cana-de-açúcar e Derivados do Rio Grande do Sul (COOPERCANASUL), Sindicato dos Trabalhadores Rurais

e Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha. Porém, são ações distintas daquelas ligadas a APRODECANA, ao GAG e ao SEBRAE.

O posicionamento dos atores do setor quanto à cachaça artesanal supõe uma provável tentativa de estruturação. A partir dessa suposição buscou-se elementos teóricos para analisar e compreender os sinais indicativos de um provável processo de institucionalização. A Teoria Institucional traz importantes *insights* a partir dos conceitos desenvolvidos por Berger e Luckmann (2009) na obra “A construção social da realidade” e da teoria neo-institucionalista (ZUCKER, 1977, DIMAGGIO; POWELL, 1999, DiMAGGIO, 1988, 1991, TOLBERT; ZUCKER, 1999, MEYER; ROWAN, 1999, SCOTT; MEYER, 1999, SCOTT, 1999, 2001) que trata do processo de institucionalização. Contudo, como indica DiMaggio (1988), trabalha pouco a respeito da institucionalização como um processo inacabado e da origem das instituições.

Trabalhos desenvolvidos no Brasil abordam o caráter recursivo do processo de institucionalização, como exposto no artigo de Machado-da-Silva et al. (2005) que aponta os elementos estrutura, agência e interpretação como fundamentais para o processo recorrente de institucionalização, garantido e condicionado, não determinado, por certo grau de estabilização dos sistemas sociais.

A recursividade advinda da correlação existente entre a ação dos atores do setor e o suposto movimento de estruturação é um elemento importante a ser considerado no entendimento do processo de institucionalização, visto que a interação ação-estrutura dinamiza as articulações iniciais desse processo. Nesse sentido, deve-se considerar elementos da Teoria da Estruturação proposta por Giddens (2009).

Para buscar “como” se dá o provável processo de estruturação a partir do seu estado recursivo, que tanto constrange como habilita a ação dos atores do setor, foi utilizado o apoio teórico-metodológico da Análise de Discurso (AD), entendendo que o processo de estruturação é viabilizado pelas ações e textos dos atores que compõem o setor.

A análise desses elementos foi operacionalizada pelo modelo discursivo de institucionalização proposto por Phillips et al. (2004). Esse modelo considera uma relação mutuamente constitutiva entre discurso, texto e ação, e demonstra a importância dos textos e dos discursos no processo de institucionalização.

Esse modelo é trabalhado de forma ainda incipiente no Brasil, apesar do potencial de análise que pode oferecer para a compreensão de fenômenos dessa natureza. Essa pesquisa busca contribuir para o desenvolvimento dos Estudos Organizacionais através da articulação teórico-empírica proporcionada pela aplicação do modelo discursivo de institucionalização.

Entendo que analisar e compreender os sinais iniciais de um provável processo de estruturação é capital para desvelar as relações de força que estão sendo estabelecidas no setor e antever em que poderão resultar as atuais articulações dos atores que estão imersos no processo de estruturação.

## 4 REFERENCIAL TEÓRICO-EMPÍRICO

Com o objetivo de estudar os sinais iniciais do processo de estruturação do setor de produção de cachaça artesanal do estado foram resgatados, dentro do corpo teórico da Teoria Institucional, elementos que tratam do processo de institucionalização. Apesar da afirmação de DiMaggio (1988), de que a teoria institucional trabalha pouco a respeito da institucionalização como um processo inacabado, origem das instituições, diferentes graus de difusão entre as inovações organizacionais e o processo de desinstitucionalização, há que se considerar os importantes *insights* advindos das formulações de Berger e Luckmann (2009), na obra “A construção social da realidade”, do esforço das autoras Tolbert e Zucker (1999) em compreender o processo de institucionalização e de outros trabalhos recentes que buscam ampliar o foco desse corpo teórico através da crítica que se faz à concentração de esforços dos seus pesquisadores no âmbito da difusão e reprodução de formas e práticas organizacionais institucionalizadas.

Além da Teoria Institucional, o objeto de pesquisa demandou um arcabouço teórico que considerasse a correlação existente entre a ação dos atores do setor e o suposto movimento de estruturação. Dentro desse pressuposto, a Teoria da Estruturação proposta por Giddens (2009) traz a interação ação-estrutura que dinamiza as articulações iniciais de um processo de institucionalização.

A aplicação empírica dos elementos teóricos das Teorias da Estruturação e Institucional tiveram o apoio teórico-metodológico da AD, que ofereceu os subsídios necessários para realizar a análise de pesquisa através do modelo discursivo de institucionalização proposto por Phillips et al. (2004).

A seguir, apresento o caminho percorrido para a fundamentação teórica da presente pesquisa.

### 4.1 O Processo de Institucionalização

Influenciada pelo trabalho de Berger e Luckmann, Zucker (1977) estuda o processo de institucionalização. A autora fundamenta a sua análise organizacional sobre os argumentos micro-analíticos que contemplam as relações individuais da construção social da realidade. Zucker (1977) investigou o efeito dos diferentes níveis de institucionalização, argumentando

sobre a existência de uma relação direta e proporcional entre os graus de objetividade, exterioridade e resistência às mudanças e o grau de institucionalização.

Mais tarde, Tolbert e Zucker (1999, p.206) analisaram o processo de institucionalização em “fluxos institucionais”. O modelo de “fluxos institucionais” é dividido em etapas ou processos subjacentes ao processo de institucionalização. Inicialmente, Tolbert e Zucker (1999) destacam os principais fatores que conduzem as organizações à inovação ou à necessidade de inovar e, conseqüentemente, ao processo de habitualização, a saber: 1) mudanças tecnológicas; 2) legislação, representando novos arranjos jurídicos que podem provocar maior ou menor receptividade por parte das organizações; e 3) forças do mercado, decorrentes de fatores econômicos.

O processo de habitualização, dentro de um contexto organizacional, gera novos arranjos estruturais a fim de responder aos problemas ou conjuntos de problemas organizacionais específicos. Esses arranjos são formalizados em políticas e procedimentos para uma organização específica ou para um conjunto de organizações que compartilhem problemas iguais ou semelhantes (TOLBERT; ZUCKER, 1999).

Para as autoras, o desenvolvimento de estruturas pode ser classificado como um estágio de pré-institucionalização. Nesse estágio,

[...] muitas organizações podem adotar uma dada estrutura, mas essas serão provavelmente em pequeno número, limitado a um conjunto circunscrito de organizações similares, possivelmente organizações interconectadas, que enfrentam circunstâncias similares, e que variam consideravelmente em termos da forma de implementação (TOLBERT; ZUCKER, 1999, p. 206).

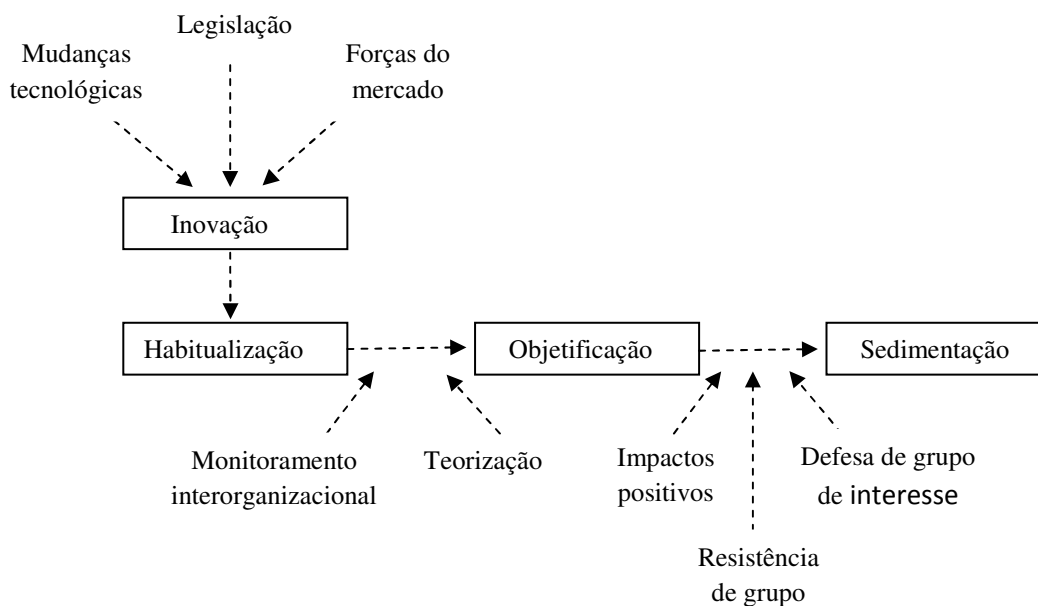
O processo seguinte é chamado de objetificação e envolve o desenvolvimento de certo grau de consenso social entre os decisores da organização sobre o valor da estrutura (TOLBERT; ZUCKER, 1999). Tolbert e Zucker (1999) afirmam que o consenso pode emergir por meio de dois mecanismos que, embora diferentes, podem estar relacionados: o monitoramento interorganizacional e a teorização. O primeiro explica que o monitoramento dos competidores por parte das organizações e o esforço em aumentar a competitividade responde, em parte, pela objetificação da estrutura. O segundo mecanismo diz respeito à teorização e aponta os *champions* como executores das tarefas que, em parte, resultam na objetificação e difusão da estrutura organizacional, a saber: gerar conhecimento público a respeito da existência de um padrão consistente de insatisfação ou fracasso organizacional, com o objetivo de distinguir determinado grupo de organizações e desenvolver teorias

capazes de diagnosticar as fontes de insatisfação ou fracasso organizacional. Essas teorias são compatíveis com uma nova estrutura, detentora da solução ou tratamento do problema diagnosticado (TOLBERT; ZUCKER, 1999).

Após a objetificação, é alcançado o estágio da semi-institucionalização. Nesse estágio, a difusão, que era marcada pela imitação, adquire uma base normativa e reflete a teorização implícita ou explícita das estruturas (TOLBERT; ZUCKER, 1999).

Por último, encontra-se o grau de institucionalização total ou “sedimentação”. Esse processo é marcado pela continuidade histórica da estrutura que é transmitida pelas várias gerações da organização. A institucionalização total depende dos efeitos conjuntos da “baixa resistência de grupos de oposição, promoção e apoio cultural continuado por grupos de defensores e correlação positiva com resultados desejados” (TOLBERT; ZUCKER, 1999, p. 210).

A Figura 1 a seguir, resume os fluxos institucionais e identifica as forças causais apontadas como críticas ao longo do processo de institucionalização:



**Figura 1 – Processos inerentes à institucionalização**

Fonte: Tolbert e Zucker (1999, p. 207).

Ainda dentro dos pressupostos neo-institucionalistas, o processo de institucionalização tratado por DiMaggio e Powell (1999, p. 106) diz respeito à estruturação dos campos organizacionais: “aquelas organizações que, em conjunto, constituem uma área reconhecida da vida institucional: os fornecedores principais, os consumidores de recursos e produtores, as agências reguladoras e outras organizações que produzem serviços ou produtos



similares”. A teoria dos campos organizacionais reconhece fatores estruturantes externos à organização, como os fornecedores, o estado, as associações de classes e instituições de ensino, indo além dos estudos focados na organização a ser pesquisada.

DiMaggio e Powell (1999) afirmam que, uma vez estruturado um campo organizacional, emergem forças de isomorfismo e de cristalização das estruturas. Esses mecanismos isomórficos estão relacionados ao ambiente detentor dos padrões de legitimidade.

Contudo, na visão de Scott (2001), existem forças sociais que operam para estruturar campos organizacionais, que desenvolvem suas próprias lógicas institucionais e sistemas de governança, e estes sistemas influenciam a estrutura e atividades das organizações individuais. Aliado a esta idéia, percebe-se a construção de novas instituições e a transmissão e a difusão de instituições existentes e não apenas processos de isomorfismo.

Procurando ampliar o conceito de campo organizacional, Scott e Meyer (1999) desenvolvem o conceito de setor social, e mais tarde, Scott (1999) trabalha com o conceito de campo funcional. Para os autores o modelo de campo organizacional, geralmente, está aplicado a vínculos horizontais entre as organizações e relações entre organizações dentro de uma determinada área geográfica.

Scott e Meyer (1999) e Scott (1999) reforçam os conceitos de setor social e campo funcional ao diferenciá-los dos modelos de conjunto e população organizacional. Segundo eles, os modelos de conjunto organizacional abordam o ambiente a partir do ponto de vista de uma organização específica. O esforço teórico desses modelos está na análise dos tipos de estratégias que determinada organização desenvolve para adaptar-se ao ambiente. Essa abordagem obscurece as características do sistema de relações mais amplo, dentro do qual a organização focada é somente mais um componente. Os modelos de população organizacional examinam as relações competitivas entre as organizações similares, entretanto, ocultam ou ignoram as relações de apoio entre as organizações similares e dissimilares.

O trabalho desses autores abriu outras possibilidades ao corpo teórico institucionalista, entretanto, deixou pouco explorada a questão das forças sociais que atuam na estruturação dos campos organizacionais, setores sociais ou campos funcionais. Por tratar dos sinais iniciais de um provável processo de estruturação, nesse momento, independentemente da sua forma, essa pesquisa estará restrita a um setor produtivo e as relações estabelecidas entre os atores que o compõe.

Os pressupostos neo-institucionalistas que tratam a pré-institucionalização ou habitualização, estruturação de campos organizacionais ou mesmo, em uma visão mais

abrangente, como é defendido pelo conceito de setores sociais e campos funcionais, estão orientados para a reificação de “organização” e “ambiente”. Segundo Bowring (2000), essa orientação da Teoria Institucional confere atributos às organizações e ao ambiente que são, na verdade, dos atores que lhes compõem e moldam. A reificação referente-se às formas de discurso que tratam das propriedades dos sistemas sociais como “objetivamente dadas”, como fenômenos naturais. Então, “o discurso reificado refere-se à ‘faticidade’ com que os fenômenos sociais confrontam os atores individuais de modo a ignorar como são produzidos e reproduzidos através da agência humana” (GIDDENS, 2009, p.212).

Scott (2001) afirma que o sentido da teoria institucional é considerar a continuidade e o constrangimento das instituições na estrutura social, mas isso não impossibilita a atenção nas formas mediante as quais os atores individuais tomam medidas para criar, manter e transformar instituições. Para ele, todos os atores, individuais e coletivos, possuem algum grau de agência, entretanto o total de agência varia entre os atores, bem como entre os tipos de estruturas sociais.

DiMaggio (1988) traz o papel do interesse e da agência para o desenvolvimento da Teoria Institucional. O autor argumenta que o processo de criação, reprodução e esgotamento das instituições não pode ser explicado sem referenciar conflitos de interesses e de grupos.

Esse autor argumenta que a criação das instituições é um processo caro e que exige um alto nível de interesses e recursos. Assim, “novas instituições surgem quando os atores organizacionais detentores de recursos suficientes (empreendedores institucionais) vislumbram uma oportunidade de realizar interesses que eles valorizam”. Desse modo, a criação de novas formas organizacionais legitimadas demanda um projeto de institucionalização (DiMAGGIO, 1988, p. 14 – tradução nossa).

Para DiMaggio (1988), a institucionalização de uma forma organizacional demanda um trabalho institucional para justificar a formação de uma teoria pública. Assim, a menos que essa forma organizacional seja promulgada por um sistema organizacional que segmente o mercado de trabalho, evoque a demanda dos consumidores, produza novas áreas de *expertise* e classifique novos produtos e serviços como qualitativamente diferentes, ela continuará instável em sua estrutura, teorias públicas e programas.

Outrossim, as pretensões dos empreendedores institucionais são suportadas pela mobilização de atores que tem a ganhar com o sucesso do projeto de institucionalização. A esses atores DiMaggio (1988) denomina como coadjuvantes do processo de institucionalização. Destarte, o projeto de institucionalização possui interessados centrais (empreendedores institucionais e seus apoiadores) e constituintes externos, com os quais os

interessados centrais necessitam barganhar por suporte. Nesse sentido, “recrutar ou criar um ambiente favorável as suas pretensões é a tarefa central dos empreendedores institucionais a fim de realizar um projeto institucional bem sucedido” (DiMAGGIO, 1988, p. 14 – tradução nossa).

Nesse sentido, o estágio de estruturação é aquele em que se pode visualizar a agência dos atores sociais. Contudo, cabe salientar que,

a “agência”, não se refere às intenções que as pessoas têm ao fazer as coisas, mas à capacidade delas para realizar essas coisas em primeiro lugar [...]. “Agência” diz respeito a eventos dos quais um indivíduo é o perpetrador, no sentido de que ele poderia, em qualquer fase de uma dada seqüência de conduta, ter atuado de modo diferente. [...] “Agência” refere-se a fazer. (GIDDENS, 2009, p.10-1).

Para Giddens (2009) atuar de modo diferente diz respeito a capacidade de intervir no mundo ou abster-se de tal intervenção a fim de influenciar um processo ou estado particular de coisas. Essa afirmação implica que ser um agente é ser capaz de exibir um conjunto de poderes causais, incluindo o de influenciar os manifestados por outros. Para esse autor, agência é a reflexividade do agente individual, potencializadora das possibilidades de transformação e/ou reprodução da estrutura social. Destarte, “a ação depende da capacidade do indivíduo de ‘criar uma diferença’ em relação ao estado de coisas ou curso de eventos preexistentes. Um agente deixa de o ser se perde a capacidade para ‘criar uma diferença’, isto é, para exercer alguma espécie de poder” (GIDDENS, 2009, p. 17).

Por conseguinte, o ator social é toda a entidade social que possui agência. Os atores sociais assumem diversas formas, como: pessoas individuais, grupos informais, organização, agrupamentos coletivos etc. Importante salientar que, os atores, além de imersos em contextos sociais, estão engajados com outros atores. Assim, a atuação e as interações dos atores fornecem subsídios para a constante criação, manutenção e transformação das estruturas.

Diante do exposto, é produtor considerado a ação e a estrutura como inscritas no provável processo de estruturação do setor de produção de cachaça artesanal da região do Litoral Norte gaúcho. Buscar “como” se dá esse processo a partir do seu estado recursivo, que tanto constrange como habilita as ações dos atores que compõem o setor, vai de encontro a noção giddesiana de estruturação.

## 4.2 O Processo de Institucionalização a Luz da Teoria Giddesiana e da Noção de Construção Social da Realidade formulada por Berger e Luckmann

Segundo Giddens (2009), geralmente, a estrutura é entendida como uma forma de padronização das relações e dos fenômenos sociais que perduram no tempo. Nessa perspectiva, os padrões, reificados e tidos como externos aos agentes sociais, operam como um conjunto de restrições à livre iniciativa do indivíduo.

Nas palavras de Giddens (2009, p. 20),

[...] a estrutura refere-se, em análise social, às propriedades de estruturação que permitem a “delimitação” de tempo-espço em sistemas sociais, às propriedades que possibilitam a existência de práticas sociais discernivelmente semelhantes por dimensões variáveis de tempo e de espaço, e lhes emprestam uma forma “sistêmica”.

As propriedades estruturais, quando profundamente implicadas na reprodução de totalidades sociais, são chamadas de princípios estruturais. Nesse sentido, as práticas que possuem uma maior extensão espaço-temporal, dentro de tais totalidades, podem ser designadas instituições. Em outras palavras,

as propriedades estruturais dos sistemas sociais só existem na medida em que formas de conduta social são cronicamente reproduzidas através do tempo e do espaço. A estruturação de instituições pode ser entendida em função de como acontece de as atividades sociais se “alongarem” através de grandes extensões de espaço-tempo (GIDDENS, 2009, p. xxiii).

Giddens (2009, p. 332) afirma que o estudo da vida cotidiana é capital para a análise da reprodução de práticas institucionalizadas. Nas palavras do autor, “as práticas rotinizadas [na vida cotidiana] constituem a expressão primordial da dualidade da estrutura com relação à continuidade da vida social”, visto que no desempenho de rotinas os agentes mantêm um sentimento de segurança ontológica<sup>6</sup>. Para o autor, rotina é tudo o que é feito habitualmente e constitui um elemento básico da atividade social cotidiana.

A idéia de estruturação proposta pelo autor compreende o caráter dual das estruturas na configuração da ação: habilitação/possibilidade e constrangimento/limitação. Nesta dualidade, o autor propõe a integração ação-estrutura. Assim, ação e estrutura estão inscritas

---

<sup>6</sup> Antony Giddens refere-se à segurança ontológica como um sentido de ordem e continuidade a respeito das experiências do indivíduo. “A confiança em que os mundos natural e social são como parecem ser, incluindo os parâmetros existenciais básicos do *self* e da identidade social” (GIDDENS, 2009, p. 444).

em processos de estruturação e não submetidas a dinâmicas causais excludentes. Destarte, os atores e as ações que empreendem, motivam uma contínua recriação e reprodução dos contextos sociais que possibilitam/limitam suas ações (GIDDENS, 2009).

A análise da estruturação de sistemas sociais é fruto do estudo dos modos como tais sistemas são produzidos e reproduzidos em interação. Esses modos estariam fundamentados nas atividades cognoscitivas de atores localizados que se apóiam em regras e recursos na diversidade de contextos de ação (GIDDENS, 2009).

A Teoria da Estruturação de Giddens (2009) segue o percurso dos autores Berger e Luckmann (2009) ao tratar os aspectos da recriação das atividades humanas a partir da ordenação recursiva das práticas sociais. Para Giddens (2009), no desempenho das rotinas, embora, os agentes sejam livres para escolher, eles mantêm um sentimento de segurança ontológica, isso faz com que eles reproduzam as práticas sociais rotinizadas. Por sua vez, Berger e Luckmann (2009) argumentam que a ação, freqüentemente, repetida é moldada em um padrão que ao ser reproduzido traz consigo certa economia de esforço a ser despendido pelo indivíduo, motivando assim a sua reprodução. Para esses autores, qualquer uma das tipificações recíprocas de ações habituais é uma instituição.

A noção de construção social da realidade formulada por Berger e Luckmann (2009) demonstra a preocupação dos autores com a objetivação, a institucionalização e a legitimação da realidade e do conhecimento da vida quotidiana. Esses autores centram a sua análise sobre a construção social da realidade, a partir do conhecimento da vida quotidiana e da sua interação nas "situações face a face".

A realidade social da vida quotidiana é, portanto apreendida num contínuo de tipificações, que se vão tornando progressivamente anônimas à medida que se distanciam do "aqui e agora" da situação face a face. A estrutura social é a soma dessas tipificações e dos padrões recorrentes de interação estabelecidos por meio delas. Assim sendo, a estrutura social é um elemento essencial da realidade da vida cotidiana. (BERGER; LUCKMANN, 2009, p. 52).

Berger e Luckmann (2009) afirmam que a formação de hábitos através das tipificações das ações habituais dos indivíduos precede a institucionalização. Tal afirmação remete a idéia de Giddens (2009) no que diz respeito às práticas rotinizadas que constituem a expressão primordial da dualidade da estrutura no âmbito da continuidade da vida social.

[...] as ações repetidas uma vez, ou mais, tendem a se tornarem habituais até certo ponto, assim como todas as ações observadas por outro necessariamente envolvem alguma tipificação por parte desse outro. Contudo para que se realize a espécie de tipificação recíproca [...] é preciso que haja uma situação social duradoura, na qual

as ações habituais dos dois, ou mais, indivíduos se entrelacem (BERGER; LUCKMANN, 2009, p. 83).

Para Berger e Luckmann a sociedade é uma realidade objetiva e subjetiva. Objetiva porque é produzida pelo homem e subjetiva porque o homem é uma produção social. Como realidade objetiva, a exteriorização e objetivação da sociedade operam através de tipificações recíprocas de ações habituais: os atores tipificam as instituições e as ações habituais. Como realidade subjetiva, a sociedade é interiorizada através da socialização primária e secundária: as instituições tipificam os atores e as ações individuais.

Para compreender o processo de institucionalização, Barley e Tolbert (1997) buscam elementos da Teoria da Estruturação Giddesiana a fim de desenvolver um modelo de institucionalização como um processo de estruturação. Para as autoras, houve um esforço inicial do corpo teórico institucionalista no reconhecimento de que as estruturas são socialmente construídas (BERGER; LUCKMANN, 2009), contudo não foi devidamente considerado o processo pelo qual elas emergem da ou influenciam a ação.

O modelo desenvolvido por Barley e Tolbert (1997) afirma que a institucionalização (ou estruturação, as autoras usam os termos como sinônimos) é um processo contínuo, cuja operação pode ser observada através do tempo. Para isso o modelo considera, no que diz respeito às interações cotidianas, que as instituições são promulgadas por *scripts*. As autoras consideram que “é empiricamente mais útil considerar os *scripts* como regularidades comportamentais do que como modelos ou planos mentais. [...] *scripts* são observáveis, são periódicos e correspondem a um conjunto padrão de características particulares de interação” (BARLEY; TOLBERT, 1997, p. 98 – tradução nossa).

Contudo, as autoras identificam a dificuldade na investigação dos padrões de interação que conduzem a emergência de uma nova instituição visto que os materiais disponíveis raramente contêm o detalhamento necessário para documentar o link entre as ações diárias e a criação das instituições. Isso, segundo as autoras, justifica o fato de que a maioria dos investigadores que se dedicam ao estudo do link entre ação e instituição está focado no processo pelo qual as instituições já existentes são mantidas e modificadas.

Por sua vez, o caráter recursivo dos sinais indicativos de um processo de estruturação pode ser desvelado pelas ações e textos dos atores que compõem o setor de produção de cachaça artesanal da região em estudo. A confluência entre esses elementos indica o delineamento dos discursos que perpassam o setor e exibem os sinais indicativos de um processo de estruturação.

Com o objetivo de estudar os procedimentos basilares do processo de institucionalização, Phillips et al. (2004) através da aproximação teórica entre Teoria Institucional e AD, desenvolveram o modelo discursivo de institucionalização. Esse modelo parte da afirmação de que há uma relação mutuamente constitutiva entre discurso, texto e ação, e que as instituições podem ser entendidas como produtos da atividade discursiva que influenciam as ações.

### 4.3 O Modelo Discursivo de Institucionalização

O modelo discursivo de institucionalização está fundamentado em sete proposições teóricas, que objetivam demonstrar a importância dos textos e dos discursos no processo de institucionalização.

As primeiras duas proposições estão focadas na identificação das características das ações que levam à produção de textos que deixam traços. Phillips et al. (2004) argumentam que

certos tipos de ação possuem maior probabilidade de gerar textos que são amplamente disseminados e consumidos, se eles são textos especializados produzidos em resposta a um evento particular ou em um tempo particular ou textos banais produzidos como parte de uma rotina organizacional regular (PHILLIPS et al., 2004, 640 – tradução livre).

Considerando as afirmações dos autores e com o propósito de analisar o processo de estruturação do setor de produção de cachaça artesanal, é capital identificar e caracterizar as ações dos atores que compõem o setor a fim de desvelar aquelas que geram textos especializados de grande difusão, disseminação e consumo nesse setor.

Para Phillips et al. (2004) há duas correntes do trabalho interpretativista que podem fornecer importante suporte para a identificação dessas ações: criação de sentidos ou *sensemaking* (WEICK, 1995) e construção social da realidade (BERGER; LUCKMANN, 2009). Nas palavras dos autores, é possível

[...] identificar duas características das ações que levam a produção de textos que deixam traços: (1) ações que são novas ou surpreendentes e por isso requerem significativo *sensemaking* organizacional e (2) ações que afetam a legitimidade organizacional (PHILLIPS et al., 2004, p. 641 – tradução livre).

A primeira característica das ações citada por Phillips et al. (2004) está amparada no trabalho desenvolvido por Karl Weick, que explora o processo social pelo qual o significado é

produzido. Segundo Weick (1995), as questões centrais do *sensemaking* abordam a forma com que os agentes ativos constroem o que constroem, por que o fazem e quais os efeitos dessa construção.

Segundo Weick (1995), o *sensemaking* é um ciclo recorrente de eventos ao longo do tempo, que começa com os indivíduos formando pressuposições conscientes ou não, as quais servem para prever eventos. Quando os indivíduos experienciam eventos discrepantes das previsões, estes demandam explicação, que é gerada por um processo de *sensemaking*. Assim, os significados/interpretações que são designados para as surpresas/discrepâncias são mais um resultado do processo de *sensemaking*, do que um emergir de percepção ou detecção de diferenças (LOUIS, 1980 apud WEICK, 1995).

As ações novas e surpreendentes são eventos discrepantes, não esperados, choques que causam a interrupção de um fluxo contínuo. Esses eventos podem ser classificados dentro de um dos tipos básicos de interrupção que desencadeariam o processo de *sensemaking* (MANDLER, 1984 apud WEICK, 1995).

Quando as pessoas afrontam uma não contingência para as suas respostas, elas tentam descobrir uma estrutura que não está lá. Seu principal recurso é a invenção. Essa invenção tende a ser plausível, persistente e contra refutações. A facilidade com que cada pessoa pode vestir uma lógica auto-protetora é parte da apreensão que todos nós sentimos quando nós pensamos sobre plausibilidade como uma das propriedades do *sensemaking* (WEICK, 1995, p.84 – tradução livre).

O processo de criação de sentido destaca a invenção que precede a interpretação. Implica em engajamento em maior grau do ator envolvido, por ser uma atividade mais ativa e menos imparcial do que a interpretação como pura tradução. Na proposta de Weick (1995, p.13 – tradução livre), a diferenciação essencial entre a interpretação e o *sensemaking* é que este trata “das formas como as pessoas geram o que elas interpretam. [...] o conceito de *sensemaking* destaca a ação, a atividade e a criação que estabelece os traços que são interpretados e reinterpretados”.

Para Weick (1995), discorrer a respeito do *sensemaking* é discorrer sobre a realidade como uma realização contínua que toma forma no momento em que as pessoas fazem senso retrospectivamente nas quais se encontram, bem como suas criações. Segundo o autor,

As pessoas produzem sentido das coisas por verem um mundo no qual elas já impuseram o que elas acreditam. As pessoas descobrem suas próprias invenções [...]. Se o *sensemaking* é visto como um ato de invenção, então, também é possível argumentar que os artefatos produzidos incluem o jogo de linguagem e os textos (WEICK, 1995, p. 15 – tradução livre).



A segunda característica citada por Phillips et al. (2004) considera as ações que afetam a legitimidade organizacional como fator relevante para a produção de textos que deixam traços. O trabalho de Berger e Luckmann (2009) trata da construção social da realidade como construtos individuais, dando ênfase à legitimação como base para a existência coletiva institucionalizada (PHILLIPS et al., 2004). Assim, esses autores referem-se à construção social de categorias e objetos sociais. Para eles o processo através do qual algo se torna socialmente construído ocorre antes que se torne institucionalizado. Entretanto, nem tudo o que é socialmente construído torna-se institucionalizado (PHILLIPS, 2009).

A legitimidade nas ações e textos dos atores é tratada como um recurso estratégico em que os atores buscam o suporte de outras áreas a fim de agregar legitimidade a suas práticas. Por exemplo, ações e textos que estão amparados na tradição, legislação, valores e crenças dos indivíduos.

Conforme Phillips et al. (2004), as ações que levam os atores a tentar ganhar, manter ou reparar a legitimidade tem maior probabilidade de produzir textos que deixam traços. Nesses casos, os textos produzidos têm a finalidade de estabilizar, verificar ou mudar o significado associado com a ação.

A terceira proposição de Phillips et al. (2004) se fundamenta na existência de um conjunto de fatores que afetam a probabilidade de um texto ser incorporado a um discurso mais amplo. Os autores argumentam que esses fatores estão relacionados à posição do produtor do texto, a saber: a) quando está em uma posição que lhe garanta a voz; b) quando possui uma posição social que lhe permita impor um texto; e c) quando está em uma posição central de onde os textos adquirem maior difusão.

A quarta e quinta proposições referem-se a características do texto que exercem influência sobre a possibilidade de serem utilizados por outras organizações. Segundo Phillips et al. (2004), os textos que promulgam um relevante e reconhecível gênero e/ou que estão em conformidade com um estilo adotado são reconhecíveis e susceptíveis de fornecer a outros atores ferramentas que podem ser utilizadas para interpretação, motivando-os a utilizar esses textos e incorporá-los em suas próprias ações e textos. Textos idiossincráticos podem fornecer informações para as pessoas familiarizadas com uma situação particular, mas não serão facilmente reconhecidos, generalizados, ou adotados em outra situação.

Cada formação discursiva se caracteriza pelo investimento de certos gêneros à custa de outros. A formação discursiva tem incidência decisiva sobre a interpretação dos enunciados, entretanto são de difícil manejo, já que, freqüentemente encaixam-se uns nos outros. Os gêneros referem se aos dispositivos de comunicação sócio-historicamente

definidos: os fatos diversos, o artigo acadêmico, a aula etc. circunscritos a partir da posição dos enunciadores e co-enunciadores, do contexto temporal e espacial da enunciação, do suporte e modos de difusão, dos temas que podem ser tratados etc. (MAINGUENEAU, 1997).

Por sua vez, os estilos podem ser identificados em discursos e em gêneros de discurso e se referem ao modo como diferentes pessoas investem o discurso a partir de suas identidades e posições. Segundo Fairclough (2008), os estilos são aspectos discursivos da maneira de ser. Para esse autor, quem somos é em parte uma questão de como falamos e escrevemos, bem como uma questão de incorporação: como olhamos, nos movemos e o que esperamos de nós mesmos.

Outra característica dos textos que exerce influência sobre a sua possibilidade de utilização por outras organizações e incorporação ao discurso mais amplo é a sua relação com outros textos e discursos já existentes. Assim, um texto é mais susceptível de influenciar o discurso se faz referência a outros textos e discursos estabelecidos e legítimos, quer explicita ou implicitamente, visto que evoca entendimentos e significados que são amplamente fundamentados (PHILLIPS et al., 2004).

Na sexta e sétima proposições, Phillips et al. (2004) tratam dos fatores internos e externos ao discurso que estão relacionados à probabilidade de produção das instituições.

A Figura 2 ilustra a disposição geral das proposições teóricas do modelo discursivo de institucionalização proposto por Phillips et al. (2004):

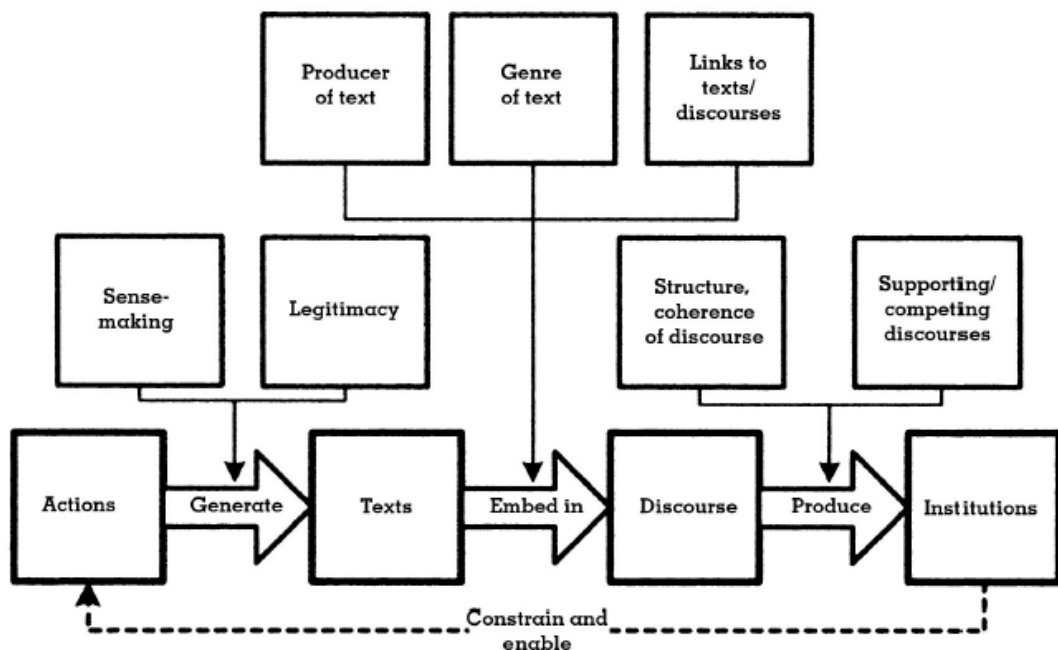


Figura 2 - Modelo Discursivo de Institucionalização

Fonte: Phillips et al, 2004, p.641.

O modelo discursivo de institucionalização proposto por Phillips et al. (2004) afirma que as organizações não acessam diretamente os discursos e instituições. As organizações buscam, através de ações e textos, uma forma de agir e reagir àquilo compreendido como discursos e instituições. Segundo os autores, as ações geram efeitos discursivos ao se tornarem produtoras de textos especializados. Essas produções de textos respondem a um evento particular ou em um tempo particular ou exibem características de textos banais produzidos rotineiramente. Nesse sentido, os textos quando incorporados ao discurso tem potencialidade para reforçá-lo ou alterá-lo.

Phillips et al. (2004) tratam dos efeitos institucionalizantes do discurso: quanto mais coerente um conjunto de discursos, maior a probabilidade da produção de instituições. Para eles as instituições são processos que resultam dos discursos. Um exemplo que ilustra a afirmação trata do surgimento do sistema multi-divisional. Segundo os autores, esse sistema não surgiu da observação direta de atores sociais, mas em função da acumulação de textos e discursos legitimadores de acadêmicos, empresas e profissionais especializados que o explicaram, validaram e promoveram (PHILLIPS et al. 2004).

Por sua vez, deve-se pensar nos efeitos estruturantes das ações e textos sobre o discurso. Assim, essa pesquisa se propõe a analisar os registros dos discursos dos atores do setor de cachaça artesanal da região em estudo a fim de delinear um provável processo de estruturação.

## 5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa orientou-se por uma abordagem qualitativa, visto que está embasada na perspectiva de que a realidade é construída pelos indivíduos interagindo com seus mundos sociais. Essa abordagem possui características peculiares, a saber: a) interesse no entendimento dos significados que as pessoas constroem; b) o pesquisador é o instrumento primário para a coleta e análise de dados; c) usualmente envolve campo empírico; d) uma orientação indutiva para a análise; e d) os resultados do estudo qualitativo são abundantemente descritivos (MERRIAN, 1998).

A estratégia de análise está embasada na AD por meio das proposições teóricas do modelo discursivo de institucionalização proposto por Phillips et al. (2004).

### 5.1 Coleta e Análise de Dados

A coleta de dados partiu do levantamento inicial de dados secundários sobre o tema de pesquisa escolhido: setor de produção de cachaça artesanal do Rio Grande do Sul, através de *web sites*, documentos legais e outros que estão disponibilizados no setor, como: manuais, regulamentos, *folders* etc. Os dados coletados permitiram identificar o setor e alguns atores de destaque: Grupo Alambiques Gaúchos e APRODECANA.

A partir desse levantamento inicial, foi realizada uma aproximação preliminar ao campo empírico a fim de estabelecer um maior contato com o tema e construir o objeto de pesquisa. Nessa aproximação, foram realizadas duas entrevistas com informantes do GAG e da APRODECANA e coletados outros dados secundários. Essa etapa da pesquisa permitiu a identificação das regiões de maior concentração de produtores de cachaça artesanal do estado e/ou reconhecidas pela tradição e qualidade do produto cachaça, organizações de cunho representativo e de fomento que atuam no setor, alambiques integrantes do GAG e os Arranjos Produtivos Locais (APL's) de cana-de-açúcar e derivados coordenados pelo SEBRAE. Essas informações balizaram a escolha da região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul para o desenvolvimento da pesquisa. Dentre os municípios pertencentes à região de estudo, a pesquisa focou Santo Antônio da Patrulha. Esse município possui a sua história calcada na produção de cana-de-açúcar e derivados, concentra grande número de alambiques da região e centraliza ações para o setor de cachaça artesanal.

A configuração do cenário apresentado pelos dados coletados supôs que o setor apresentava indícios de um processo de estruturação. Essa suposição subsidiou o estudo do provável processo de estruturação do setor de produção de cachaça artesanal na região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

Para registrar os discursos do setor foi necessária a identificação dos atores que o compõem. Esses atores surgiram no campo de pesquisa como responsáveis, influenciadores e influenciados pelas ações constatadas no âmbito do setor de cachaça artesanal da região em estudo.

Os atores identificados foram: o Grupo Alambiques Gaúchos (GAG), a Associação dos Produtores de Cana-de-açúcar (APRODECANA), o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul (SEBRAE/RS, através do escritório regional do Litoral Norte), a Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica (EMATER/RS, através do escritório regional de Porto Alegre e local de Santo Antônio da Patrulha), a Cooperativa de Produtores de Cana-de-açúcar e Derivados do Rio Grande do Sul – COOPERCANASUL e o Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.

Os informantes abordados pelas entrevistas semi-estruturadas foram escolhidos em virtude do seu conhecimento quanto às ações desenvolvidas no setor de cachaça artesanal.

Em 02/09/09, em visita realizada a Exposição Internacional de Animais, Máquinas, Implementos e Produtos Agropecuários - EXPOINTER<sup>7</sup>, com ênfase ao espaço destinado a agricultura familiar do Rio Grande do Sul, foi possível conhecer alguns alambiques de cachaça artesanal da região do Litoral Norte. Nessa ocasião, foram coletados dados na Secretaria do Turismo do Rio Grande do Sul – SETUR e estabelecidos os primeiros contatos com a Secretaria de Turismo do Município de Santo Antônio da Patrulha, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio grande do Sul (FETAG/RS) e EMATER/RS.

Também, foram realizadas outras participações em eventos próprios do setor, como: *workshops* e feiras. Atividades essenciais para o estabelecimento de um maior contato com o campo de pesquisa e coleta de dados.

O registro dos discursos desta pesquisa foi composto por: a) treze entrevistas semi-estruturadas com os atores que compõem o setor e duas com atores complementares (que não tem relação com a atividade de produção de cachaça); b) dados secundários, como: relatórios, *web sites* institucionais, reportagens, artigos, revistas sobre o setor e/ou a cachaça etc.; e, c)

---

<sup>7</sup> A EXPOINTER ocorre anualmente no Parque Estadual de Exposições Assis Brasil localizado na cidade de Esteio (distante 25km de Porto Alegre). Essa exposição é um dos mais importantes eventos agropecuários e de maquinários da América Latina (EXPOINTER, 2010).

observações e notas de campo, fruto do convívio formal e informal que foi estabelecido no decorrer da pesquisa.

Os dados proveniente das transcrições das entrevistas receberam códigos de identificação de acordo com o Quadro 1. Esses códigos objetivaram facilitar a identificação dos textos citados ao longo da apresentação e análise dos dados desta pesquisa.

<b>ENTREVISTADOS</b>	<b>CODIFICAÇÃO</b>
Entrevista Alambiques Informais	EAI – 1, 2 e 3.
Entrevista Alambiques Formais	EAF – 1, 2, 3 e 4.
Entrevista Organizações Representativas e/ou de Fomento	EOR/F – 1, 2, 3, 4, 5 e 6.
Entrevista Complementar	EC – 1 e 2.

**Quadro 1: Codificação das entrevistas realizadas com os atores identificados no setor**

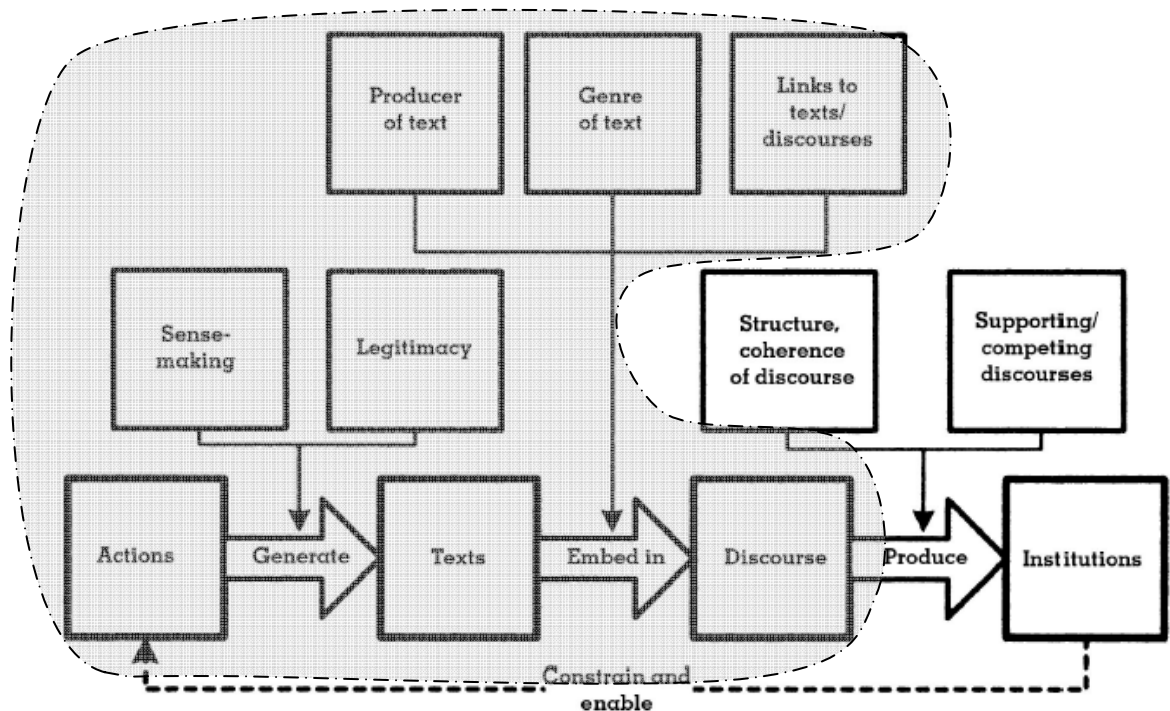
A análise das ações e dos textos produzidos, distribuídos e consumidos no setor de cachaça artesanal, e a relação entre eles forneceram os subsídios necessários para delinear os discursos presentes no setor. Os discursos podem ser apreendidos por coleções de textos que exibem características estratégicas a fim de deixar traços. Essas características aumentam a probabilidade desses textos serem incorporados pelo discurso. Segundo Phillips et al. (2004), os discursos tornam certas formas de pensar e agir possíveis e outras impossíveis ou custosas.

A estruturação, tratada pela Teoria da Estruturação, exhibe as propriedades estruturais que permitem que a conduta social seja cronicamente reproduzida através do tempo e do espaço, ou seja, os atores e as ações que empreendem, motivam uma contínua recriação e reprodução dos contextos sociais que possibilitam/limitam suas ações. Giddens (2009) segue o percurso dos autores Berger e Luckmann (2009) ao tratar os aspectos da recriação das atividades humanas a partir da ordenação recursiva das práticas sociais. A articulação desses elementos forneceu a fundamentação teórica necessária para a análise do processo de estruturação, possibilitando a caracterização dos sinais iniciais do processo de institucionalização através das ações e textos que animam os discursos do setor.

As evidências empíricas do campo de pesquisa mostraram ações e textos confluentes que delinham dois discursos distintos. Nesse sentido, cabe salientar que a distinção dos discursos presentes no setor não se propôs a transformá-los em unidades autônomas, e sim viabilizar a identificação dos sinais indicativos de um processo de estruturação.

A análise das ações e textos do setor foi operacionalizada pelo modelo discursivo de institucionalização proposto por Phillips et al. (2004). Esse modelo apresenta sete proposições, dentre as quais, somente as cinco primeiras foram contempladas nesta pesquisa.

As proposições consideradas na análise relacionam-se com as etapas anteriores ao processo de institucionalização. A Figura 3 representa a delimitação deste estudo sobre o fluxograma representativo do modelo discursivo de institucionalização desenvolvido por Phillips et al. (2004).



**Figura 3 - Delimitação do processo de estruturação sobre o modelo discursivo de institucionalização**

Fonte: Adaptado de Phillips et al (2004, p.641).

As proposições do modelo discursivo de institucionalização representaram as categorias de análise desta pesquisa. Essas categorias foram desdobradas em cinco elementos empíricos de análise que podem ser visualizadas no Quadro 2. Esses elementos empíricos orientaram a apresentação e análise das ações e textos dos atores identificados no setor em estudo.

<b>CATEGORIAS DE ANÁLISE</b>	<b>CARACTERÍSTICAS</b>	<b>ELEMENTOS EMPÍRICOS DE ANÁLISE</b>
<b>AÇÕES</b> que geram textos amplamente disseminados e consumidos.	Ações novas ou surpreendentes que requeiram esforços de <i>sensemaking</i> .	Textos especializados produzidos em resposta a um evento particular ou em um tempo particular no setor.
	Ações que objetivam ganhar, manter ou reparar a legitimidade dos atores.	Textos novos ou rotineiros produzidos para estabilizar, verificar ou mudar o significado que está associado com a ação.
<b>POSIÇÕES</b> que geram textos de grande difusão.	Posição do produtor do texto que garanta voz, que permita impor um texto e/ou central no setor.	Textos gerados por atores representativos, reconhecidos como detentores do conhecimento e/ou autoridade legal no setor.
<b>TEXTOS</b> que subsidiam a geração de outros textos.	Textos facilmente reconhecidos e generalizados pelos atores do setor.	Textos de gênero e/ou estilo característicos dos atores setor.
	Textos que evocam entendimentos e significados para os atores do setor.	Textos que referenciam textos e discursos estabelecidos e legítimos no setor.

**Quadro 2 - Categorias de análise no plano empírico**

Fonte: Adaptado de Phillips et al. (2004).



## 6. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Para contextualizar o objeto de pesquisa serão apresentados dados históricos, geográficos, estatísticos e econômicos da região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Essa região possui um grande número de produtores de cachaça artesanal, assim como um dos Arranjos Produtivos Locais (APL's) de produção de cana-de-açúcar e derivados do estado.

Em virtude da concentração de alambiques da região em estudo no município de Santo Antônio da Patrulha, o levantamento histórico focou a formação e importância desse município para a região.

As informações históricas foram baseadas no artigo “Canaviais, engenhos e açúcar no Rio Grande do Sul, Brasil” da professora e historiadora Vera Lucia Maciel Barroso<sup>8</sup> e no *web site* institucional da Prefeitura de Santo Antônio da Patrulha.

Na sequência, serão expostos os dados coletados no campo de pesquisa e respectivas análises.

### 6.1 A Região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul

A história da região do Litoral Norte Gaúcho remete ao surgimento do povoado que deu origem a Santo Antônio da Patrulha, SAP como é denominado pelos jovens da região. Esse município é um dos quatro municípios mais antigos do Rio Grande do Sul. Ele foi elevado a condição de vila em 1809, simultaneamente, Rio Grande, Rio Pardo e Porto Alegre receberam a mesma condição (SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA, 2010).

Segundo o *web site* da Prefeitura de Santo Antônio da Patrulha (2010), a origem do município data de, aproximadamente, 1736, ano em que Cristóvão Pereira de Abreu abre a Estrada dos Tropeiros. Rapidamente, a estrada começou a dar vazão ao contrabando de gado, o que motivou a instalação do Registro da Guarda Velha nas imediações de Campestre, altura do Rio Rolante, afluente do Rio do Sinos. O Registro era uma espécie de posto de pedágio para cobrança dos "direitos" da Coroa sobre os rebanhos.

Os tropeiros vinham dos criatórios de mulas do norte da Argentina. Eles cruzavam a Capitania do Rio Grande de São Pedro (Rio Grande do Sul) rumo ao centro brasileiro ou vice versa, através dos caminhos da Praia: de Souza Faria (via Morro dos Conventos/SC) e do Sertão (via Santo Antônio da Patrulha e Campos de Cima da Serra/RS). Esse fluxo favoreceu

---

<sup>8</sup> Dentre as linhas de pesquisa da professora e historiadora Vera Lucia Maciel Barroso está a história agrária dirigida à cana-de-açúcar, povoamento e formação de municípios no Rio Grande do Sul.

o processo de conquista portuguesa do território meridional e estimulou a expansão da lavoura canavieira no extremo-sul da Colônia, o que, pouco tempo depois, proporcionou um mercado favorável à produção de açúcar mascavo, rapadura e, principalmente, aguardente (BARROSO, 2007).

Os campos do Litoral Norte do Rio Grande do Sul favoreciam a criação de rebanhos bovinos e eqüinos; assim, a partir de 1743, foram distribuídas as primeiras sesmarias nos Campos de Tramandaí<sup>9</sup>. Nesse mesmo ano, o Sr. Inácio José de Mendonça e Silva, que servia como soldado no Registro da Guarda Velha e sua esposa, Margarida Exaltação da Cruz, construíram em suas terras a Capela Santo Antônio. Em torno dessa capela, começou a surgir o povoado que deu origem ao município de Santo Antônio da Patrulha (SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA, 2010).

Nessa época, a região fazia parte do chamado Campos de Tramandaí, das Estâncias e dos extensos Campos de Viamão. Em 1760, a região que abrangia esse primeiro povoado passou a ser conhecido como Santo Antônio da Guarda Velha de Viamão, referência à capela e ao posto de registro que existiam na região (SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA, 2010).

Em 1760, foi construída a Capela Curada de Santo Antônio da Guarda Velha de Viamão. Em sua volta organizou-se a vida administrativa e social do povoado. Um núcleo que atendia todo o Litoral Norte e parte da Serra. Aos poucos o nome Guarda foi substituído pelo sinônimo Patrulha e o povoado passa a ser denominado Santo Antonio da Patrulha (SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA, 2010).

Há registros datados em 1760 que evidenciam a chegada dos primeiros açorianos na região, na sua maioria, refugiados da invasão espanhola em Rio Grande. A delimitação do território tornou-se imprescindível para o controle e a assistência religiosa do povoado que começava a crescer. Assim, em 1763, Santo Antônio da Patrulha delimitava a sua região: de Torres aos campos de Vacaria (SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA, 2010).

Contudo, somente em 1771 o Governador da Capitania recebeu ordens de assentar os casais de açorianos na região. Esses casais recebiam pedaços de terra de tamanho variável denominado DATAS. As DATAS estavam localizadas entre a sede do povoado e as terras da Lagoa dos Barros. A partir daí tornou-se morfológicamente definido o primeiro núcleo de povoamento, hoje, núcleo histórico de Santo Antônio da Patrulha que se localiza no bairro Cidade Alta (SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA, 2010).

---

<sup>9</sup> Campos de Tramandaí referem-se aos Campos do Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

No *web site* da Prefeitura de Santo Antonio da Patrulha consta a informação de que, gradativamente, os povoadores solidificaram a agricultura de subsistência (trigo, mandioca, entre outros); entretanto o que impulsionou a economia do povoado foi a produção de cana-de-açúcar e seus derivados.

Os primeiros engenhos da região são atribuídos aos portugueses Srs. Antônio Nunes Bemfica, Manoel Nunes Bemfica e Domingos Fernandes Lima. Os irmãos Bemfica estabeleceram o seu engenho em Santo Antônio da Patrulha por volta de 1770. Em 1773, o Sr. Domingos Fernandes Lima instalou-se as margens da Lagoa Pinguela, na então Estância da Serra, atual município de Osório. Em 1778, iniciou a atividade de usineiro (BARROSO, 2007).

Barroso (2007, p. 62-3) ilustra a realidade canavieira do Litoral Norte do Rio Grande do Sul por uma passagem da Descrição Corográfica, Política, Civil e Militar da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul. Essa descrição foi redigida pelo Sargento-Mor Domingos José Marques Fernandes, a serviço da Coroa Portuguesa no sul do Brasil, e data de 10 de setembro de 1804:

As melhores terras da Capitania do Rio Grande de S. Pedro do Sul para a agricultura, infeliz e lastimosamente se acham incultas e perdidas; [...] as terras da Serra Geral são as mais excelentes que há: começa esta no Rio das Torres, que, como também se disse divide esta Capitania da de Santa Catarina e corre por espaço de oitenta léguas, até a guarda dos Ferreiros, ou boca do Monte, com largura de oito léguas e mais.

Podemos dizer que elas são as melhores terras, não só da Capitania do Rio Grande, mas de toda a América; porque segundo a experiência, que há de alguns, que se têm provado, não só produzem toda a espécie de legumes, mas também cana-de-açúcar, com vantagem a todas as outras terras do Brasil na produção deste gênero, e com excesso de trinta a quarenta por cento: o que se vê em alguns engenhos, que se acham ali já estabelecidos; [...]. E é tal a fertilidade das mesmas terras, que um quarto de légua em quadro é bastante para o estabelecimento de um engenho de açúcar do lote de cem escravos, quando nas outras Capitanias um engenho de açúcar deste mesmo lote pede meia légua quadrada<sup>10</sup>.

A partir de 1880, outros imigrantes instalam-se na região: os poloneses na Baixa Grande, os italianos no Fraga e os alemães no Entrepelado e Rolante. Todos localizados em pequenas propriedades. Ao iniciar o século XX, foi introduzida a cultura de arroz em grandes propriedades de Santo Antônio da Patrulha, contracenando com a criação do gado em expansão. Nesse contexto, despontam os setores industriais e de serviços: surgiram as primeiras fábricas de máquinas e equipamentos agrícolas para o latifúndio. Por sua vez,

---

<sup>10</sup> REVISTA PESQUISAS: História. Porto Alegre: Instituto Anchieta de Pesquisas, n. 15, p. 82-3, 1961.

houve grande alavancagem na produção de cana e derivados, o que incentivou o comércio e a indústria de transformação voltada à pequena propriedade (BARROSO, 2007).

O cultivo da cana-de-açúcar e o preparo de todos os seus derivados, absorviam a maior parte da mão-de-obra do município. Nesse período, a fama da cachaça de Santo Antônio da Patrulha corre o estado do Rio Grande do Sul. Athos Damasceno<sup>11</sup>, citado por Barroso (2007), confirma e dá seus nomes consagrados: *Água da Vida* e, especialmente, *Lágrimas de Santo Antônio*, aquela que Júlio de Castilhos, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul (1893-1898) encomendava ao Cel. Maciel, Intendente de Santo Antônio da Patrulha (1894-1916).

Tratando dos derivados de cana-de-açúcar é importante frisar que os canavieiros da região não produziam o açúcar branco, e sim, o açúcar mascavo que alimentava as fábricas de vinho e bebidas da tradicional região italiana do estado. Segundo Barroso (2007), carretas abarrotadas do derivado de cana-de-açúcar atravessavam a serra íngreme para atingir os Campos de Cima da Serra e chegar aos municípios de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Garibaldi e Flores de Cunha. A autora, também, cita a utilização do açúcar mascavo como insumo para as torrefadoras de café.

Barroso (2007) afirma que a expansão do comércio de açúcar mascavo produziu uma verdadeira euforia entre os donos de engenhos de Santo Antônio da Patrulha. Dessa forma, a produção de açúcar suplantou significativamente a da aguardente, a tal ponto que o município, por certo período de tempo, deixou a denominação de “Terra da cachaça” por “Terra do açúcar amarelo”.

A década de 1950 é marcada pela grande produção da agromanufatura da cana. O censo realizado no período indica Santo Antônio da Patrulha como um dos municípios com o maior número de indústrias do Rio Grande do Sul. Número que ultrapassava a 500 (estavam incluídos os alambiques e engenhos da região). Esse cenário criou a idéia de que a Região Litoral Norte, liderada pelo município de Santo Antônio da Patrulha, constituía uma região desenvolvida do estado, onde o progresso econômico suplantou o centro-sul do Rio Grande do Sul (BARROSO, 2007).

Na realidade, segundo Barroso (2007, p. 77),

---

<sup>11</sup> DAMASCENO, Athos. *Colóquios com a minha cidade*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1974. p. 64. O autor aponta, além de Santo Antônio da Patrulha e Conceição do Arroio, outros municípios e áreas como canavieiros, no centro e noroeste do RS.

o *novo nordeste* passara a pairar por aqui. [...] Santo Antônio da Patrulha era ao mesmo tempo mostrada em estudos e relatórios como a área mais pobre do Estado, com altos índices de verminose, denunciadores de um quadro que exigia tomada de posição.

No final da década de 1950, com a proibição do uso de açúcar mascavo no processo produtivo do café e do vinho pelo Instituto do Açúcar e do Álcool<sup>12</sup>, houve grande crise entre os produtores da região. Em 1958, na tentativa de superar as dificuldades enfrentadas pelo setor, foi criada a Cooperativa Canavieira de Santo Antônio da Patrulha. Essa cooperativa visava centralizar a recepção e venda do açúcar da região. Contudo, as dificuldades continuavam a amargar prejuízos aos produtores de cana-de-açúcar (BARROSO, 2007).

Em nova tentativa de superar a crise que abalou o setor,

[...] nasceu a *idéia mágica* que passou a constituir-se no sonho dos canavieiros de Santo Antônio da Patrulha e das comunidades também produtoras de cana na área: a criação de uma indústria de açúcar branco. Ela viria para possibilitar a *ressurreição* da região. Afinal, eram cerca de 2.000 famílias canavieiras que se encontravam em grande crise de sobrevivência (BARROSO, 2007, p. 77).

A ideia nasceu na cooperativa e foi defendida pelo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB de Santo Antônio da Patrulha (através do Presidente da Cooperativa Canavieira e depois Prefeito Municipal), no estado, pelo Governador Leonel de Moura Brizola e, em âmbito federal, pelo Presidente João Goulart (BARROSO, 2007).

A salvação não seria só conjuntural. Seria, na perspectiva dos idealizadores, uma solução, sobretudo, estrutural para a área. As condições de vida dos milhares de produtores de cana –, homens, mulheres, velhos e jovens – os atores sociais dessa realidade histórica regional, mudariam radicalmente. E o projeto, logo redigido, afirma: “[...] a exploração e desenvolvimento da cultura da cana, objetiva a melhoria do nível de vidas das populações rurais da região” (RIO GRANDE DO SUL<sup>13</sup>, 1963 apud BARROSO, 2007, p. 78).

Para corroborar, Barroso (2007) cita um estudo da década de 60 que indica três regiões do Rio Grande do Sul com possibilidade de produção canavieira, em quantidade industrial: Alto Uruguai, Depressão Central e parte do Litoral Norte (parte dos municípios de Torres, Osório, Viamão, Gravataí, Santo Antônio da Patrulha, Taquara e Rolante). Contudo, a

<sup>12</sup> Conforme Portaria de 31/10/1957.

<sup>13</sup> RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Economia. Projeto de implantação de uma usina de açúcar no litoral nordeste do estado. Porto Alegre, 1963. p. 1.

região do Litoral Norte, notadamente o município de Santo Antônio da Patrulha, possuía destaque como área canavieira.

Em 1963, o projeto social voltado a região de Santo Antônio da Patrulha e arredores saiu do papel através da inauguração da usina de açúcar branco Açúcar Gaúcho S.A. – AGASA. Essa usina está localizada (hoje, restam a antiga chaminé e prédios em ruínas) entre a Lagoa dos Barros e a RS-30 (estrada Porto Alegre-Tramandaí), altura do km 97. Segundo Barroso (2007), essa indústria trouxe transformações visíveis para as imediações, como o nascimento da Vila da AGASA, cujo processo acelerado de urbanização revolucionou a região com uma série de bens de serviços. Contudo, em menos de 30 anos da idealização do seu projeto, após sucessivas crises, a AGASA encerrou suas atividades em janeiro de 1990. O seu abandono teve o mesmo destino das usinas Santa Marta e Livramento, de Osório.

Atualmente, as ruínas da AGASA ganham vida na fala dos produtores da região, que recordam as histórias dos seus pais quando mencionam os morros cobertos de cana de açúcar e a grande circulação de caminhões que transportavam o insumo para alimentar a indústria de açúcar branco. Um dos entrevistados desta pesquisa declarou que: “havia comprador garantido para a cana que o meu pai plantava. Era tudo tomado de canaviais, hoje, o mato tomou conta de tudo.”

Outro entrevistado relatou que a AGASA sofreu forte concorrência das usinas de açúcar branco da região central do Brasil. À medida que a usina gaúcha sofria pressões de outros estados para a redução dos preços praticados, também pressionava os canavieiros. Estes, com a plantação totalmente direcionada para a AGASA vendiam o insumo a preço de custo ou, não raras às vezes, por cancelamento de pedido ou valor insuficiente para cobrir os custos de corte e transporte da cana, deixavam-na secar na plantação.

O fechamento da AGASA marca o completo abandono do projeto social que visava recuperar o setor através da produção de açúcar branco. A vila da AGASA e o destino dos canaviais de Santo Antônio da Patrulha são descritos por Barroso (2007, p. 78):

“(a vila) hoje parece um cemitério, sem vestígio dos vivos. E os canaviais? Eis que o sonho metamorfoseou-se em *doce ilusão* para os canavieiros de Santo Antônio da Patrulha e cercanias. Mais que isso, o projeto social lançado para salvar uma região da sua pobreza foi silenciado.”

A retração da economia local levou o município a retomar a produção artesanal de derivados da cana-de-açúcar (cachaça, rapadura e açúcar mascavo). Essa produção passou a atender o consumo regional do Litoral Norte gaúcho, alcançando, em pouco tempo, os estados

vizinhos ao Rio Grande do Sul. Atualmente, os derivados de cana-de-açúcar de Santo Antônio da Patrulha podem ser encontrados no centro-oeste e norte brasileiro.

Nesse contexto, é iniciada a produção de aguardente tipo exportação, especialmente, dos alambiques localizados em Santo Antônio da Patrulha, como: Fonte Imperial e Guarda Velha (BARROSO, 2007).

Os alambiques citados por Barroso (2007) são alambiques referenciados nas entrevistas realizadas no trabalho de campo. Os entrevistados informaram que a produção desses alambiques vem decaindo ano após ano e como alternativas de recuperação estão a exploração de novos nichos de consumidores através da cachaça especializada (envelhecida), turismo rural e exportação.

O rumo da história regional diante da restrição de mercado que afetou seriamente o Litoral Norte do Estado impôs grandes desafios ao setor a partir da segunda metade do século XX e perdura até hoje. Alguns canavieiros continuam na busca pela retomada do volume de produção de cana-de-açúcar e venda dos seus derivados: cachaça, açúcar mascavo, melado e rapadura; outros se articulam em torno da produção de cachaça artesanal para novos nichos de consumidores; e ainda, há aqueles que buscam articulações com vistas à atual possibilidade de produção de cana para abastecer as indústrias de etanol.


A partir desse contexto histórico inicia a caracterização do setor de produção de cachaça artesanal da região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

## **6.2 O Setor de Produção de Cachaça Artesanal da Região do Litoral Gaúcho**

O estado do Rio grande do Sul compreende um pouco mais de 3% do território brasileiro e 6% da população nacional, e gera um PIB de US\$ 90 bilhões distribuídos por seus 496 municípios (RIO GRANDE DO SUL, 2010).

Esses municípios estão distribuídos em 35 microrregiões que se agrupam em 7 mesorregiões: Centro Ocidental e Oriental Rio-Grandense, Nordeste, Noroeste, Sudeste e Sudoeste Rio-Grandense e Metropolitana de Porto Alegre (IBGE, 2009).

A SETUR divide o estado em 11 regiões que estão subdivididas em 23 microrregiões turísticas (RIO GRANDE DO SUL, 2009). Conforme o Quadro 3 a seguir:

DISTRIBUIÇÃO DAS REGIÕES	REGIÃO	MICRORREGIÃO
	Central	Central
	Costa Doce	Centro Sul Sul
	Grande Porto Alegre	Porto Alegre e Delta do Jacuí Vale do Rio dos Sinos
	Hidrominerais	Cultura e Tradição Rota das Águas e Pedras Preciosas Termas e Lagos
	<b>Litoral Norte Gaúcho</b>	<b>Litoral Norte Gaúcho</b>
	Missões	Rota do Rio Uruguai Rota das Missões
	Pampa Gaúcho	Campanha Fronteira Gaúcha
	Rota das Terras	Rota das Terras
	Serra Gaúcha	Campos de Cima da Serra Hortênsias Rota das Araucárias Uva e Vinho Vale do Paranhana
	Vales	Vale do Caí Vale do Rio Pardo Vale Taquari
Yucumã	Microrregião Rota do Yucumã	

**Quadro 3 - Microrregiões Turísticas do Rio Grande do Sul.**

Fonte: Adaptação do *web site* institucional da SETUR (2009).

Conforme a Secretaria de Turismo do estado, os municípios da região Litoral Norte estão compreendidos na microrregião de Osório, com exceção do município de Rolante que faz parte da microrregião Gramado-Canela. Essas duas microrregiões, entre outras, fazem parte da mesorregião Metropolitana de Porto Alegre. Para uma melhor visualização desses municípios, segue a Figura 4 disponibilizada pela Associação dos Municípios do Litoral Norte (AMLINORTE).





Figura 4 - Municípios do Litoral Norte Gaúcho  
 Fonte: AMLINORTE (2010).

Com o objetivo de caracterizar a situação socioeconômica desses municípios, foram consultados os bancos de dados da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE, 2010) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009). A FEE (2010) disponibiliza o Resumo Estatístico do Rio Grande do Sul que possibilita uma visão sintetizada da situação sócio-econômica do estado e seus municípios, da Região Metropolitana de Porto Alegre e dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES). O COREDE Litoral é um dos 28 COREDES do Rio Grande do Sul: está dividido em 21 municípios: Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Capão da Canoa, Capivari do Sul, Caraá, Cidreira, Dom Pedro de Alcântara, Imbé, Itati, Mampituba, Maquiné, Morrinhos do Sul, Mostardas, Osório, Palmares do Sul, Terra de Areia, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Forquilhas e Xangri-lá, não comportando os municípios de Rolante, Santo Antônio da Patrulha e Tavares, que estão presentes nos COREDES Paranhana-Encosta da Serra, Metropolitano Delta do Jacuí e Sul, respectivamente. Por sua vez, a região Litoral Norte identificada pela SETUR e AMLINORTE compreende todos os municípios do COREDE Litoral mais Rolante, Santo Antonio da Patrulha e Tavares.

Os dados sócio-econômicos fornecidos pelo IBGE (2009) e FEE (2010) viabilizaram a construção de um quadro comparativo entre os 24 municípios que compõem a região de estudo – Quadro 4 a seguir. Esse quadro apresenta dados relativos a extensão territorial, número de habitantes, valor do PIB, número de estabelecimentos agropecuários e produção de cana-de-açúcar por município.

Como resultado desse levantamento, vê-se que os municípios de Caraá e Santo Antônio da Patrulha produzem 34.212 e 34.282ton/ano de cana-de-açúcar, respectivamente, destacando-se dos demais municípios nesse quesito. O próximo município em ordem decrescente de produção é Morrinhos do Sul com uma produção que representa um pouco mais da metade da produção dos dois municípios citados anteriormente – 16.760ton/ano. Na seqüência encontram-se os municípios de Dom Pedro de Alcântara, Itati e Rolante, com 5.587, 4.184 e 5.374ton/ano, respectivamente.

Municípios como Mampituba, Maquiné e Osório possuem uma produção inferior a 700ton/ano. Por sua vez, Arroio do Sal figura com modestas 51ton/ano de cana-de-açúcar.

Os demais municípios não apresentam valores representativos para o censo agropecuário do IBGE, assim não possuem valores expressos quanto a quantidade de produção de cana-de-açúcar.

MUNICÍPIO	TERRITÓRIO	HABITANTES 2008	PIB* 2007	ESTAB. AGROPEC.	CANA-DE-AÇÚCAR 2006	
					QTIDADE PRODUZIDA	VALOR DA PRODUÇÃO
Arroio do Sal	120,9 km <sup>2</sup>	6.790hab.	R\$10.197	6un	51 ton/ano	7.000,00/ano
Balneário Pinhal	103,8 km <sup>2</sup>	10.892hab.	R\$7.419	***	***	***
Capão da Canoa	97,1 km <sup>2</sup>	37.941hab.	R\$10.411	***	***	***
Capivari do Sul	417,6 km <sup>2</sup>	3.385hab.	R\$22.749	***	***	***
Caraá	294,3 km <sup>2</sup>	7.201hab.	R\$4.814	912un	34.212ton/ano	3.403.000,00/ano
Cidreira	246,4 km <sup>2</sup>	11.073hab.	R\$8.811	***	***	***
Dom Pedro de Alcântara	78,2 km <sup>2</sup>	2.759hab.	R\$6.107	187un	5.587ton/ano	416.000,00/ano
Imbé	39,5 km <sup>2</sup>	15.227hab.	R\$10.379	1un	***	***
Itati	201,4 km <sup>2</sup>	2.731hab.	R\$6.083	226un	4.184ton/ano	1.323.000,00/ano
Mampituba	157,9 km <sup>2</sup>	2.994hab.	R\$7.376	121un	641ton/ano	189.000,00/ano
Maquiné	622,1 km <sup>2</sup>	7.459hab.	R\$9.537	50un	677ton/ano	57.000,00/ano
Morrinhos do Sul	165,4 km <sup>2</sup>	3.318hab.	R\$7.679	274un	16.760ton/ano	2.868.000,00/ano
Mostardas	1.983,1 km <sup>2</sup>	12.033hab.	R\$12.154	***	***	***
Palmares do Sul	946,2 km <sup>2</sup>	11.582hab.	R\$11.573	1un	***	***
Osório	663,3 km <sup>2</sup>	39.713hab.	R\$12.149	110un	633 ton/ano	217.000,00/ano
Rolante	297,0 km <sup>2</sup>	19.433hab.	R\$9.310	288un	5.374 ton/ano	2.961.000,00/ano
Sto Antonio da Patrulha	1.048,9 km <sup>2</sup>	38.391hab.	R\$9.730	1.469un.	34.282ton/ano	R\$3.602.000,00/ano
Tavares	604,3 km <sup>2</sup>	5.250hab.	R\$7.421	***	***	***
Terra de Areia	147,7 km <sup>2</sup>	9.805hab.	R\$7.653	60un	415 ton/ano	49.000,00/ano
Torres	162,1 km <sup>2</sup>	32.779hab.	R\$10.474	55un	1.424 ton/ano	235.000,00/ano
Tramandaí	143,9 km <sup>2</sup>	40.467hab.	R\$8.464	5un	25 ton/ano	3.000,00/ano
Três Cachoeiras	250,5 km <sup>2</sup>	10.500hab.	R\$8.871	214un	3.311 ton/ano	801.000,00/ano
Três Forquilhas	217,4 km <sup>2</sup>	3.132hab.	R\$6.786	82un	1.525 ton/ano	798.000,00/ano
Xangri-lá	61,0 km <sup>2</sup>	10.795hab.	R\$12.159	***	***	***

\* Valor per capita

**Quadro 4 - Quadro comparativo entre os municípios da região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul**

Fonte: IBGE (2009) e FEE (2010).

Através do Banco de Dados Agregados disponibilizados no Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA, acessado pela Tabela 827 do IBGE, que trata da produção, venda e valor da produção na agroindústria rural, foi possível gerar uma relação com 18 dos 24 municípios localizados na região Litoral Norte do estado. Segundo o

responsável pelas informações do IBGE/POA, Sr. Ademir Barbosa (informação verbal<sup>14</sup>), os municípios desprezados pelo sistema: Balneário Pinhal, Capão da Canoas, Capivari, Cidreira, Imbé e Xangri-lá, não preencheram nenhum dos requisitos que caracterizam uma região agroindustrial.

Cabe ressaltar que os dados utilizados foram obtidos pelo censo agropecuário realizado no ano de 2006. Esses dados correspondem ao último censo realizado pelo IBGE no meio rural, visto que o censo agropecuário ocorre em intervalos de 10 anos (BARBOSA – informação verbal<sup>7</sup>).

O Quadro 05, a seguir, relaciona os municípios disponibilizados pelo sistema SIDRA do IBGE, com a indicação do número de informantes que exercem a atividade de alambique, a quantidade vendida de aguardente de cana e o valor da produção. Estas duas últimas variáveis são preenchidas com a letra X quando o número de informantes é inferior a 3, essa medida tem o objetivo de não permitir a individualização da informação.

Municípios	Número de informantes (Unidades)	Quantidade vendida (Mil litros)	Valor da produção (Mil Reais)
Arroio do Sal	-	-	-
Caraá	11	131	94
Dom Pedro de Alcântara	34	108	130
Itati	1	X	X
Mampituba	23	137	107
Maquiné	-	-	-
Morrinhos do Sul	25	3.375	4.166
Mostardas	-	-	-
Osório	1	X	X
Palmares do Sul	-	-	-
Rolante	1	X	X
Santo Antônio da Patrulha	9	54	172
Tavares	-	-	-
Terra de Areia	-	-	-
Torres	-	-	-
Tramandaí	-	-	-
Três Cachoeiras	14	125	128
Três Forquilhas	3	15	15

**Quadro 5 - Dados relativos a produção, venda e valor da produção da aguardente de cana-de-açúcar dos municípios da região Litoral Norte**

Fonte: IBGE (2009).

<sup>14</sup> Em contato telefônico realizado em 02 de março de 2010.

O quadro apresenta os municípios de Dom Pedro de Alcântara, Morrinhos do Sul, Mampituba, Três Cachoeiras, Caraá, Santo Antônio da Patrulha, Três Forquilhas, Itati, Osório e Rolante com 34, 25, 23, 14, 11, 9, 3, 1, 1 e 1 informantes, respectivamente.

Por sua vez, o *web site* Pampas on-line (2009), que traz uma descrição dos municípios que compreendem a região Litoral Norte do estado, identifica os municípios de Caraá, Dom Pedro de Alcântara, Maquiné, Santo Antônio da Patrulha e Três Cachoeiras como possuidores de atrações turísticas ligadas a produção de cachaça e presença de engenhos. Curioso o fato de que, segundo o censo agropecuário, o município de Maquiné não possui informantes que declararam a atividade de produção de cachaça, evidenciando a existência da atividade informal não declarada.

No que tange às informações prestadas pelo IBGE, Barbosa (informação verbal<sup>7</sup>) afirma que são declarativas e espelham a realidade apresentada pelo agricultor ao técnico do instituto. Nas entrevistas realizadas com a APRODECANA, FETAG, EMATER e Sindicato dos Trabalhadores Rurais, entre outros atores do setor, há consenso sobre o fato de que as informações disponibilizadas não são fidedignas e que não há interesse do produtor em informar sua condição no campo. Segundo informações coletadas no campo de pesquisa, essa distorção é atribuída ao medo do produtor de uma possível fiscalização, que seria oriunda das informações prestadas, e pela condição descontínua de produção (esporádica ou por encomenda), dessa forma, a produção de cachaça não seria vista pelo informante como uma atividade econômica permanente.

Os dados relativos aos produtores de cachaça formalizados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2009) foram levantados através do Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos (SIPE). Esse sistema forneceu uma listagem de estabelecimentos que foi trabalhada a fim de filtrar as informações pertinentes a região de estudo. Como resultado foi constatado a presença de 12 alambiques registrados na região Litoral Norte do estado, sendo seis em Santo Antônio da Patrulha (segundo Andrade - informação verbal<sup>15</sup> - um deles está sem operações no momento), dois em Osório, um em Caraá, Três Cachoeiras e Maquiné. Destes 12 alambiques, cinco fazem parte do GAG.

A região do Litoral Norte Gaúcho é conhecida como uma tradicional área de produção de cachaça artesanal no Rio Grande do Sul. Nas entrevistas coletadas foi declarado que quantidade de alambiques artesanais vem decrescendo nos últimos anos, contudo, não há

---

<sup>15</sup> Em contato telefônico realizado em 15 de dezembro de 2009.

informações oficiais disponíveis sobre o número de produtores de cachaça da região, visto que em sua grande maioria produzem e comercializam o destilado na informalidade.

Em um panorama geral, o setor de produção de cachaça artesanal é formado por um pequeno número de alambiques formalizados, uma grande maioria de organizações informais, cuja atividade está ligada a agricultura familiar, e organizações de cunho representativo e de fomento que agem nesse meio. A seguir, demonstro as ações e textos dos principais atores que compõem o setor.

### **6.3 As Ações e os Textos Produzidos, Consumidos e Distribuídos pelos Atores que Compõem o Setor de Produção de Cachaça Artesanal**

A identificação dos atores do setor de produção de cachaça artesanal da região Litoral Norte do estado iniciou a partir do estudo exploratório desenvolvido no primeiro semestre de 2009. Esse primeiro contato com o campo empírico permitiu o reconhecimento de um grupo de alambiques interessados na ampliação da participação de mercado da cachaça artesanal.

Esse grupo está amparado pelo projeto setorial Grupo Alambiques Gaúchos (GAG) e fez parte do Arranjo Produtivo Local (APL) de cana-de-açúcar e derivados da região do Litoral Norte Gaúcho, ambos coordenados pelo SEBRAE.

Os contatos feitos no estudo exploratório referenciaram o trabalho desenvolvido pela APRODECANA como associação representativa do setor de cana-de-açúcar e derivados do estado. Essa Associação compreende alguns alambiques formais, dentre os quais estão as organizações pertencentes ao GAG. A partir desse estudo exploratório foi possível supor a existência de sinais iniciais do desenvolvimento de um processo de estruturação dentro do setor de produção de cachaça artesanal do estado.

Também, foram revelados outros atores que agem nesse setor: a EMATER, a Cooperativa dos Produtores de Cana-de-açúcar e Derivados do Rio Grande do Sul (COOPERCANASUL) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio da Patrulha.

A seguir são identificadas e caracterizadas as ações e os textos dos atores que compõem o setor de produção de cachaça artesanal da região em estudo. A APRODECANA, o GAG e o SEBRAE, são apresentados e analisados em conjunto; a EMATER é apresentada separadamente, onde serão abordados o escritório local de Santo Antônio da Patrulha (EMATER/SAP) e escritório regional de Porto Alegre (EMATER/POA); na seqüência, a

COOPERCANASUL. O agrupamento desses atores em sub-grupos foi necessário visto que possuem grande convergência entre as ações e os textos coletados.

### **6.3.1 As ações e os textos dos Atores: APRODECANA, Grupo Alambiques Gaúchos e SEBRAE**

A Associação dos Produtores de Cana-de-açúcar e seus Derivados (APRODECANA) foi criada em 1998 e está sediada em Porto Alegre. Essa Associação foi constituída a partir da articulação de algumas organizações a fim de representar os produtores de cana-de-açúcar e seus derivados no estado.

A ação de formação da APRODECANA estava inserida em um momento de grande efervescência do setor. O destilado de cana-de-açúcar apresentava grande perspectiva de crescimento e retorno para aqueles que desejavam dedicar-se a atividade.

**EAF – 1:** [...] em 2001, o meu pai resolveu montar um outro negócio, além de manter a empresa X. A gente tinha esse sítio de lazer da família. Uma área de 40 hectares que a gente tem ali. Nos resolvemos montar um negócio lá e começamos a pesquisar que tipo de negócio poderia se fazer e tal, e ele acabou optando por montar um alambique [...] eu tava trabalhando em outro lugar, em outra empresa. Sai pra trabalhar junto com ele, montar junto e tal [...]. [...] a nossa primeira destilação de cachaça foi 2002. Tá, então assim, 2002 e 2003 a gente já foi participar de uma feira. A gente montou a empresa também com foco em exportação, não só no mercado interno, mas também pra exportação.

Segundo informações do Sr. Ary Trevisan (informação verbal<sup>16</sup>), técnico aposentado da EMATER/POA e proprietário do alambique Gotas da Moenda, a APRODECANA foi idealizada pelo Sr. José Delmar de Araújo que nunca foi produtor, mas, como entusiasta do setor, sonhou em exportar, através da APRODECANA.

**EF - 3:** ele (Sr. José Delmar Araújo) era metido, ele era meio político, isso daquilo, ele conseguiu despertar mais ou menos um negócio assim, de cachaça, do açúcar e do melado, quer dizer, por isso então que mudou o PRÓCACHAÇA pra APRODECANA: [...] associação dos produtores de cana-de-açúcar e derivados [...].

Acrescentar outros derivados de cana-de-açúcar, além de ampliar o escopo de atuação da Associação, retirou o peso pejorativo existente sobre um trabalho desenvolvido unicamente em prol de uma bebida alcoólica. Assim, diferentemente da PRÓCACHAÇA, a APRODECANA passa a agrupar os produtores de cana-de-açúcar e derivados.

<sup>16</sup> Em entrevista concedida na residência do entrevistado em 11 de janeiro de 2010.

**EAF – 2:** (A cachaça) nasceu lá no tempo do império, nasceu na senzala, [...] nós atribuímos inclusive esse diferencial ao aspecto negativo da cachaça. É aquela história, cachaça é coisa de boteco, é coisa de bêbado, é coisa de pobre, não é?

**EAF – 3:** [...] fazer cachaça ainda é um termo meio pejorativo, porque o cara toma um porre de uísque, é cachaceiro, toma um porre de cerveja, é cachaceiro, toma de vinho, ele é cachaceiro. Então, é isso aí. Também tem o vício e coisa.

Logo após a formação da APRODECANA, foi fundado um grupo denominado “Cachaças Grandes do Sul”. Segundo informações coletadas no campo empírico, esse grupo foi formado por 4 ou 5 organizações associadas à APRODECANA.

A composição desse Grupo evidenciou que, desde as primeiras articulações entre EMATER/POA, Secretaria da Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócio do Rio Grande do Sul (SAARS) e SEBRAE, havia um conjunto de atores que trabalhava em ações específicas dentro do setor de produção de cachaça artesanal do estado. Mais tarde, esse grupo de alambiques formais foi beneficiado através do projeto setorial Grupo Alambiques Gaúchos.

A missão da APRODECANA é “representar os produtores de cana-de-açúcar e seus derivados, organizar e desenvolver o setor de forma sustentável, melhorando a qualidade de vida de seus associados” (ALAMBIQUES GAÚCHOS, 2009). Nesse sentido, as ações destacadas na missão dessa Associação: representar, organizar e desenvolver o setor de cana-de-açúcar e derivados parece abranger o setor como um todo, mas estão direta e unicamente comprometidas com as necessidades das organizações associadas a ela.

**EOR/F - 6:** [...] a APRODECANA é uma associação, portanto, ela defende o interesse do associado dela. Ela não defende o setor como um todo. Então, a APRODECANA tem cadeira na Câmara Setorial, no entanto, se o associado dela tá se beneficiando, ela tá cumprindo a missão dela.

Atualmente, dos 60 alambiques que se encontram formalizados no RS, 40 são associados à APRODECANA. Segundo estimativas dessa associação, o estado gaúcho possui, aproximadamente, 2.940 alambiques informais que produzem e comercializam cerca de 13.000.000lts/ano do derivado.

Mesmo diante do desequilíbrio quantitativo entre organizações sócias e não sócias, o *web site* da APRODECANA distingue sua pretensão enquanto associação representativa do setor. “Sua criação integra o conjunto de esforços desempenhados pelo setor para organizar a cadeia produtiva da cana no estado” (ALAMBIQUES GAÚCHOS, 2009). Para corroborar com essa afirmação, o Sr. Fernando Andrade declarou que a APRODECANA possui como associados, desde os pequenos produtores de cachaça artesanal e derivados até os alambiques



maiores, como é o caso da Weber Haus, Union Distillery e Dom Braga. Contudo, dentre os alambiques informais entrevistados não foram identificadas organizações associadas à APRODECANA.

As informações coletadas contestaram a declaração de Andrade quanto à abrangência e escopo dessa Associação:

**EAF - 3:** [...] como eu participei da fundação, ela (APRODECANA) não é de cachaça e os caras que estão aqui são de cachaça [...] quer dizer, ela se tornou interesse de... eu diria o seguinte, que tem 1, 2, 3, 4, 5 que não tem produção. É uma Associação, exclusivamente, de cachaça e não era para ser assim, ela é pra ser a Associação dos produtores de cana-de-açúcar e aí vem todos os derivados da cana-de-açúcar: açúcar, melado, rapadura, isso e aquilo.

[...] como é que tu vai cobrar uma mensalidade de um desses aí (pequenos produtores rurais), de 50 reais por mês, eles não tem condições de pagar, e a APRODECANA o mínimo é 150 por mês. Ah é... sim, aí tem 5, 6 que são, e eles só pagam pra eles.

Também, foi declarado que alguns dos produtores de cana-de-açúcar, inclusive, associados à APRODECANA trabalham como atravessadores do produto cachaça. Essas organizações compram o destilado a granel das usinas de São Paulo e/ou dos alambiques informais de Santo Antônio da Patrulha, fracionam e vendem com suas marcas.

**EAF - 3:** [...] tem muita gente que, inclusive, já chegaram pra mim nas feiras, assim: “eu fui visitar o fulano, aquilo que é alambique” eu digo: “ah é, que bom que o senhor foi. O que que o senhor viu lá de interessante?”. Ele responde: “Tudo de aço inoxidável.” “Ah é. Mas aço inoxidável para que?” Ele responde: “Ta tudo guardado em aço inoxidável.” Então, 200, 300, 400 mil litros de cachaça e vem de São Paulo, descarrega nos tanques ali e deixa ali. E ele tem um alambique de fachada. [...] Aí os caras chegam pra mim e dizem assim: “Pois eles não tem cana, ele tem só um cantinho de cana para fazer tudo aquilo ali.” [...] Eu só vou te dizer o seguinte: dentro de Santo Antônio tem alambiqueiro que compra cachaça de São Paulo e vende como se fosse dele.

A APRODECANA é associada ao Instituto Brasileiro da Cachaça (IBRAC) e participa das reuniões da comissão técnica desse instituto, assim como das reuniões da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Cachaça. O IBRAC (2009) congrega organizações de todo o território nacional, como: empresas individuais (produtoras, standardizadoras ou engarrafadoras), associados coletivos (confederações, federações, associações e sindicatos), associados institucionais (órgãos do governo, entidades privadas) e associados honorários. A Câmara é um colegiado externo do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC, 2009) que discute as políticas públicas para o setor.

Segundo o executivo da APRODECANA, Sr. Fernando Andrade, o foco dos debates desses atores é atender a demanda de todo o setor de produção de cachaça, artesanal e industrial, que, atualmente, centraliza seus esforços no reconhecimento da cachaça como produto de exportação. Segundo o entrevistado, a falta de uma NCM/SH<sup>17</sup> específica faz com que a cachaça seja exportada sob a denominação de rum ou tafiá<sup>18</sup>, destilados que divergem da cachaça quanto à origem e características físico-químicas.

Nesse sentido, a APRODECANA e o GAG agem em conjunto com o IBRAC e Câmara Nacional da Cachaça e produzem textos que destacam os entraves a exportação da cachaça.

**EOR/F 1:** então, tem uma série de ações, de trabalhos que estão sendo feitos. Dentro do IBRAC existe uma Comissão Técnica que tá trabalhando, existe hoje a Câmara Nacional da Cachaça que tem reuniões trimestrais, onde são discutidas as políticas públicas pro setor, a APRODECANA tem um assento na Câmara, tanto estadual quanto nacional. Pra discutir, pra enfim, pra debater esses aspectos. E a gente tem discutido muito a questão de criar normas, regras pra exportação da cachaça.

[...] na teoria, a gente tenta promover o produto cachaça, tu entendeu? Na teoria. Só que não adianta nos bastidores, sempre tem aquela coisa do, tu imagina, sempre houve a briga histórica dos pequenos e dos grandes, eles tão juntos, é bom, é positivo, o voto é, cada um tem direito a um voto, ou seja, o meu voto vale o mesmo um voto do grande. Então, nas grandes decisões que se tomam dentro do instituto as forças são idênticas, teoricamente. A gente sabe que sai dali, a pressão de bastidor, o trabalho de *lobby*, tudo que pode ser feito pelas grandes é muito maior.

Cabe destacar que houveram entrevistados que declararam uma posição contrária sobre a aproximação existente da APRODECANA e GAG com o IBRAC.

**EOF/R – 3:** [...] o IBRAC é um instituto que defende a cachaça. Só que ele (IBRAC) não tá aberto a discutir se é de alambique ou é de coluna. [...] os Alambiques Gaúchos são associado do IBRAC. Eu [...] não vejo como interessante isso na medida que os grandes financiadores do IBRAC são instituições, são empresas de grande porte e tal.

Outras informações coletadas no campo colocaram em dúvida as reais possibilidades de exportação de cachaça artesanal. Alguns pontos importantes foram levantados pelos informantes do setor, como: o alto custo de produção do destilado artesanal e a demanda

<sup>17</sup> A Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) é a classificação de mercadorias baseada em uma estrutura de códigos e respectivas descrições, sendo utilizada para a identificação e tributação dos produtos comercializados no âmbito do Mercosul. Esta codificação é formada por oito algarismos, sendo que: os seis primeiros são formados pelo Sistema Harmonizado (SH), que é uma codificação mundial, e os demais são específicos para os produtos comercializados entre os países que compõem o Mercosul.

<sup>18</sup> O rum, o tafiá e a cachaça são destilados da cana-de-açúcar. Porém, o rum e o tafiá são feitos a partir do melão e pode ser produzido durante todo o ano. A cachaça é destilada do mosto fermentado da cana, obedecendo a safra agrícola. Além disso, possuem características peculiares de sabor e aroma.

constante por preços competitivos no mercado externo, independentemente se o produto é artesanal ou industrial. Foi constatado que alguns alambiques do GAG nunca exportaram, outros deixaram de exportar ou permanecem com exportações pontuais e esporádicas.

**EAF - 3:** [...] exportar cachaça de alambique ninguém mais quer, ninguém. Tem muitos que fazem parte dos Alambiques Gaúchos, dizem que exportam, mas não é cachaça de alambique. [...] tem gente dentro da APRODECANA que diz que exporta, mas é cachaça industrial, porque a outra não vende, não é que não tem condições, [...] o cara lá fora não sabe o que que é cachaça... ele mistura uma coisa ou outra e toma (faz referência a caipirinha).

O que se percebeu no campo empírico foi uma ligação muito forte entre a APRODECANA e o GAG. Por vezes, a existência desses atores se confunde no entendimento dos demais atores do setor. Inclusive, o GAG e a APRODECANA são atendidos por um *web site* institucional comum: [www.alambiquesgauchos.com.br](http://www.alambiquesgauchos.com.br).

**EOF/R - 1: A APRODECANA atende especificamente o setor da cana de açúcar. E foi quem deu o *start* nesse processo do Projeto Setorial (GAG).** Na verdade, foi a APRODECANA que bateu na porta de várias instituições, não apenas do SEBRAE, bateu na porta da FIERGS, do governo do Estado através da SEDAI. Foi a APRODECANA que iniciou esse movimento que hoje existe, o Projeto Setorial.

**EAF - 3: o Grupo Alambiques Gaúchos foi um negócio que se criou pra ter uma identificação de todas as cachaças do RS, não tem nada que ver com a APRODECANA, foi um negócio que o SEBRAE fez [...]** a APRODECANA tá se auto colocando... “Ah... não, só quem é sócio da APRODECANA.” Não é assim. Não tem nada a ver.

**EOR/F - 6:** o Grupo Alambiques Gaúchos contempla empresas de todas as regiões do estado, [...] ele trabalha o setor da cachaça [...] independente da região que a tua empresa pertencia, tu taria apto a estar participando, desde que tu tivesse interesse nos objetivos que o projeto propunha. **Dessa forma, se formou esse Grupo, que depois veio a ter a marca Alambiques Gaúchos, que depois veio a fundar a APRODECANA, que é a Associação que hoje representa esses Alambiques Gaúchos. Então, o Alambiques Gaúchos, ele seria uma marca comercial das empresas que trabalham cachaça, dentro da associação APRODECANA,** porque a associação, ela contempla não só produtores de cachaça, como também, derivados não alcoólicos, que é o melado, a rapadura, o açúcar e tal.

A APRODECANA, desde a sua fundação, possui um grupo de alambiques que se articula no desenvolvimento de ações que visam à ampliação do mercado de cachaça artesanal. Contudo, a cachaça gaúcha enfrenta a tradição do produto artesanal de Minas Gerais e a capacidade produtiva da cachaça industrial de São Paulo.

Nesse contexto, a vinculação ao projeto setorial Grupo Alambiques Gaúchos trouxe o suporte necessário para as ações de interesse comum dessas organizações dentro do setor. Esse grupo agiu através da APRODECANA para a formação do GAG. Essa articulação foi

viabilizada pelo apoio institucional da APRODECANA, como Associação de cunho representativo do setor e aporte financeiro do SEBRAE. Ambos, atuaram como mediadores das políticas públicas disponíveis para o setor.

**EOF/R – 1:** A APRODECANA levou a necessidade de existir uma organização e que ela não tinha condições sozinha de fazer esse trabalho, ela não tinha ferramentas, não dispunha de recursos pra fazer esse trabalho. [...] esse grupo (GAG) elegeu que para eles poderem competir com maior igualdade com o restante do país, existiam algumas questões que precisavam ser trabalhadas: primeiro, a parte de melhoria de qualificação tecnológica, tanto da produção, quanto dos produtores, de capacitações, de alinhamento da linguagem, enfim, de aprimoramento dentro da cana, até a indústria, a questão de trabalhar mercado, a questão de ter um posicionamento pra cachaça no RS [...].

O GAG foi oficializado em 2003, a partir do projeto Juntos para Competir, apoiado pelo SEBRAE, Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

Na época, a APRODECANA realizou um levantamento das regiões de maior concentração de alambiques de cachaça artesanal no estado e comprovou o potencial de desenvolvimento do setor a fim de participar do projeto Juntos para Competir.

Posteriormente, a APRODECANA e o SEBRAE, em parceria com a EMATER e secretarias da agricultura dos municípios envolvidos, selecionaram as organizações que poderiam ser alavancados pelo projeto setorial denominado Grupo Alambiques Gaúchos.

**EOF/R – 1:** [...] foram feitas plenárias regionais, chamando os produtores com o apoio da EMATER, das Secretarias da agricultura dos municípios, se juntou o pessoal em cidades sedes, o SEBRAE disponibilizou transporte, ônibus pra levar o pessoal, os produtores pra lá, a partir disso, então, é que se identificou esse grupo e se viu que com esse grupo poderia-se iniciar um trabalho diferenciado como Grupo dos Alambiques Gaúchos.

O Programa Juntos para Competir é impulsionado pelo SEBRAE através da formação de Arranjos Produtivos Locais (APL's). Em 2009, o SEBRAE coordenava três APL's de produção de cana-de-açúcar e derivados no estado do Rio Grande do Sul: Litoral Norte; Centro e Vale do Taquari; Bom Princípio, Cotiporã e Harmonia.

O APL de cana-de-açúcar e derivados da região do Litoral Norte gaúcho foi pactuado no final de 2007 e findou em 2009. O GAG participou desse APL nos anos de 2008 e 2009.

O GAG é constituído por 14 alambiques de cachaça artesanal. Desses alambiques, nove não estavam localizados na região do APL do Litoral Norte gaúcho. Conforme o gestor de projetos do SEBRAE regional Litoral Norte, Sr. Thiago Camargo, em virtude do GAG ter

deixado de ter um projeto específico no ano de 2008, houve a migração total dessa organização para dentro do APL Litoral Norte. Essa medida objetivou dar continuidade as ações que o Grupo estava desenvolvendo. Segundo o entrevistado, esse grupo não caracteriza o APL, e, se considerada a caracterização de um APL, parte das empresas estariam desenquadradas do projeto, justamente, por sua localização de produção. Em contrapartida, Andrade (informação verbal<sup>19</sup>) indica que a configuração de um APL não o restringe a uma região desde que haja as demais características, como: interação entre os atores e a existência de uma governança estabelecida e atuante.

O Quadro 6 identifica as organizações que estão articuladas sob a marca comercial Alambiques Gaúchos:

**Quadro 6 – Organizações do Grupo Alambiques Gaúchos**

Fonte: Adaptado do *web site* institucional do Grupo Alambiques Gaúchos (2009).

A pesquisa de campo evidenciou que o principal objetivo do GAG é a ampliação da participação de mercado das organizações que pertencem ao Grupo. A busca desse objetivo é desdobrada em três ações: desenvolver uma pretensa cachaça de referência através da distinção do produto artesanal dentro de setor; posicionar a cachaça gaúcha como um produto de qualidade reconhecida; e atingir maior valor agregado e novos nichos de mercado por meio

<sup>19</sup> Em contato por MSN em 13 de janeiro de 2010.

da especialização do produto. Essa especialização se dá pelo emprego de técnicas utilizadas por outras bebidas ditas “mais nobres” como é o caso do uísque. Entre as técnicas que agregam maior valor a cachaça artesanal, ainda perdura o tradicional envelhecimento do produto em barris de carvalho. Cabe destacar que há textos contraditórios a esse respeito:

A minha preferência pela pinga nova, branca, fresca, no máximo descansada até três meses, esse meu purismo e fidelidade à cachaça verdadeira, em seu estado primitivo e original, não faz com que eu me afaste ou rejeite a cachaça envelhecida. Ela também tem o seu valor, a sua personalidade, as suas virtudes. É, certamente, tem o seu mercado garantido, é mais um território a ser explorado e a ganhar milhões de consumidores em todo o mundo. [...] A madeira mais usada e querida no país, especialmente por quem não conhece cachaça, ou por quem não gosta de cachaça, por aquele sujeito que bebe por todos os motivos, menos porque gosta, é o carvalho. Considero a preferência pelo carvalho um mimetismo tolo, próprio do subdesenvolvido, do espírito colonizado. “Macaquismo”. O carvalho, madeira européia, utilizada no envelhecimento do uísque, do boubon, do conhaque, do vinho, do xerez, do rum, entre outras bebidas, não existe no Brasil. Trata-se de uma espécie que interfere intensamente nas chamadas características organolépticas da cachaça. Altera a sua cor, o seu aroma, o seu gosto. Fabrica outra bebida. Não se dirá que o carvalho seja impróprio para envelhecer bebida [...]. [...] o que critico é essa ditadura do carvalho, o seu uso indiscriminado, o seu mal uso, a sua escolha como panacéia do envelhecimento (CÂMARA, 2004, p. 51-2).

É confortável, mais fácil, importar ou comprar barris esgotados das indústrias de uísque, reutilizá-los imediatamente ou desmontá-los, raspar as suas paredes internas e enchê-los de cachaça, violentando a bebida, temperando-a com odores e sabores estranhos, ao invés de procurar, numa tradição de mais de três séculos, e nas recentes pesquisas de universidades, as madeiras corretas para o processo de envelhecimento [...] (CÂMARA, 2004, p.56).

O alto valor agregado do produto envelhecido, questão que parece incontestável e que apresenta características de grande difusão e consumo no setor, possui posicionamentos diversos que não são ignorados pela APRODECANA, GAG e SEBRAE, são desconsiderados como importantes para o setor.

Como projeto setorial, as ações do GAG foram apoiadas e desenvolvidas pela APRODECANA e pelo SEBRAE. O SEBRAE é um ator de destaque dentro do setor de produção de cachaça artesanal do estado do Rio Grande do Sul. Essa entidade detém as formas de acesso a importantes políticas públicas disponíveis, posição que lhe permite impor suas ações e textos. Como foi o caso do estabelecimento de parâmetros para as organizações que adentraram no GAG, e depois, daquelas que desejassem permanecer dentro do projeto setorial.

**EAF – 1:** [...] teve um dos anos que tinha uma das feiras internacionais que ninguém, quase ninguém do grupo tinha disponibilidade, até financeira, de ir, estar presente e tudo, e nós entendemos que seria melhor não participar [...]. Só que por uma pressão do SEBRAE, por existir esse projeto setorial, e eles terem, também,

que prestar contas ao SEBRAE nacional, ou alguma coisa assim, em relação a “pô o projeto setorial é de vocês, nós estamos apoiando e porque vocês não vão pra feira?” Então, foi feita uma pressão muito grande, eu lembro na época assim, a gente teve uma reunião [...] e eu lembro que eu fui pra reunião e disse: “Alessandra, não adianta vocês imporem pra gente a participação numa feira se o grupo não quer.” Eu sei que deu tanto debate que no final das contas acabaram indo e aí foi uma das vezes que não foi o Grupo, foram duas ou três, duas pessoas representando o Grupo.

Evidentemente, que o desenvolvimento de projetos setoriais de curto prazo (2 a 4 anos) demandou o investimento em ações pontuais e o envolvimento de organizações que ofereceram uma maior probabilidade de resposta ao SEBRAE. Nesse sentido, está o aporte financeiro de 70% do custo de participação em feiras internacionais e a contrapartida, além dos 30% do custo restante, relatórios de contatos efetivados e/ou exportações.

O esforço de desenvolver uma pretensa cachaça de referência através da distinção do produto artesanal dentro de setor foi evidenciado na grande maioria dos textos da APRODECANA, GAG e SEBRAE. Nesse sentido, houve relatos de ações de diferenciação do produto artesanal e industrial, como: eventos de análise sensorial e busca de projetos específicos para a cachaça artesanal. Entre os textos, a grande maioria exalta a superioridade do produto artesanal sobre o industrial.

**EOF / R – 1:** [...] a gente (APRODECANA e GAG) procuramos o ministério (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) pra que houvesse a possibilidade de abertura de um projeto, especificamente, para a cachaça artesanal, porque o contexto é outro, a realidade é completamente diferente, em todos os aspectos: em quantidade, volume de produção, em competitividade, em foco de mercado, então, são produtos distintos, produtos completamente diferentes que precisam de uma abordagem diferente [...].

**EOF / R – 1:** [...] a legislação, hoje, nacional, ela não reconhece cachaça de alambique e cachaça industrial. A legislação tem um termo dito cachaça, aguardente de cana de açúcar fermentado. [...] a legislação entende que o produto é igual, ponto. [...] Agora, em caráter de estudo e de pesquisa, é interessante se questionar sobre a existência de uma diferenciação [...] Eu, por exemplo, não tomo cachaça (industrial) [...] e não porque eu não gosto, porque eu sei a forma que é produzida.

O posicionamento da cachaça gaúcha como um produto de qualidade reconhecida encontrou terreno fértil na possibilidade de certificação do produto através do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO).

**EOF/R 1:** [...] precisávamos de algo que validasse essa dita qualidade diferenciada do projeto (GAG) da cachaça do RS. Porque desde o início a gente sabia que nós não teríamos condições de competir com a tradição de Minas Gerais, porque Minas é reconhecida nacionalmente como produtor de cachaça. [...] Nós não podemos competir em escala de produção com São Paulo e com o Nordeste, então, nós só poderíamos competir com um mote, que seria a qualidade, mas não adianta nós quisermos dizer o nosso produto tem qualidade; [...] nós precisávamos de alguma

coisa que atestasse isso. [...] A gente viu que ali estava a grande oportunidade que a gente tava esperando de ter algo que validasse a questão qualidade. Então entramos de cabeça, começamos o trabalho.

Assim, através do Programa Brasileiro da Avaliação da Conformidade (PBAC) foi criado um Regulamento de Avaliação da Conformidade da Cachaça (RACC). Esse documento possui 96 itens de conformidade e foi validado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e INMETRO. A adequação a esses critérios é um dos objetivos do GAG e possui aporte financeiro do SEBRAE.

Cabe salientar que os textos produzidos pelos produtores informais não mencionaram a certificação de qualidade defendida pela APRODECANA, GAG e SEBRAE. Também, foi possível registrar informações contraditórias dentro do próprio grupo de organizações formais.

**EAF - 3:** Eu acho o fim da picada, por exemplo, a tal da certificação da cachaça, isso é o fim da picada. Tu compra a certificação, é só tu pagar. [...] não é do INMETRO, é do IBAMETRO<sup>20</sup>, o INMETRO não faz, então, é a da Bahia.

A grande diversificação de cachaças produzidas pelas organizações pertencentes ao GAG demonstram o esforço dessas organizações em desenvolver variações da cachaça pelo envelhecimento, incorporação de sabores etc. com o objetivo de conquistar maior valor agregado para o produto, assim como, novos nichos de mercados que disponham de consumidores com maior poder aquisitivo.

**EAF - 1:** [...] a gente tem uma linha de produtos, a cachaça X em três versões diferentes, a gente tem a branca, a madeira, que é a premium, uma cachaça envelhecida em tonéis de carvalho por mais tempo. A gente tem uma linha mais popular [...] que é uma cachaça destilada branca mais pra caipirinha, enfim, a gente compararia ela com cachaças mais populares [...], a gente conseguiu uma redução de custo de produção nela pra gente poder puxar o preço mais pra baixo e fora isso nos temos também o serviço de prestar o serviço de engarrafamento pra terceiros [...].

O desenvolvimento de uma pretensa cachaça de referência através da distinção do produto artesanal dentro de setor; o posicionamento da cachaça gaúcha como um produto de qualidade reconhecida; e, a especialização do produto a fim de atingir maior valor agregado e

---

<sup>20</sup> O Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade - Ibametro é uma autarquia da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia e órgão delegado do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) para o Estado. Disponível em: <<http://www.ibametro.ba.gov.br/>> Acesso em: 11 mar. 2010.



novos nichos de mercado são ações que demonstraram produzir textos rotineiros com o objetivo de estabilizar os significados que estão associados com essas ações.

Esses textos, em sua maioria, versaram sobre: o reconhecimento da origem tradicional do destilado artesanal no Brasil, processo de produção e superioridade qualitativa da cachaça artesanal frente à industrial, necessidade de um padrão qualitativo certificado para a cachaça de alambique, características regionais de produção do derivado dando ênfase as características distintivas da cachaça gaúcha e diversificação do produto a fim de competir por novos nichos de mercado, nacional ou internacional.

Outra fonte de produção de textos especializados e periódicos que busca estabilizar o significado que está associado com as ações desse conjunto de atores foi evidenciada nas participações em feiras especializadas, onde há a apresentação das características da cachaça artesanal, degustação do produto *standard* (cachaça branca) e especializado (cachaça envelhecida), exposição de marcas certificadas do Rio Grande do Sul etc.

A participação da APRODECANA e GAG em feiras nacionais e internacionais visam divulgar a cachaça artesanal produzida pelo GAG. Essas feiras são apoiadas financeiramente pelo SEBRAE e, em alguns casos, pelo Governo do estado do Rio Grande do Sul através da Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI). As principais feiras são: EXPOINTER, Feira Mundial de Alimentos e Bebidas (ANUGA) e Feira Internacional de Alimentos e Bebidas (SIAL).

Outrossim, esses atores demonstraram buscar legitimidade no setor de cachaça artesanal através da articulação com atores que ocupam posição central no setor, como: o IBRAC, o SEBRAE, a FIERGS, entre outros. Essa aproximação permite produzir textos de grande difusão no setor.

Um exemplo de texto produzido pela articulação entre APRODECANA, GAG e SEBRAE foi o Programa Campo e Lavoura veiculado na RBS no dia 28/02/2010, onde o apresentador afirmou que, mesmo não sendo um produto tradicional do Rio Grande do Sul, a cachaça começou a despontar no mercado internacional, visto que os produtores do estado estão trabalhando no sentido de conquistar o selo de qualidade para exportação que é emitido pelo INMETRO e reconhecido em mais de 80 países. Esse selo é aquele concedido aos alambiques que estão adequados ao Regulamento de Avaliação da Conformidade da Cachaça (RACC).

Textos produzidos a partir de cursos, palestras e *workshops* desenvolvidos pela APRODECANA e GAG, em parceria como o SEBRAE, SESC, IBRAC, FIERGS, entre outros, que objetivaram, principalmente, à distinção das cachaças artesanal e industrial. Cabe

salientar que esses gêneros de textos evidenciaram um estilo que coloca os atores organizadores como detentores e propagadores das informações relevantes do setor de produção de cachaça artesanal do RS.

As fotos da Figura 5 referem-se ao *workshop* Internacionalização do Setor da Cachaça realizado na FIERGS em 09/12/2009. Nesses registros é possível visualizar a mesa de degustação de cachaça onde se encontram os produtos do GAG.



**Figura 5 - Mesa de degustação de cachaça - *workshop*: Internacionalização do Setor da Cachaça**

Esse evento contou com a presença do GAG, APRODECANA, SEBRAE, IBRAC, entre outros convidados e palestrantes. As palestras foram: Cachaça: uma proposta de posicionamento no mercado internacional, pronunciada pelo professor Sr. Jairo Martins da Silva; Estratégias de Marketing para o acesso ao mercado europeu, proferida pelo Sr. Michel Deflache (ex-diretor do Beaujolais wines committee); e Apresentação do Instituto Brasileiro da Cachaça (IBRAC) desenvolvida pelo Sr. Fernando Andrade. Durante as exposições foram tratados de assuntos que versaram sobre os problemas de reconhecimento da cachaça artesanal como produto diferenciado e dificuldades de comercialização do produto. Dentro desse escopo, o Sr. Deflache trouxe o caso de sucesso do vinho francês Beaujolais, destilado artesanal com forte apelo as suas características regionais de produção.

Os resultados bem sucedidos das ações da associação de vinho francês representaram uma oportunidade de produção de textos que evocaram entendimentos e significados que já se encontravam fundamentados, mesmo que em outro setor. Esses textos embasaram as ações e textos da APRODECANA junto aos seus associados, como: a importância de uma associação que represente um setor que produz um produto de características regionais e de grande valor agregado, cobrar por esse serviço de representação e buscar novos nichos de mercado através da exportação.

Um dos debates que chamou atenção foi aquele travado entre o professor Sr. Jairo Martins da Silva, que defende o desenvolvimento de fornecedores nacionais para as garrafas de cachaça artesanal, e dois representantes do GAG, que defenderam a importação de garrafas. Essa importação foi justificada pela qualidade e design da embalagem, questões que, segundo eles, são valorizadas pelo consumidor de cachaça artesanal, principalmente, no exterior.

Outros eventos, como o de degustação de cachaça sobre a denominação de análise sensorial, organizados pela APRODECANA e GAG, ganham ares de cientificidade. Esses eventos reúnem formadores de opinião que realizam testes comparativos entre a cachaça industrial e artesanal (*standard* e especializada). Entre esses formadores de opinião estão os *chefs* de cozinha, os críticos de gastronomia, *sommelier's*, jornalistas etc.

**EAF/R – 1:** nós temos uma ferramenta que se chama análise sensorial, uma degustação orientada que a gente promove, com pessoas formadoras de opinião buscando, justamente, essa conscientização, ali a gente mostra a origem da cachaça, como ela surgiu a sua evolução ao longo dos tempos até hoje. A diferenciação do processo produtivo industrial e de alambique e, depois, faz uma análise dos produtos, onde a gente analisa duas amostras de cachaça branca e duas envelhecidas e entre elas está uma amostra da industrial. No momento em que há essa comparação das duas, [...] a gente tem tido um retorno fantástico, a pontuação que obtém as industriais sempre são, infinitamente, menores que a pontuação que atinge as cachaças de alambique. [...] só que é um trabalho de formiguinha. [...] No momento que as pessoas se derem conta que se elas usarem uma cachaça de alambique, de qualidade, elas não terão a dor de cabeça no dia seguinte, elas vão começar a ver que realmente vale à pena pagar um pouco a mais.

Nessa citação é importante destacar dois pontos: a tentativa de diferenciar a cachaça artesanal e industrial, mas, também, de destacar que há artesanais sem qualidade. Assim, o GAG trabalha na distinção dos seus produtos.

Concomitantemente, existem cursos de análise sensorial da cachaça elaborados e oferecidos pelo SEBRAE e SENAC em parceria com a APRODECANA e GAG, que oferecem as cachaças a serem analisadas. Segundo o *web site* institucional do SENAC (2009), o curso tem o objetivo de informar sobre os diversos tipos de cachaça e suas diferenças.

Esses textos requerem outros textos, principalmente científicos, que suportam uma provável diferença físico-química entre as cachaças industrial e artesanal, o que permite ao evento produzir textos especializados que tratam do reconhecimento de uma cachaça que apresente características superiores. Dentro desse escopo, foram evidenciados textos produzidos com aspectos de gênero científico, técnico e informativo que referenciam outros

textos que utilizam os mesmos gêneros. Essas características permitem que os textos produzidos sejam facilmente reconhecidos e generalizados através dos gêneros investidos, e evoquem entendimentos e significados que estão fundamentados no setor, aumentando sua capacidade de difusão e disseminação.

A coleta de dados evidenciou que a utilização de textos de gênero científico representa uma das principais estratégias de suporte aos textos produzidos pela APRODECANA, GAG e SEBRAE. É possível citar o estudo de mercado “Cachaça Artesanal” desenvolvido pelo SEBRAE e Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) (2008) e os artigos gerados por ocasião do Congresso Brasileiro da Cachaça (CONBRAC).

O estudo de mercado “Cachaça Artesanal” é um texto que possui grande difusão no setor, visto que os seus produtores ocupam uma posição central e falam a partir de um gênero predominantemente científico, fato que aumenta a probabilidade de sua incorporação ao discurso mais amplo e/ou sua utilização por outras organizações.

Um exemplo da utilização desse trabalho foi gerado pelas afirmações de que a cachaça é um produto diretamente ligado às suas origens de produção, mas que demanda novas práticas de destilação.

[...] a tradição transferida de geração a geração deve ser valorizada, mas não é determinante; a partir do momento em que forem identificadas melhores práticas para a produção, com vistas à melhoria da qualidade da cachaça, o produtor deve buscar adaptação a essa nova realidade (SEBRAE/ESPM, 2008, p. 132).

**EAF - 2:** todo o destilado [...] no mundo todo, destilado é uma coisa milenar no mundo; ele sofre um processo de aprimoramento, isso também tá acontecendo aqui no Brasil. Esse desenvolvimento tecnológico é muito mais, hoje, no centro do Brasil, principalmente Minas Gerais, no Rio, no Nordeste, menos aqui no Rio Grande porque nesse aspecto de desenvolvimento tecnológico nós temos um suporte, ainda, muito pobre dos órgãos técnicos no caso. Isso vai desde o desenvolvimento de variedades de cana adequadas, aquela história toda. Então, há um processo bastante amplo e que a gente tá procurando afunilar ele na direção da qualidade, da qualificação.

Outro exemplo converge com os textos de especialização da cachaça artesanal: “a cachaça artesanal claramente decidiu ou foi compelida a competir por meio da especialização de nicho, por tipo de produto” (SEBRAE/ESPM, 2008, p.134).

A respeito do CONBRAC, a Federação Nacional das Associações dos Produtores de Cachaça de Alambique (FENACA) está à frente da sua organização. Esse congresso objetiva reunir profissionais envolvidos na cadeia produtiva da cachaça, estudantes e apreciadores da bebida a fim de propiciar um espaço de discussão. Segundo o *web site* do congresso, as

palestras e debates tem potencialidade para fortalecer a organização institucional do setor, disseminar novas idéias e motivar o meio acadêmico a desenvolver pesquisas técnicas-científicas sobre o setor (CONBRAC, 2009).

O II CONBRAC foi realizado nos dias 18 a 20 de março de 2009, em Salvador e contou com a parceria de duas universidades da Bahia: a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e a Universidade de Santa Cruz (UESC), assim como, o apoio de professores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Estadual Paulista (UNESP). Por sua vez, os patrocinadores do congresso foram o SEBRAE, o governo do estado da Bahia e o governo federal (CONBRAC, 2009).

Outrossim, a APRODECANA, o GAG e o SEBRAE também utilizam textos governamentais (legislação) e técnico já estabelecidos no setor a fim de evocar entendimentos e significados para os seus próprios textos:

**EAF - 2:** Aguardente é todo o segmento de destilados da cana-de-açúcar [...] A cachaça é o destilado de cana-de-açúcar que está dentro do segmento aguardente. Então, aguardente nós temos uma classificação de 38 a 54 é percentual do volume, no caso, de álcool. Então, isso aí é uma classificação legal 38 a 44, a cachaça que é o derivado da cana-de-açúcar, o destilado da cana-de-açúcar, vai de 38 a 48. Então, ela está dentro do segmento aguardente. Aguardente eu posso fazer de qualquer outro produto destilado... desde maçã... qualquer uma outra coisa. E a cachaça não. Cachaça pela legislação brasileira é o produto destilado do caldo, do mostro da cana-de-açúcar, nessa graduação, [...] a diferença, por exemplo, da destilação da aguardente... é feita em um processo contínuo que aí já é um processo industrial no caso. Se nós pegarmos qualquer uma dessas aguardentes e você vai olhar no rótulo, no rótulo indica aguardente de cachaça, isso é estabelecido pela legislação [...].

[...] hoje, nós temos alambiques maiores, [...] no Brasil são em torno de 1000 litros de produção de cada vez [...] eu produzo em torno de 100 litros de cachaça de cada vez. Então, esse é o grande diferencial. Isso agrega uma série de vantagens em termos de qualidade. [...] ela (a cachaça) preserva os sabores originais da cana-de-açúcar.

**EAF - 1:** [...] nos últimos anos, com a participação do grupo dos Alambiques Gaúchos, onde somos todos cachaças artesanais, mais qualificadas e tudo, a gente até tá notando, também, uma mudança no perfil do consumidor no exterior porque ele deixou de querer só a cachaça branca pra caipirinha, a cachaça mais barata, e ele está começando a querer uma cachaça mais qualificada, também.

Para os representantes dos alambiques Dom Braga e Fonte Imperial, alambiques pertencentes ao GAG, a denominação cachaça de alambique pressupõe uma produção artesanal que representaria a legítima cachaça brasileira. Na opinião dos entrevistados, a produção industrial, através da utilização de técnicas capazes de garantir a alta produtividade de cachaça, resultaria na alteração das características do produto, além de colocar em dúvida a qualidade do mesmo.

Os produtores industriais não foram abordados nessa pesquisa; contudo, a título de contribuição quanto à existência de textos de oposição às citações anteriores, é possível trazer a afirmação do empresário Sr. Luiz Dourado (informação verbal<sup>21</sup>), proprietário do Engenho Sapucaia de Pernambuco. Para ele, o produto industrial é o único capaz de alcançar um padrão, visto que as características de um processo produtivo mecanizado e contínuo permitem o monitoramento constante da produção.

Cabe citar exemplos da contra argumentação encontrada no setor de produção de cachaça artesanal quanto à produção padronizada da cachaça industrial:

**EAF - 3:** Ele (destilaria industrial) defendeu o peixe dele (quando diz que a legitimidade pode ser alcançada somente com padronização). E ele tem, até, uma determinada razão, porque tem padrão, agora o padrão pode ser ruim, mas é padrão.

**EOF/R - 6:** Eu acho que a grande riqueza tá justamente nesse ponto (de não haver padrão na cachaça artesanal) É assim, em questão de sabor, nenhuma bebida será sempre uniforme, se ele te dá essa certeza é porque alguma coisa ele faz pra que isso aconteça. Agora, quando se deriva de vegetal, o vinho, por exemplo, porque que a gente tem diferenciação de safras, porque por mais que tu tenha uma marca e um tipo de uva fiel a ele, uma safra pode ser diferente da outra, porque é um produto, cada um é um, [...] nenhum grão de uva é igual ao outro, então, tem suas propriedades individuais, o que confere a cada safra uma diferenciação, e a cana é a mesma coisa, cada cana esmagada é uma cana esmagada.

Outra característica dos textos produzidos pela APRODECANA, GAG e SEBRAE é o destaque para a distinção da cachaça gaúcha através das características regionais do estado. Entre esses textos, há diversas referências a textos que diferenciam a cana produzida no estado do Rio Grande do Sul daquela produzida nos demais estados. Esses textos evocam um conhecimento estabelecido de que o amadurecimento da cana-de-açúcar pelo choque térmico causado pelo frio do Rio Grande do Sul seria responsável por uma maior concentração de açúcares na planta.

**EAF - 2:** Nós temos um diferencial, que é, há bastante tempo, notado aqui no Rio Grande, e que a gente não trabalhou em cima dele, agora que nós estamos iniciando esse processo. É que a produção de cana do Rio Grande do Sul é diferenciada da produção do Brasil [...]. A cana do Paraná pra cima amadurece num processo, num ciclo normal da cana. Aqui no Rio Grande do Sul ela amadurece em função do clima, do choque térmico, do inverno. Então o que que acontece com aquilo ali, quando esfria, ela concentra os açúcares e dá um sabor diferenciado a nossa cana.

Outro apelo para a legitimação encontrado entre esses atores foi a exaltação da cachaça artesanal produzida no Rio Grande do Sul. Os atores destacam a necessidade do

<sup>21</sup> Em entrevista concedida no Engenho Sapucaia – PE em 20/10/2009.

reconhecimento da cachaça gaúcha com um produto diferenciado por sua qualidade e características sensoriais próprias adquiridas pelo clima do estado sobre a cana-de-açúcar. Inclusive, uma explicação para a cachaça de qualidade advinda de áreas externas ao zoneamento<sup>22</sup> de cana-de-açúcar.

**EOF/R - 1:** a gente sabe que antes de brigar por cada uma das marcas, nos precisamos brigar por isso aqui oh (aponta para a bandeira do estado do Rio Grande do Sul), gaúcho, cachaça de alambique gaúcha, é isso que a gente precisa marcar, depois que a gente parar num posto de combustível [...] na beira da estrada e ver produto gaúcho e não produto mineiro sendo vendido, aí, a gente pode começar a querer brigar por espaço de cada uma das marcas, antes a gente precisa estabelecer o produto, fazer com que o produto seja reconhecido, então essa é a mentalidade de todos nós do setor, quando se fala da questão do reconhecimento da cachaça, é óbvio que, isso sendo feito aí vai começar a briga da questão, bom, foi reconhecido a cachaça, agora nos vamos ter que fazer com que seja reconhecido, seja destinado uma verba pra trabalhar o artesanal e o industrial o grande não precisa de 5 milhões de reais pra fazer trabalho lá fora, quem precisa de 5 milhões de reais são os pequenos.

**EOF/R - 5:** nós temos uma cachaça diferenciada, sem dúvida nenhuma. [...] Eu não sou um *expert* em cachaça, mas se você fizer uma análise, o pessoal tem dito que a cachaça do Rio Grande do Sul tem uma qualidade interessante, daí, quando você sai e fala com outros estados eles também colocam a mesma situação, quer dizer, a nossa cachaça é diferente... todos. [...] nós temos uma condição, e tem, mas o estado do Rio Grande do Sul tem uma variabilidade muito grande, se você pegar a cachaça que é produzida aqui na pelo Dom Braga, tá fora do zoneamento, tá fora de tudo, mas eles tem um micro clima ali que possibilita ele fazer aquele trabalho, se tu olhar numa questão macro não dá.

Esses textos estão carregados de um estilo próprio do povo gaúcho. Esse estilo é marcado pelo modo como atores investem o discurso a partir de suas identidades. Nesse caso, o apego a terra, aos símbolos e as tradições.

As ações desenvolvidas pela APRODECANA e GAG evidenciaram a busca por uma posição que lhes garanta voz no setor, o que lhes permitiria falar em nome de outros atores, concentrando as demandas dos produtores de cachaça artesanal do estado e gerindo as formas

---

<sup>22</sup> O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) aprovou o zoneamento agrícola da cana-de-açúcar para o Rio Grande do Sul, safra 2008/2009, pela Portaria nº 54. Essa portaria relaciona os tipos de solo aptos à produção, divulga a tabela de períodos indicados para plantio e dispõe sobre os requisitos das cultivares indicadas para a região. São 182 municípios considerados aptos para o cultivo de cana-de-açúcar com fins de produção de etanol e açúcar e 216 municípios autorizados a plantar cana para outros fins (EMBRAPA, 2009).

de acesso as políticas públicas disponíveis por meio dos parâmetros organizativos que, aparentemente, aumentariam as chances de êxito dos programas setoriais.

As ações focadas da APRODECANA em um grupo específico de organizações que formam o GAG refletiram a capacidade de mobilização desses atores junto a Associação a fim de atingir um interesse comum: ampliar o mercado de cachaça artesanal para um grupo de produtores gaúchos.

O SEBRAE entra nesse processo como um ator articulador que fez a mediação dos recursos disponíveis através da elaboração e coordenação do projeto setorial Grupo Alambiques Gaúchos. Um projeto que apresentou reais possibilidades de êxito em curto prazo, visto que reunia organizações de demandas pontuais no setor.

Além das ações conjuntas do SEBRAE com a APRODECANA e o GAG. O SEBRAE desenvolveu ações voltadas ao fomento de outros derivados de cana-de-açúcar dentro do município de Santo Antônio da Patrulha. Essas ações foram desempenhadas em conjunto com a EMATER/SAP, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e COOPERCANASUL.

**EOF/R – 1:** [...] o Alambiques Gaúchos [...] é o projeto que vem tendo maior destaque em função de que ele congrega as empresas que estão mais desenvolvidas em termo de produção de cachaça no estado do RS [...]. O Alambiques Gaúchos é um projeto que tá mais avançado, que é composto por empresas formalizadas do setor, especificamente, da cachaça, mas existem outros projetos que trabalham com o desenvolvimento da cana-de-açúcar, mas aí voltado mais pra produtores rurais que tão buscando a formalização, que ainda estão vários passos atrás dos Alambiques Gaúchos.

**EOF/R 6:** [...] eles (Alambiques, Puro Engenho e COOPERCANASUL) atendem a públicos diferentes pra nós SEBRAE, dentro de um mesmo projeto (APL da região Litoral Norte). Só que o projeto nesse ponto, ele tá uma coisa muito interna nossa, SEBRAE. [...] é um gestor e com rubricas orçamentárias, metas físicas, coisas a desenvolver e que isso eu preciso prestar contas, alimentar, gerenciar e organizar as articulações e tudo, agora, para públicos alvo, dentro desse projeto, são coisas diferentes, são planos de ação diferentes, então eu vou te dizer, vou tratar assim, de grupos de trabalho: Alambiques, Puro Engenho e, outro, cooperativa.

O APL Litoral Norte foi um projeto que abrangeu produtores de cana-de-açúcar e derivados, contudo o SEBRAE coordenou diferentes ações de acordo com os atores envolvidos: GAG, Puro Engenho e COOPERCANASUL.

**EOF/R 6:** [...] dentro do APL tem diversos grupos. Eu tenho um grupo de fábrica de rapadura que, na totalidade, se concentra em Santo Antônio da Patrulha, tem grupos de produtores, lá de Itati, de melado e açúcar mascavo, tem a cooperativa (COOPERCANASUL) aqui em Santo Antônio, tem produtores independentes aqui em Santo Antônio, Caraá, Osório. O Puro Engenho, ele é [...] uma marca comercial que acabou saindo para esse (grupo).



O Puro Engenho foi um projeto setorial coordenado pelo SEBRAE que estava compreendido dentro do APL de produtores de cana-de-açúcar e derivados da região Litoral Norte do estado. Segundo o Sr. Thiago Camargo, Santo Antônio da Patrulha detém 80% do mercado de doces derivado da cana-de-açúcar do estado, cujo faturamento está entre 50 e 60 milhões/ano. Esses fabricantes de doces começaram a acessar novos mercados no Brasil e exterior, o que passou a demandar o fornecimento qualificado por parte dos produtores rurais. Além disso,

**EOF/R 6:** [...] nós tínhamos produtores da agricultura familiar, que sempre produziram e tiveram um cenário de dependência das fábricas de rapadura de Santo Antonio. Então, nós temos lá, vamos dizer, umas 15 fábricas, que sempre compraram como queriam comprar desses pequenos produtores em função de que o cara tá lá num canto de campo, não tem acesso a cidade, tudo é difícil e tal. Então, a fábrica chegava pro cara: "oh, me faz um tonel de melado ou me faz tantos quilos de açúcar que eu venho e te compro," aí, na hora de pagar, chegava pro cara, pagava como queria, muitas vezes com cheque de fornecedor, às vezes com cesta básica, às vezes com remédio e o produtor na situação lá como tava, ou aceitava, ou não recebia. [...] o que que a gente fez nesse projeto Puro Engenho que veio ser, depois, a ser marca comercial dessa iniciativa? Foi, justamente, qualificar a gestão desses produtores da agricultura familiar para que pudessem qualificar a produção deles e trazer o alvará sanitário pras propriedades que não tinham [...] e fazer com que as fábricas notassem um diferencial daqueles produtores.

[...] só que as fábricas no momento em que passa a comprar de um produtor mais qualificado e que querem remunerar, pagar diferente, eles precisam, também, que esse produto tenha uma diferenciação na prateleira do supermercado, então, a gente precisava dar um retorno para as fábricas lá na prateleira do mercado, então, se criou a marca Puro Engenho, onde, por trás dela, daquele selinho lá no produto, tu tem a formalização do produtor rural, a adequação dele a norma sanitária [...] Então, o selo é uma forma de reforçar essa imagem consolidada que Santo Antônio tem como a capital da rapadura e tal.

Antes de tratar a COOPERCANASUL, que fez parte do projeto setorial Puro Engenho e desenvolveu ações em parceria com o SEBRAE, EMATER e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio da Patrulha, convém dedicar a próxima sessão à apresentação e análise dos dados relativos à EMATER. Esse ator surgiu no campo empírico como articulador de ações voltadas à diversificação da produção de derivados de cana-de-açúcar do município de Santo Antônio da Patrulha. Ações que se mostraram convergentes com aquelas desempenhadas pela COOPERCANASUL.

### 6.3.2 As ações e os textos da EMATER

Em 1948, no estado de Minas Gerais, foi fundada a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR). Essa Associação foi motivada pela *American International*

*Association* (AIA) que estava empenhada na difusão do modelo de extensão rural americano no Brasil. O objetivo da ACAR era “melhorar as condições econômicas e sociais da população rural, através do equilíbrio entre ciência e problemas vivenciados pela agricultura familiar” (SOUZA; FOSSÁ, 2006, p.6). Segundo Souza e Fossá (2006), a partir de 1948, a extensão rural começou a se consolidar no país como um processo de difusão de conhecimentos e habilidades agropecuárias, florestais e domésticas.

No Rio Grande do Sul, o trabalho de extensão rural começou a partir de 1955 com a fundação da Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR). Essa Associação foi criada através de um acordo de cooperação técnica entre o Ministério da Agricultura e o Escritório Técnico Rural dos Estados Unidos. Em 1975, foi criado o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRAER). Essa entidade, que atuava na coordenação da extensão rural em todo o Brasil, foi desdobrada em associações regionais, assim, no ano de 1977, foi fundada a Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS). Como um braço de apoio do SIBRAER, a EMATER/RS assumiu a função de executora das decisões e ações dos governos federal e estadual no setor agropecuário gaúcho (SOUZA; FOSSÁ, 2006).

A ASCAR e EMATER/RS eram duas entidades distintas, mas com objetivos idênticos: dedicadas à execução de políticas de assistência técnica e extensão rural no Rio Grande do Sul. Souza e Fossá (2006) indicam que a orientação inicial dessas associações era a extinção da ASCAR. Contudo, o desaparecimento da ASCAR deixa de ser conveniente, visto que essa Associação possuía certificados de entidade filantrópica e de utilidade pública, federal, estadual e municipal, que proporcionavam a isenção de determinados tributos. Diante dessa situação foi celebrado um protocolo de operacionalização conjunta, emergindo daí a EMATER/RS-ASCAR.

Atualmente, as ações da EMATER/RS-ASCAR correspondem à união das duas associações. Dessa forma, as entidades serão identificadas ao longo da apresentação e análise dos dados por EMATER/RS.

A EMATER/RS é mantenedora de uma estrutura de capacitação rural com mais de 2.000 empregados. Sua atividade está focada na capacitação dos agricultores e na promoção de ações de assistência técnica e social. A EMATER/RS coloca em ação “a melhor e mais atuante das políticas públicas do Governo do Estado”, visto que “se tornou a representante natural do serviço oficial de extensão rural do Estado”. (EMATER/RS-ASCAR, 2009).

Essa Associação é conveniada à Secretaria da Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócio do Rio Grande do Sul (SAARS). Sua missão e visão são: “promover ações de

assistência técnica e social, de extensão rural, classificação e certificação, cooperando no desenvolvimento rural sustentável” e “ser reconhecida como referência em atividades de Extensão Rural, Assistência Técnica e Ações Sociais, Classificação e Certificação de produtos agropecuários”, respectivamente. As ações da EMATER/RS estendem-se por mais de 480 municípios do estado que compreendem aproximadamente 250 mil famílias e têm a capacidade de alavancar “o desenvolvimento sócio-econômico e cultural do Rio Grande do Sul”. (EMATER/RS-ASCAR, 2009).

A EMATER/RS possui dez escritórios regionais localizados em Bagé, Caxias do Sul, Estrela, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Santa Maria, Santa Rosa, Erechim e Ijuí. A região de Porto Alegre está dividida em cinco microrregiões: Vale do Rio do Sinos, Vale do Paranhana e Encosta da Serra, Metropolitana e Delta do Jacuí, Centro Sul e Litoral Norte (EMATER/RS-ASCAR, 2009).

O escritório regional de Porto Alegre (EMATER/POA) compreende 71 municípios, dos quais, 66 possuem escritórios locais, como é o caso da EMATER de Santo Antônio da Patrulha (EMATER/SAP) (EMATER/RS-ASCAR, 2009).

Segundo informações coletadas no campo de pesquisa, entre as décadas de 80/90, a EMATER/SAP atuava fortemente no desenvolvimento da produção de cachaça artesanal do município. A organização contava com um especialista que orientava e incentivava a atividade entre os agricultores da região. Esse especialista foi citado em diversas entrevistas como uma pessoa que possui pleno conhecimento do processo produtivo dos derivados de cana-de-açúcar, principalmente a cachaça. Inclusive, o próprio especialista era dono de um alambique na cidade de Santo Antônio da Patrulha.

Nessa época, segundo entrevista realizada com o Sr. Ary Trevisan, produtor da cachaça artesanal Gotas da Moenda e servidor aposentado da EMATER/POA, havia uma grande demanda por sucos e cachaça artesanal no estado, motivando o surgimento do programa PRÓCACHACA que, logo, veio a ser chamado de APRODECANA.

**EAF - 3:** [...] eu não me recordo, acho que foi no governo Brito [...] um cargo de confiança (Sr. José Delmar de Araújo) lançou um programa chamada PRÓCACHACA via Secretaria da Agricultura. Aí, o pessoal não gostou muito por causa do nome, aí, ele mudou o nome pra APRODECANA. E ele é o fundador da APRODECANA junto comigo [...]. Aí, nos começamos a verificar quantos alambiques tinha no RS [...] Depois ele saiu do governo, não teve mais apoio nenhum [...]. Ele continuou como presidente da APRODECANA por um tempo, hoje, não sei (o entrevistado desconhece o paradeiro do Sr. Araújo).

Segundo um dos técnicos da EMATER/SAP, nesse período havia grande expectativa de desenvolver a cachaça de Santo Antônio da Patrulha nos mesmos moldes da cachaça artesanal de Minas Gerais e São Paulo. Nessa ocasião, políticos e empresários da região realizaram visitas a outros estados. Concomitantemente, a EMATER/SAP organizava cursos de aperfeiçoamento para os alambiqueiros da região, visitava as propriedades rurais e incentivava o desenvolvimento da produção do destilado.

**EOR/F 2:** os colegas quando foram a Minas Gerais conhecer, deu o pingo da produção de cachaça aqui em Santo Antônio. Foram conhecer Minas Gerais porque tinha uma feira lá. Foram a São Paulo também, nas usinas, pra ver como é que funcionava. E daí, viram, sonharam, porque lá tinha as cachaçarias. Então, [...] se emocionam, quem sabe não vai ser a saída pra nós, então, vamos fazer a Festa da Cachaça (em Santo Antônio da Patrulha), vamos divulgar. Sonharam alto, mas se frustraram, né?

Segundo informações coletadas na EMATER/SAP, as ações que visavam alavancar o setor, como a realização da Festa da Cachaça e a Rota Turística da Cachaça em Santo Antônio da Patrulha, logo cederam espaço para a contínua retração do setor advinda das exigências para a legalização da atividade e as dificuldades de comercialização da bebida.

Cabe salientar que, no período da coleta de dados da presente pesquisa, o técnico especialista da EMATER/SAP citado pelos atores do setor encontrava-se afastado de suas atividades por motivos de saúde. O afastamento já durava dois anos, fato que, segundo os entrevistados da EMATER/SAP, contribuiu para que o setor de produção de cachaça perdesse importância dentro da Associação local.

As entrevistas realizadas na EMATER/SAP revelaram que os textos produzidos por essa Associação utilizam-se de referências a outros textos que se encontram estabelecidos no setor, como: dificuldade de comercialização da cachaça, a diversificação das atividades dos produtores de cana-de-açúcar como solução para a crise enfrentada pelo setor e o estabelecimento de um vínculo direto entre a atividade de produzir a cachaça e o provável desencadeamento do eminente vício ao consumo de álcool.

**EOR/F 2:** [...] a cachaça não dá certo, até em função dos impostos serem caros. A gente sabe porque que o imposto é caro, porque no fundo, o governo federal sabe o que vem atrás da cachaça. Então, ele vai ter que tirar do imposto, depois, aquela cirrose que deu no cara. Todos os malefícios que vem atrás do álcool [...].

[...] o grande não tira dali, da produção, ele tem outra fonte de renda, também, então, não é só a cachaça, se fosse só a cachaça eles já tinham parado, então, é outra produção que dá junto, que mantém eles. [...] porque se fosse tirar da própria cachaça, como tá a venda aí, não dá.

[...] às vezes tem criança de 11, 12 anos, que as escolas já assim, ou os adolescentes, que já chegavam alcoolizados, porque os pais fazem cachaça em casa e daí eles têm isso próximo deles. E, daí eles tomam um traguinho aqui, outro lá, escondido dos pais, depois, quando eles chegam na adolescência eles já tão viciados, vamos dizer assim, ao álcool. Isso é outro problema, aqui, né?

[...] outra coisa discutida lá naquela reunião que a gente faz mensalmente da REDE. A REDE é de atendimento a criança e adolescentes, o delegado sempre coloca que aqui é um dos municípios da região de maior índice da aplicação da lei Maria da Penha, e sempre que chega lá, o marido tá alcoolizado. No interior então isso é mais alto ainda. E quando acontece na cidade às vezes eles estão já drogados, com outros tipos de drogas, mas no interior o índice é em função do alcoolismo. Chega lá, os maridos tão bêbado batendo na mãe, nas crianças e tal.

Os textos da EMATER/SAP, no que tange a uma provável ligação entre o incentivo da produção da cachaça e os problemas de saúde pública de um dos municípios de maior tradição na produção do destilado da região Litoral Norte, buscaram, também, suporte argumentativo nos textos produzidos pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Santo Antônio da Patrulha.

**EOR/F 2:** Até tem uma pesquisa, onde Santo Antônio da Patrulha é um dos municípios de maior índice de crianças portadoras de deficiências, e existe, também, um estudo que isso poderia ser vinculado, assim, ao alcoolismo no município.

Por sua vez, uma das entrevistas realizadas na APAE de Santo Antônio da Patrulha reforçou a posição dos técnicos da EMATER/SAP através da afirmação de que há uma relação entre o consumo de álcool e o nascimento de crianças portadoras de deficiência mental. O que se percebeu foi que o caráter de cientificidade dessa afirmação está na análise dos prontuários dos pacientes da APAE. Esses prontuários são baseados em entrevistas de anamnese<sup>23</sup>, porém não estabelecem uma relação comparativa entre outros municípios e/ou regiões a fim de amparar a afirmação de que Santo Antônio da Patrulha possui maior número de deficientes mentais por se dedicar, principalmente, a produção de cachaça, e conseqüentemente, possuir grande número de consumidores da bebida.

**EOC 2:** [...] nós começamos, eu e a assistente social, a pegar os prontuários, dos nossos atendidos, e a gente... constatou que... um grande número de pessoas com deficiência com entrevista de anamnese, a família tinha, alguém na família tinha problema de alcoolismo, ou um avô já tinha sido, ou avô, ou a mãe, ou o pai tinham problema de alcoolismo, e nós, a literatura, enfim, os trabalhos científicos, nos provam isso, que existe uma incidência muito grande de pessoas com deficiência, por exemplo, com alcoolismo e fumo, os bebês nascem com menos peso, o QI abaixo da média. [...] Existia, eu li qualquer coisa, eu não me lembro se foi um

<sup>23</sup> Anamnese é uma entrevista em que o médico aborda o paciente a fim de relacionar os fatos da vida da pessoa doente que se relacionam com a doença.

trabalho da PUC, que fez uma constatação, assim, científica de que existe um fator, principalmente, no fígado que desencadearia essa questão de deficiência mental [...].

Quando questionados sobre dados empíricos que pudessem comprovar a maior incidência de deficientes mentais no município, os informantes afirmaram que não há dados a esse respeito:

**EC 1:** Não, não temos, não temos esses dados. Seria importante, mas é... só que uma pesquisa demanda tempo e dinheiro, né? E a gente não tem nem tempo, nem dinheiro, também.

**EC 2:** Não tem dados oficiais. Eu desconheço uma pesquisa que tenham feito, até porque, Santo Antonio se diz a terra da cachaça, e eu acho, que nem seria muito conveniente eles fazer uma pesquisa que fosse ter um dado catastrófico dessa natureza. O causador de destruição de lares, causador de deficiência. Então, eu acho que, até por falta de vontade, não existe essa pesquisa.

Outrossim, um dos informantes aponta outra possível causa para a maioria dos deficientes do município; contudo, a exemplo das primeiras afirmações, não há dados empíricos disponíveis a respeito.

**EC 2:** Com relação a deficiência, não acho que Santo Antônio tem mais deficientes do que em outros municípios porque, teoricamente, 10% da população mundial tem alguma deficiência, e aqui em Santo Antônio não é mais do que 10% da população de Santo Antônio é deficiente, não é, então, não é uma coisa alarmante, não é diferente de outros municípios. Então, assim, concretamente não saberia te dizer. Santo Antônio tem, além disso, além de ter essa produção de cachaça, tem casamentos consanguíneos, que, também, seria um outro fator.

Cabe destacar que, durante a pesquisa de campo foi revelado que dois dos informantes, que produziram textos enfáticos sobre os aspectos negativos da cachaça, possuem casos de alcoolismo na família ou entre os colegas de trabalho. Nesse sentido, a ação de produzir textos que destacam os malefícios da cachaça está fortemente embasada pelas experiências individuais desses entrevistados.

Atualmente, as ações da EMATER/SAP, no que se refere ao setor de produção de cachaça artesanal, estão restritas a prestação de orientações para a formalização dos alambiques da região. Os técnicos entrevistados destacaram a grande dificuldade encontrada pelos agricultores rurais da região, enfatizando a quase impossibilidade de formalização de uma organização que se dedique exclusivamente a fabricação de cachaça artesanal.

**EOR/F 2:** [...] não adianta a gente incentivar o pessoal a registrar a cachaça se não tem o comércio, [...] os agricultores que nos procura, a gente presta orientação. Mas coloca pra eles que um dos entraves vai ser a parte da comercialização, porque eles

vão ter que ter um responsável técnico pra registrar essa empresa, tem gasto pra isso aí, tem que fazer toda a construção de alvenaria. Que é um custo que tá em torno de 40 mil reais pra tu fazer essa parte física aí, e mais o registro no Ministério da Agricultura. Então, tu tem que renovar isso aí periodicamente, e, além disso, o licenciamento ambiental. Porque a cachaça é um produto que tem o produto vinhoto que polui muito a natureza. [...] Então, tudo isso aí, a gente tá orientando, né?

**EOR/F 2:** A gente orienta só que também coloca pra eles (agricultores) que, por exemplo, ele pode estar com 100 litros de cachaça e ser apreendido pela vigilância; ele vai perder toda essa cachaça; ou ele regulariza a situação dele ou ele vai ter que vender sexta-feira após as 18 horas porque daí, geralmente, não tem o fiscal, a não ser por denúncia.

As ações desenvolvidas pela EMATER/SAP estão focadas nos derivados alimentícios da cana: rapadura, açúcar mascavo e melado. Essas ações são articuladas com o SEBRAE, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Prefeitura de Santo Antônio da Patrulha

**EOR/F 2:** nós do escritório aqui, a gente começou a trabalhar mais no aproveitamento da cana-de-açúcar, na questão da alimentação, do melado e do açúcar mascavo [...]. A cachaça é mais na questão, assim, de que se viu que não teve venda.

**EOR/F 2:** Então, montou uma parceria. EMATER, SEBRAE, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Prefeitura, porque era o programa municipal da qualificação do melado e do açúcar mascavo, ele vai servir pras nossas fábricas de rapadura, aqui de Santo Antônio, porque Santo Antônio é um pólo grande de produtores de rapadura e não tem uma matéria-prima de qualidade.

Os dados coletados no campo revelaram que, apesar de o município de Santo Antônio da Patrulha ainda ser conhecido como a “terra da cachaça” e dispor de muitos produtores do derivado, as ações desenvolvidas pela EMATER/SAP concentram esforços na busca de legitimidade para a produção de outros derivados da cana-de-açúcar como uma alternativa viável para os produtores de cachaça artesanal do município.

O foco das ações dessa Associação é: orientação técnica para a diversificação das atividades dos produtores rurais do município de Santo Antônio da Patrulha. Ambiente propício para a produção de textos especializados e roteiros sobre a inviabilidade de formalização dos alambiques artesanais e/ou impossibilidade de sobrevivência das propriedades dedicadas exclusivamente à produção do derivado.

Os textos produzidos a partir das ações que visam desenvolver outros derivados da cana-de-açúcar demonstraram buscar legitimidade através de articulações da EMATER/SAP com o SEBRAE, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Prefeitura de Santo Antônio em favor do desenvolvimento dos derivados alimentícios da cana-de-açúcar. Atores que possuem uma posição representativa e de fomento dentro do setor.

Em sua maioria, esses textos versaram sobre: as dificuldades em centralizar esforços na divulgação da cachaça do município, os malefícios associados ao consumo do derivado e os benefícios dos outros derivados da cana-de-açúcar.

**EOR/F 2:** começou todo esse outro trabalho com a criança e o adolescente e tal. Que nem foi tentado montar uma rota da cachaça. Eu como conselho, até na época, eu falava: "Oh, quem é que nós vamos trazer de visitante, quem é que pode vir, vamos dizer, diariamente ou final de semana, ou coisa assim pra rota?" Ou o idoso que já não pode mais beber porque toma um monte de remédio, ou a criança e o adolescente das escolas. Como é que tu vai dar um aperitivo pra criança, tu não pode por lei. Então, o que que tu vai fazer com a criança e o adolescente? Ou com o idoso numa rota da cachaça? Só mostrar a produção, um alambique é o suficiente [...].

[...] a gente tá introduzindo na merenda escolar o açúcar mascavo e o melado [...] a gente fez um trabalho com as merendeiras das escolas infantis e tal, junto com a Secretaria de Educação. A parte nutricional foi resgatar essas receitas, de aproveitamento do melado e do açúcar mascavo. É bem mais saudável. A gente observa assim, que numa receita, por exemplo, um bolo feito com açúcar branco, ele tipo, parece que te estufa [...] é diferente do que tu comer um bolo feito de açúcar mascavo [...]. Resgatar essas receitas e introduzir na merenda escolar pra fazer a mudança lá na casa. Então, a criança come na escola, daí, ela vai fazer a mudança automaticamente porque ela vai cobrar da mãe: "Ah eu quero bolo" [...] tem o sonho de melado, da Da. Maria. [...] A gente levou a proposta pra ela, pra modificar o sonho nosso, tradicional, que é feito com açúcar e canela colocando o melado junto, e até no dia da "Rua da Cidadania" a gente lançou esse sonho e tal e o pessoal aprovou. É o sonho, conhecido nosso, tradicional sonho de Santo Antônio, só que agora é enriquecido, então, com o melado.

A disseminação dos textos produzidos pela EMATER/SAP e POA pode ser explicada pela posição central que a EMATER/RS ocupa no setor de produção de cana-de-açúcar e derivados. Essa Associação representa e fala em nome dos agricultores do estado. O fato de possuir escritórios locais que abrangem a maioria das localidades do Rio Grande do Sul, assim como a concessão de certo grau de autonomia a esses escritórios, permite uma característica difusa a suas ações, facilitando a produção de textos especializados e rotineiros junto aos municípios que comportam as suas unidades locais, como foi constatado na pesquisa de campo realizada no município de Santo Antônio da Patrulha.

As entrevistas realizadas com os técnicos da EMATER/SAP revelaram que essa Associação posiciona-se como parceira dos agricultores rurais. Em contrapartida, os agricultores rurais entrevistados e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio da Patrulha declararam a importância do suporte técnico da EMATER/SAP para o desenvolvimento da agroindústria patrulhense.

Quanto às características dos textos produzidos pela EMATER/SAP, assim como o escritório regional EMATER/POA, foi constatada a predominância do gênero informativo e educativo. Esses gêneros são caracterizados por um estilo que posiciona a Associação como



detentora do conhecimento técnico do setor. Esses gêneros e estilo são facilmente reconhecidos e generalizados no setor, fato que contribui para que os textos dessa Associação sejam utilizados por outras organizações, o que pode ser evidenciado nas entrevistas realizadas com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio da Patrulha, COOPERCANASUL etc.

**EOR/F - 3:** [...] nós nunca fomos assim de excluir, mas nem demos aquele apoio pra questão da cachaça. Se os produtores querem, né? Vão acompanhar e tal. É que sempre teve uma visão, assim, que a cachaça não era o melhor [...]. Porque a gente sabe que o álcool traz várias conseqüências. O que que nós pensamos? Pensamos no agricultor, na qualidade de vida dele, também (o informante fala e por diversas vezes busca aprovação do técnico da EMATER que se encontra no mesmo ambiente).

O público da EMATER/RS, assim como dos seus escritórios regionais e locais, é composto por agricultores familiares, quilombolas, pescadores artesanais, indígenas, assentados etc. Seus textos são difundidos através de eventos diários, programas em rádios, televisão e publicações. A EMATER/RS se coloca como “porta-voz da integração do jovem no meio rural e agente transformador da informação” (EMATER/RS-ASCAR, 2009).

Os gêneros e estilo utilizados pela EMATER/RS e escritórios, associados aos dispositivos de comunicação de massa, como o rádio e a televisão, e a produção de textos rotineiros, através de eventos diários, aumenta a capacidade de difusão dos textos e reforça a posição dessa Associação como detentora de um status representativo no setor. Essas características atuam positivamente no desenvolvimento de suas ações no setor de produção de cachaça artesanal.

Em entrevista realizada na EMATER/POA foi reconhecida a existência de uma predominância de alambiques informais sobre os formais, contudo, suas ações estão balizadas sobre questões eminentemente produtivas que, segundo o entrevistado, abrangem o setor como um todo.

**EOR/F - 5:** [...] nos tivemos um avanço de algumas ditas artesanais, que é o Weber, que é o Braga. Em Santo Antônio têm diversas. Essas aí, elas são familiares entre aspas porque são empresários que tem trabalhado com isso. Então, são duas vertentes que são muito fortes (agricultura familiar e empresarial), e a nossa maior preocupação, a minha, é mais na área de produção. O nosso trabalho ele é focado [...] na melhoria de toneladas de cana por hectare. A nossa preocupação ela vai até aí, certo?

O setor de produção de cachaça artesanal foi apresentado como parte de um setor maior: de produção de cana-de-açúcar. O foco macro da EMATER/POA buscou justificar a

melhora progressiva das condições do estado como produtor de cana e, conseqüentemente, de seus derivados.

**EOR/F - 5:** [...] que tamanho tem esse mercado? [...] o que você fizer, você tem mercado [...] você tem esse mercadinho aqui do caldo de cana até o etanol, dentro você passa pela aguardente, que você tem um mercado de consumo próprio, você tem as artesanais legalizadas, depois você tem as que produzem aguardente tipo a [...] do Salto do Jacuí, a Grandespe, depois você tem [...] outras que produzem açúcar mascavo e etanol, e depois tem uma grande que produz açúcar mascavo e rapadura, e depois tem uma razoável que produz álcool, então, a cadeia da cana é essa aqui, tem um bem pequenininho aqui, que deve ter 20, 30, 50 hectares no RS que vive, que ganha uns “troquinhos” vendendo caldo de cana, e a maior que é uma empresa (como a [...]) de Porto Xavier, que tem 2400 hectares de cana, que produz etanol, e depois aqui no meio tem todo esse povo que vive, uns vão entrar, outros vão sair, outros vão ganhar dinheiro, outros não [...] mas, o que declaro Elieti, é assim, é que tem evoluído, tem evoluído, sabe?

Segundo o entrevistado, as ações em um nível macro geridas pela Associação refletem em benefícios para toda a cadeia produtiva da cana-de-açúcar. Entretanto, os problemas relacionados ao pequeno produtor não causam impacto relevante no setor.

**EOR/F - 5:** [...] a Emater serve bem essa estrutura porque nós temos um escritório central, temos 10 regionais e 485 municipais, então você vê a visão assim (funil). Se nós estamos falando aqui das perdas que teve na soja por causa das enchentes agora, nós vamos ter uma visão assim: “ah, perdeu 0,1%”. Se você vai aqui na região de Santa Maria, pra eles é uma perda, se você vai lá no município de agudo é um desespero, agora, quando você olha de uma forma mais macro, você tem que saber fazer essa diferenciação, fazer essa leitura das diferenças que tem, quer dizer, o produtor lá pode ter perdido 100% , pode ter perdido a casa, todos os porcos, toda a soja, tudo, mas isso pra ele é uma catástrofe, o cara deve ter passado sem dormir, mas quando você olha a nível de estado, representa muito? Não. Mas, agora pro cara lá, sim. [...] quer dizer, se você abrir, você vê o quanto evoluiu, você vai descendo, descendo, descendo e chega até o produtor: “puxa, mas ele não conseguiu avançar!” Essa que é a questão, o setor sim (avançou).

A citação evidenciou o escopo macro das ações desenvolvidas pela EMATER/POA e buscou justificá-las por uma provável melhora das condições produtivas do setor no que tange ao aumento da produtividade da cana-de-açúcar. Todavia, as unidades menores de produção, pequeno agricultor rural, não são o foco dessa Associação visto que possuem participação ínfima e fracionada dentro do território do Rio Grande do Sul.

Em outras passagens da entrevista, houve relatos sobre a dificuldade de trabalho junto ao pequeno agricultor rural. O entrevistado citou algumas tentativas frustradas de desenvolver ações para aumentar a produtividade desses atores. Dentre os motivos declarados

estão a falta de aptidão do produtor ou a não aceitação de diferentes tipos de cana, novas técnicas de plantio, colheita e manejo desse insumo.

O foco no aumento da produtividade da cana-de-açúcar no setor buscou apóio no processo de zoneamento do Rio Grande do Sul. O processo de zoneamento foi destacado como um passo importante para o desenvolvimento do setor como um todo. Quanto aos benefícios advindos desse processo para os pequenos produtores rurais, o argumento foi desenvolvido sobre um provável aumento das possibilidades de crédito.

**EOR/F - 5:** em cima disso aí você tem recursos subsidiados, subsidiados não, tem recursos oficiais. Tu tem seguro, tu tem acesso a crédito, [...] Então, o zoneamento dá essa possibilidade e traz pra mesa todas essas oportunidades. Estamos avançando, poderíamos ter avançado mais, talvez sim, talvez não, mas, hoje, nós estamos bem postados com a Brasken [...]. [...] o zoneamento saiu porque a Brasken veio no estado, porque senão, não acredito que tivesse saído zoneamento. A Brasken colocou um pressão política em cima de tudo [...] puxa a EMBRAPA, EMATER, FEPAGRO, todo mundo, vamos discutir, discutir, discutir, até encontrar uma solução, porque é uma oportunidade. Em cima disso vem todo mundo, mesmo o cara que produz 1 hectare, pode ir lá no banco e dizer: “olha, eu quero recurso pra produção de cana [...] tem zoneamento, tem cultivares, tem tudo, tá tudo as claras”.

Segundo a EMATER/RS-ASCAR (2009) as atividades em agroenergia relacionadas com a produção de etanol são uma oportunidade ímpar que a bioenergia tem oferecido para a agricultura do estado do Rio Grande do Sul. Essa oportunidade passa pelo zoneamento agroecológico de culturas como a cana-de-açúcar. Essas questões despertaram o interesse, principalmente pelo aumento de demanda, das indústrias Norobios e Braskem.

O processo de produção de textos que respondem a ação nova de produzir etanol no Rio Grande do Sul é seguido por ações que buscam ganhar legitimidade no setor de cana-de-açúcar. Essas ações produzem textos novos e regulares que estabilizam o significado que foi associado à ação. Dentre essas ações estão as articulações da EMATER/POA com outras organizações em favor do zoneamento e a produção de textos especializados e rotineiros a serem consumidos e distribuídos no setor. Esses textos versam sobre os benefícios desse processo para o setor como um todo. O que se percebeu foi que os textos produzidos pela EMATER/POA são amplamente disseminados e consumidos no setor, visto que são referenciados pelas falas de outros atores do setor: GAG, APRODECANA e EMATER/SAP.

O setor apresenta textos que referenciam o zoneamento como um processo positivo para a questão do reconhecimento da região gaúcha como apta a produção de cana e, também, textos contrários a esse processo.

**EAF – 1:** [...] o grande problema, por exemplo, é o zoneamento da cana-de-açúcar que demorou esse tempo todo para sair aqui no Rio Grande. Lá no Brasil central é outra conversa, não é? Aqui foi muito mais em função de clima, né? E com isso aí, claro, não se tem incentivo de produção. [...] Hoje, há falta de incentivo devido ao não zoneamento da cana-de-açúcar, acreditamos que agora, a partir desse ano é que vai começar a melhorar isso aí

**EOF/R – 1:** eles (governo do estado) começaram a trabalhar com a questão do álcool combustível, coisa que é uma utopia pra mim [...] a produção de álcool combustível não é viável, nós não temos clima, nós não temos geografia pra isso, né? As áreas mais próprias pra produção de cana no estado são áreas de morro, você não mecaniza morro, você não consegue cana competitiva em escala de produção pra produção de álcool se não for mecanizado, então, pra mim é algo, uma idéia que já nasceu morta.

Os entrevistados da EMATER/SAP fizeram referência ao processo defendido pela EMATER/POA, contudo afirmaram que as suas ações estão focadas no desenvolvimento da agricultura familiar de Santo Antônio da Patrulha, através da assistência técnica para a diversificação das atividades dos produtores rurais patrulhenses.

A viabilização da produção de etanol em condições mais abrangentes de diversidade de clima, como é o caso do Rio Grande do Sul, é uma ação nova que demanda explicação. Essa explicação vem sendo gerada por sucessivos processos de *sensemaking*. Esse processo vem resultando em diferentes significados/interpretações para o evento que são expressos em textos especializados sobre o processo de zoneamento. Nesse sentido, parece haver uma concorrência de textos que busca respostas e estabilização para o novo evento dentro do setor.

Na última sessão desse capítulo serão apresentados e analisados os dados relativos à COOPERCANASUL. Esse ator desenvolveu ações confluentes as evidenciadas no âmbito da EMATER/SAP. Inclusive, articulações entre esses atores com o SEBRAE, Prefeitura Municipal e Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Santo Antônio da Patrulha.

### **6.3.3 As ações e textos da COOPERCANASUL**

A COOPERCANASUL foi inaugurada em 2005 como um centro de beneficiamento e padronização da cachaça. Essa organização foi viabilizada com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

A cooperativa surgiu a partir da articulação de algumas organizações junto ao comitê gestor do APL de cana-de-açúcar e derivados da região do Litoral Norte gaúcho. Esse comitê é composto pelos parceiros do Programa Juntos para Competir (SEBRAE, FARSUL e

SENAR), EMATER, Prefeitura Municipal e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio da Patrulha.

Atualmente, a COOPERCANASUL possui 24 associados e está localizada na zona rural do município, mais precisamente, a 16km do centro da cidade, região em que foi criada a rota turística denominada de Rota da Cachaça de Santo Antônio da Patrulha, que se encontra desativada.

A Cooperativa foi idealizada com a finalidade de padronizar a cachaça produzida em Santo Antônio da Patrulha, contudo, hoje, possui produtores de diversos municípios da região em estudo e trabalha, principalmente, com outros derivados da cana-de-açúcar.

Cabe salientar que, no período de realização da pesquisa de campo, a Cooperativa não era associada à APRODECANA. Contudo, foi possível constatar que dois dos seus associados são organizações participantes do GAG e que trabalharam na fundação da COOPERCANASUL. Segundo informações coletadas, esses participantes encontram-se afastados das atividades desenvolvidas pela Cooperativa.

A estrutura física da Cooperativa foi fornecida em forma de comodato pela administração municipal de Santo Antônio da Patrulha. Durante as entrevistas na COOPERCANASUL e Sindicato dos trabalhadores rurais foram apresentadas algumas dificuldades da cooperativa quanto a essa condição de comodato. Segundo os informantes não há financiamentos disponíveis para os cooperados, visto que o patrimônio da cooperativa é cedido aos associados, mas pertence à prefeitura de Santo Antônio da Patrulha, assim não há imóveis para oferecer em garantia.

Outra questão refere-se à localização da Cooperativa. Segundo informações do presidente da cooperativa, Sr. Olavio Meregalli Lang, a atual localização do pavilhão dificulta o acesso dos associados e possíveis clientes, assim como, deixa a cooperativa vulnerável a incidências de roubos. Essa localização foi justificada pela existência da Rota da Cachaça, que passa na frente da Cooperativa. Inicialmente, foi pensado em ponto de parada para os turistas do município, nesse sentido há um mirante construído na lateral da Cooperativa que dá visão a Lagoa dos Barros e Parque eólico de Osório. Durante a visita ao local, percebeu-se que o mesmo estava abandonado visto que a Rota da Cachaça estava desativada.

Nesse sentido, houve declarações de uma possível reativação da Rota. Segundo os técnicos da EMATER/SAP algumas ações junto com prefeitura do município e COOPERCANASUL estavam sendo “alinhasadas”.

As fotos da Figura 6 ilustram a identificação externa da COOPERCANASUL: 1 – Identificação da cooperativa com a logomarca que é utilizada nos seus produtos; e 2 – Placa

de inauguração que identifica a cooperativa como um centro de beneficiamento e padronização da cachaça.



1



2

**Figura 6 - Placa externa de identificação e de inauguração da COOPERCANASUL**

Em visita ao local, foi possível constatar alguns problemas estruturais do prédio da cooperativa. Em virtude de um temporal, o forro interno, da área destinada a produção de melado e rapadura, encontra-se, parcialmente, destruído. Também há inúmeras infiltrações, que segundo o presidente da cooperativa, são o resultado de uma construção mal feita.

Atualmente, a maioria dos cooperados fabrica cachaça; entretanto a cooperativa tem se dedicado a produção de rapaduras, melado (normal e batido) e açúcar mascavo. A cooperativa possui dois trabalhadores, que também são cooperados, que recebem R\$ 0,20 centavos por rapadura produzida. A produção média é de 500 rapaduras por dia, o que corresponde a R\$ 100,00 para os dois, “um bom dinheiro”, segundo o presidente da cooperativa.

Essas pessoas dormem e se alimentam no local, não tem horário fixo de trabalho e conciliam o trabalho na cooperativa com a própria plantação de cana.

As fotos da Figura 7 ilustram a produção e embale da rapadura (1, 2 e 3) e o espaço destinado a produção, armazenagem e envase da cachaça (4).



**Figura 7 - Produção e embale da rapadura e área destinada à produção, armazenagem e envase da cachaça**

O espaço destinado à produção de cachaça está praticamente desativado. Segundo o presidente da cooperativa, no ano de 2009, a venda de cachaça artesanal da COOPERCANASUL totalizou a modesta quantia de 400 garrafas. Para o entrevistado, a viabilidade da Cooperativa está na diversificação de produção.

A Cooperativa participou do projeto setorial Puro Engenho, mas também desenvolveu ações em parceria com o SEBRAE fora desse projeto, como é o caso da participação de licitações para fornecimento de alimentos (rapadura e melado). Na citação abaixo foi declarada a diferença existente entre os projetos setoriais dentro do APL de produtores de cana de açúcar e derivados da região do Litoral Norte que o SEBRAE coordenou.

**EOR/F – 6:** [...] a gente (SEBRAE) trabalha a questão de compras governamentais que eles estão iniciando, o Olavio já deve ter te comentado alguma coisa. Então, a gente trabalhou nesse acompanhamento, nessa negociação inicial, questão das datas dos produtores, a organização, mostrar como é que funciona, como é que eles podem fazer. Os cara tão produzindo, depois de anos e anos eles começaram, agora, a ter

resultados financeiros, ainda tem coisa pra entregar, tem coisa pra receber e tudo. O Grupo Alambiques Gaúchos, com essa parte técnica já são empresas mais esclarecidas é um outro nível de conversa, não é tão pequeno produtor, a conversa com os alambiques ela é mais em termos de estratégia: que tipo de estratégia, porque buscar uma certificação do INMETRO, quais os diferenciais que as empresas que já entraram tão obtendo, que abertura de mercado, que cliente ele tá conseguindo atingir, que mercado tá mais disposto a comprar, pra onde é que as empresas estão exportando, quem é que tá tendo interesse na cachaça do RS, participação em feiras [...].

Nesse sentido o SEBRAE articulou ações com a COOPERCANASUL e projetos setoriais Puro engenho e Grupo Alambiques Gaúchos.

As evidências coletadas no campo empírico demonstraram que as ações desenvolvidas pela COOPERCANASUL objetivam a ampliação do mercado de derivados alimentícios da cana-de-açúcar. A concentração de esforços de uma cooperativa, inicialmente criada para a padronização da cachaça artesanal do município, na produção de outros derivados da cana-de-açúcar busca ganhar legitimidade no setor através de articulações com a EMATER/SAP, SEBRAE, Prefeitura Municipal e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio da Patrulha. Essas ações produzem textos rotineiros e especializados sobre: as dificuldades de comercialização da cachaça artesanal, a diversificação de produção através de outros derivados de cana-de-açúcar como uma alternativa viável para superar as dificuldades do setor e a necessidade de ampliação do mercado de atuação da Cooperativa.

A Cooperativa como produtora de textos ocupa certa centralidade na sua região de atuação, contudo a força de disseminação e consumo dos seus textos está na aproximação com atores representativos do setor e na constante referência aos textos produzidos pela EMATER/SAP e SEBRAE.

Outra fonte de produção de textos da Cooperativa é a participação em feiras de produtores rurais. Essas feiras são organizadas pelos municípios em parceria com os Sindicatos de trabalhadores Rurais e EMATER/SAP. Os textos produzidos por essas ações reforçam a identificação da Cooperativa com atores representativos no setor, além de reafirmar a posição dos diversos derivados da cana-de-açúcar como possibilidade viável para a agricultura familiar.

Os dados coletados no setor, também revelaram textos que referenciam textos já estabelecidos. Esses textos evocam entendimentos e significados para os indivíduos, como é o caso da referência ao alcoolismo e a desqualificação da cachaça como um produto de consumo para justificar uma provável falta de apoio governamental para a atividade de alambique.



**EOF/R - 4** - [...] até pela política do governo hoje, do combate ao fumo e a cachaça, a gente tem dificuldade de encontrar no governo alguém que queira defender esse setor, até aquela questão toda de saúde, então, isso é um trabalho que sofre muita restrição.

[...] como cachaça não é remédio, não é alimento, é considerada uma droga, igual ao fumo, então, eu percebo [...] que o agricultor familiar ele tá sendo proibido de produzir [...] Não é uma proibição direta, mas aos poucos você acaba se desestimulando.

**EOF/R - 3:** Agora, se trabalha com açúcar, com melado, tu já vai mostrando pros filhos que aquilo dali é um outro produto [...]. E nós como sindicato, pensamos por esse lado, porque a rapadura, o açúcar tudo tu vende pra qualquer um, tu não tem problema de [...] vender pra menores de 18 anos, não tem isso, é pra menores de 18 anos é que tem que consumir a rapadura, o melado porque tá na fase de crescimento [...]. Então, essa é a nossa visão [...]. [...] Nós nunca excluimos, assim, dizer pro cara porque cachaça não, a gente sempre tava junto, mas não era o foco principal.

**EOF/R - 4:** [...] tem um outro ponto que acaba prejudicando um pouco, que a cana-de-açúcar, também, no momento em que ela é transformada em cachaça ela deixa de ser alimento, a produção de melado, rapadura, doces [...].

Os alambiques informais entrevistados, também, trouxeram a diversificação como uma ação importante para suplantiar o declínio da comercialização da cachaça artesanal. Além disso, declararam que a cooperativa é uma das alternativas para continuar trabalhando com a cana-de-açúcar, seja na produção de cachaça, de açúcar mascavo, de rapadura e/ou de melado.

**EAI - 2:** Não tá aquilo, né? (sobre a venda de cachaça) [...] é uma coisa que é muito lento, devagar, mas parado também não, bem ou mal, como dizem, sempre tem os que tomam [...]. [...] nós só produzíamos cachaça, a idéia é produzir melado e açúcar porque quando a cachaça (embuchar), sempre embucha uma coisa, [...] a gente pode fazer melado, [...] a gente pode fazer açúcar mascavo [...].

**EAI - 1:** [...] eu acho que não tem outra saída a não ser a Cooperativa (COOPERCANASUL) porque a gente pode entregar com nota de produtor [...] daí a parte jurídica é com ela, o produtor rural não perde o seguro social dele. Isso complica para o produtor rural, em termo de aposentadoria e tudo. Eu vejo que a saída é a Cooperativa. Ela (COOPERCANASUL) conseguindo se solidificar bem, com um bom movimento, podendo se expandir mais, ela vai poder competir mais, com uma venda melhor.

#### **6.4 Os Discursos Presentes no Setor de Produção de Cachaça Artesanal da Região do Litoral Norte Gaúcho**

A prospecção dos discursos presentes no setor partiu da análise das ações e dos textos dos seus atores. Esses elementos empíricos apresentaram certo grau de confluência que permitiu o delineamento de dois discursos distintos.

Cabe destacar que, a confluência das ações e dos textos presentes em cada um dos discursos, reforça a idéia de que eles exibem características restritivas: a capacidade de determinar o que pode e o que não pode ser dito. Assim, textos podem agir no delineamento e manutenção de determinado discurso, mas também são permitidos por ele. A confluência de ações e textos sinaliza o discurso que possibilita essa mesma confluência.

Quando analisadas as evidências empíricas do setor de cachaça artesanal da região em estudo foi possível relacionar algumas questões freqüentes entre os seus atores, tais como: o desenvolvimento de uma pretensa cachaça de referência através da distinção do produto artesanal; o posicionamento da cachaça gaúcha como um produto de qualidade reconhecida; a especialização do produto a fim de atingir maior valor agregado e novos nichos de mercado; as dificuldades de comercialização enfrentadas pela cachaça artesanal, os malefícios associados ao consumo do derivado alcoólico, os benefícios de outros derivados da cana-de-açúcar (açúcar mascavo, melado, rapadura etc.) e a necessidade de diversificação da produção de derivados de cana-de-açúcar com o objetivo de aumentar as possibilidades de renda dos produtores rurais. Essas questões revelaram dois discursos distintos no setor:

- Ações e textos confluentes com a busca pela ampliação do mercado consumidor da cachaça artesanal produzida por um número restrito de organizações. Esse discurso é delineado pelas ações, textos do GAG, da APRODECANA e do SEBRAE.
- Ações e textos confluentes com a necessidade de diversificação da produção de derivados de cana-de-açúcar na região em estudo. Esse discurso é delineado pelas ações e textos de alguns atores que compõem o setor: a COOPERCANASUL, a EMATER/SAP, o SEBRAE, a Prefeitura Municipal e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio da Patrulha.

O primeiro discurso exibiu ações e textos, rotineiros e especializados, que visam distinguir o produto cachaça artesanal no setor. Essa distinção busca posicionar o produto

frente às cachaças industriais e abrir espaço de mercado para garantir a sobrevivência de um produto: cachaça de alambique. Outras possibilidades são exploradas pela especialização da cachaça, o que resultaria em um maior valor agregado para o produto e a conquista de novos nichos de mercado: consumidores do sexo feminino, principalmente através dos licores, e de alto poder aquisitivo, cuja preferência gira em torno das cachaças especiais e envelhecidas.

Evidentemente que a possibilidade de atingir esse público está diretamente relacionada com a construção de uma nova imagem para o produto cachaça. Essa imagem vem sendo construída por textos rotineiros que exaltam a qualidade da cachaça artesanal e identificam o derivado de cana-de-açúcar como um produto genuinamente brasileiro cuja tradição de produção está fortemente atrelada à própria história do Brasil. Brasil colônia e escravocrata sim, mas isso não vem ao caso nos textos coletados.

Além das ações de ampliação de mercado, as organizações pertencentes ao GAG demonstraram preocupação em manter os nichos tradicionais de consumo do derivado, para isso desenvolveram cachaças brancas que possuem um baixo custo de produção. Segundo um dos entrevistados,

**EAF – 1:** é uma linha mais popular [...] é uma cachaça destilada branca mais pra caipirinha. A gente compararia ela com cachaças mais populares tipo Velho Barreiro e 51. A gente conseguiu uma redução de custo de produção nela pra gente poder puxar o preço mais pra baixo.

Essas organizações, também inovaram em outros serviços, como a customização da cachaça: os bares especializados em cachaça (cachaçarias) criam linhas de produto com os produtores de cachaça artesanal. Essa cachaça é produzida e engarrafada pelo alambique e identificada com o rótulo da cachaçaria.

Quanto ao posicionamento da cachaça gaúcha como um produto de qualidade reconhecida, os atores desenvolvem ações em duas frentes: a regionalização do produto, justificada pelas características climáticas do estado, fato que, supostamente, distinguiria a produção do derivado a partir da cana-de-açúcar proveniente do sul do país, e a “formalização” da qualidade da cachaça produzida em alambiques que atendem ao Regulamento de Avaliação da Conformidade da Cachaça (RACC) do INMETRO.

As ações e textos que permeiam esse discurso envolvem um conjunto de atores que estão articulados para posicionar a cachaça artesanal como um produto rentável para as suas organizações. Esses atores mostraram-se distantes da realidade da maioria dos produtores de cachaça artesanal, inclusive pelo fato de tratarem a cachaça como uma possibilidade de renda

adicional a outros empreendimentos. Na pesquisa de campo foi possível identificar empresários que, além do produto artesanal, comercializam cachaça industrial e/ou outros produtos e serviços, como o malte para fabricação de uísque, áreas de visitação, parques de lazer ligados a produção rural etc. Assim como, empresários que desenvolvem atividades paralelas, alheias a produção rural de cana-de-açúcar.

Esses atores tratam a questão da informalidade como um obstáculo a ser superado. Os alambiques informais são considerados, assim como os grandes alambiques industriais, concorrentes diretos do GAG.

As evidências coletas no campo revelaram outro conjunto de atores que compõem outro discurso do setor. As ações e textos desses atores partem de relações muito mais próximas aos alambiques informais, em sua maioria da agricultura familiar.

Esse discurso foi delineado por ações e textos que demonstraram convergência nas seguintes questões: as dificuldades de comercialização da cachaça artesanal, os malefícios associados ao consumo do derivado alcoólico, os benefícios de outros derivados da cana-de-açúcar (açúcar mascavo, melado, rapadura etc.) e a necessidade de diversificação da produção de derivados de cana-de-açúcar com o objetivo de aumentar as possibilidades de renda dos produtores rurais.

A COOPERCANASUL, a EMATER/SAP, a Prefeitura Municipal e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio da Patrulha demonstraram interesse no desenvolvimento de ações para a ampliação da exploração de outros derivados de cana-de-açúcar. Esses atores exibiram certa consonância com as demandas das comunidades em que estão inseridos ao abordarem a diversificação produtiva como possibilidade de sobrevivência para os alambiques que se encontram em dificuldade.

As entrevistas realizadas com os produtores informais identificaram a COOPERCANASUL como a única alternativa para a venda formalizada de cachaça artesanal. Esses informantes atribuíram a proibição de emissão de nota fiscal de produtor rural para bebidas alcoólicas um dos principais motivos para o fechamento de muitos dos alambiques de Santo Antônio da Patrulha. Para eles, essa questão legal pode ser resolvida pela formalização do alambique, o que julgaram inviável pelo alto custo de investimento, ou venda da garapa (insumo para a fabricação de cachaça) para a Cooperativa.

Apesar da distinção entre as ações e textos que confluem para a delimitação de cada discurso, eles não são contraditórios, e por vezes apresentam uma dinâmica conjunta, como foi percebido pelas ações e textos do SEBRAE no âmbito das duas formações discursivas. Essa instituição apoiou a constituição do GAG e as ações desenvolvidas pelo Grupo em

parceria com a APRODECANA através do APL de cana-de-açúcar e derivados. Por sua vez, apoiou ações da COOPERCANASUL, como a participação em processos licitatórios, e o projeto setorial Puro Engenho que contou com a participação dessa Cooperativa.

A COOPERCANASUL foi constituída como um centro de padronização de cachaça: centralizava a recepção do insumo produzido pelos produtores rurais do município de Santo Antônio da Patrulha, efetuava a padronização química da cachaça, fracionava e comercializava o produto. A criação dessa Cooperativa foi uma ação conjunta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha e alguns alambiques do município que pertencem ao GAG.

Essa mobilização, apoiada na tradição da cachaça de Santo Antonio da Patrulha, buscou organizar os produtores da região Litoral Norte do estado, entretanto, foi possível perceber outro interesse nessa ação. A organização dos produtores informais e padronização da cachaça por eles produzida representavam a possibilidade de desenvolver um grande fornecedor do derivado na região.

Todavia, apesar dos benefícios fiscais concedidos à Cooperativa, o fato de trabalhar com um derivado alcoólico trouxe outros encargos que acabaram impactando diretamente na comercialização do produto, como por exemplo, o selo do Imposto Sobre produtos Industrializados (IPI). Segundo declarou o presidente da Cooperativa, o IPI custa R\$ 1,01 por garrafa de 700ml, preço equivalente de muitas cachaças industriais. Além desse fator, o informante declarou a existência de alambiques, formais e informais, que compram a “água-fraca”, sobra de cachaça industrial de São Paulo, para misturar a sua produção. Essa cachaça “batizada” é fracionada e vendida como cachaça artesanal de Santo Antônio da Patrulha. Essas questões comprometeram o preço praticado pela Cooperativa e inviabilizaram a venda da cachaça.

Assim, a Cooperativa passou a receber o melado proveniente dos produtores rurais e transformá-lo em outros produtos: rapadura, açúcar mascavo e melado batido etc., o que foi justificado pelas melhores condições de mercado desses derivados e maior apoio governamental, visto que se trata de produtos alimentícios. Apesar disso, a maioria dos associados da Cooperativa permanece produzindo e vendendo cachaça diretamente para o consumidor final, que busca o produto no alambique. Segundo informações coletadas, essa prática permite uma melhor remuneração para a atividade, se comparado ao preço pago pela Cooperativa.

A pesquisa de campo revelou, também, que os alambiques informais respondem por parte da produção das organizações formalizadas, entre elas alguns alambiques pertencentes

ao GAG. Estas empresas encomendam a cachaça artesanal para o alambiqueiro de Santo Antônio da Patrulha e se responsabilizam pela retirada do produto na propriedade rural. Depois, são realizados procedimentos de padronização química, envase e comercialização da cachaça com a marca do comprador. Nesse caso, o produtor também é pressionado por preço, contudo a venda é garantida, diferentemente da Cooperativa que depende da efetivação da venda para pagar o produtor. Segundo dois entrevistados, que produzem cachaça na informalidade e vendem a maior parte dessa produção a outros alambiques: **EAI – 1 e 2:** “essa venda apresenta vantagens porque não há risco de permanecer com o produto estocado, a mercê de uma possível fiscalização, ou se arriscar na distribuição do produto pela região (faz referência a fiscalização dos veículos de carga sem nota)”.

As evidências do campo levam a considerar que a informalidade é um bom negócio para algumas organizações do setor. Fato que corrobora na afirmação de que apesar dos discursos apresentam aspectos distintivos, certas distinções desempenham um papel essencial na constituição e preservação do discurso, ou seja, no delineamento do processo de estruturação do setor.

## **6.5 O Processo de Estruturação do Setor de Produção de Cachaça Artesanal da Região do Litoral Norte Gaúcho**

O processo de estruturação, quando analisados sob o enfoque do modelo de “fluxos institucionais” proposto por Tolbert e Zucker (1999), parece transitar entre a inovação e a habitualização. As autoras afirmam que os novos arranjos jurídicos, as forças de mercado e as mudanças tecnológicas conduziram as organizações a inovar; contudo, as evidências do campo demonstraram a articulação das organizações a fim de compor uma legislação e inovações favoráveis aos seus propósitos. Assim, a inovação pode partir das ações de alguns atores sociais sobre a estrutura que atinge a todo o setor.

As articulações em torno da distinção legal da cachaça artesanal e da superioridade dos produtos certificados pelo INMETRO representam ações que podem resultar em restrições para a maioria dos produtores de cachaça artesanal. Essas restrições atingiriam todo um grupo de organizações cuja produção de cachaça não estaria dentro de parâmetros pré-determinados.

No mesmo sentido estão os avanços tecnológicos; estes quando tratados pela APRODECANA e GAG focam a utilização de variedades adequadas de cana, ação que, supostamente, garantiria a qualidade da cachaça. Entretanto, vincular o produto a um tipo de

insumo, considerando que há inúmeras qualidades de cana no estado, pode restringir a produção daqueles que não possuem acesso as mudas ditas adequadas.

**EAF – 2:** Todo o destilado, e não é só no Brasil, é no mundo todo [...] sofre um processo de aprimoramento, isso também tá acontecendo aqui no Brasil, esse desenvolvimento tecnológico [...]. Isso vai desde o desenvolvimento de variedades de cana adequadas [...] um processo bastante amplo e que a gente tá procurando afunilar ele na direção da qualidade, da qualificação.

A habitualização ou pré-institucionalização tratada por Tolbert e Zucker (1999, p. 206) traz elementos importantes para a compreensão da tentativa de estruturação do setor. Segundo as autoras, no estágio de pré-institucionalização são criados arranjos estruturais a fim de responder aos problemas específicos de um grupo de organizações: “um conjunto circunscrito de organizações similares, possivelmente organizações interconectadas, que enfrentam circunstâncias similares”. Essa afirmação vem de encontro com a própria ação de criação do GAG.

Esses apontamentos corroboram a crítica que se faz a Teoria Institucional, na ênfase que esse corpo teórico dedica ao ambiente detentor de padrões de legitimidade. Segundo os teóricos institucionalistas, as organizações trabalham para incorporar padrões legitimados a fim de garantir sua sobrevivência, o que leva a conseqüente cristalização de práticas e formas organizacionais dentro de contextos institucionalizados. O que se percebeu no campo empírico foram atores em interação no delineamento de um processo de estruturação.

Assim, o processo de estruturação refere-se a analisar como são produzidas e reproduzidas as ações dos atores, que se apóiam em estruturas (regras e recursos) recursivamente implicados na reprodução de sistemas sociais. Conforme a Teoria da Estruturação proposta por Giddens (2009), esse é o caráter dual das estruturas na configuração da ação: habilitação e constrangimento das ações dos atores sociais.

Devido ao caráter abstrato da teoria giddesiana, o que dificulta a sua aplicação empírica, a pesquisa buscou o apoio teórico-metodológico da AD. A partir dessa perspectiva, o processo de estruturação do setor pode ser evidenciado pelas práticas discursivas dos atores envolvidos. Essas práticas são expressas em ações e textos que animam determinado discurso: as ações que produzem textos amplamente disseminados e consumidos; e, textos produzidos a partir de posições que lhes garantam difusão e/ou subsidiem a geração de outros textos através dos gêneros, estilos e/ou estratégias de referência (aportes de textos e discursos estabelecidos

e legítimos no setor). Essas características demonstraram garantir maior aderência a um dos discursos que perpassa o setor de cachaça artesanal.

Nesse sentido, as ações e textos da APRODECANA, GAG e SEBRAE são indicativos de um processo de estruturação do setor de cachaça artesanal da região em estudo. Esses atores buscam desenvolver uma forma organizacional própria através de um “trabalho institucional”. Segundo DiMaggio (1988), esse “trabalho institucional” visa estabilizar a estrutura das formas organizacionais. Para isso, os atores produzem novas áreas de *expertise*, classificam novos produtos e serviços como qualitativamente diferentes e evocam a demanda de consumidores potenciais: os atores buscam pela distinção do seu produto, cachaça artesanal.

O GAG age como “empreendedor institucional” (DiMAGGIO, 1988). Esse Grupo demonstrou possuir interesses específicos sobre o desenvolvimento do setor de cachaça artesanal e recursos disponíveis para explorar as oportunidades de alcançá-los, assim desempenham um verdadeiro “projeto institucional” (DiMAGGIO, 1988) através das suas ações e textos.

Os dados empíricos revelaram as articulações estratégicas entre APRODECANA, GAG e SEBRAE no desenvolvimento de ações que objetivam a ampliação de mercado das cachaças artesanais do GAG. Para DiMaggio (1988), os interesses dos empreendedores institucionais são apoiados pela mobilização de “atores coadjuvantes” que tem a ganhar com o sucesso do projeto de institucionalização. Nesse sentido estão a APRODECANA e SEBRAE.

A APRODECANA comporta entre os seus associados um grupo de organizações que possui interesses comuns e recursos para o desenvolvimento de ações específicas dentro do setor. Esse grupo, apesar de possuir interesses distintos dos demais associados (produtores de outros derivados de cana-de-açúcar), justifica a própria existência da Associação como entidade representativa do setor e canalizadora de políticas públicas disponíveis.

Esse grupo de organizações realizou sucessivas articulações dentro do setor a fim de se distinguir das demais organizações e se mostrar apto a desempenhar um dos projetos setoriais coordenados pelo SEBRAE: Grupo Alambiques Gaúchos. As características desse grupo se mostraram condizentes com os propósitos do projeto setorial e as estratégias desenvolvidas pelo SEBRAE: projeto de curta duração que enfatiza ações pontuais, e porque não, restritas e superficiais, mas que garantam certo êxito para a entidade coordenadora.

**EOF/R – 6:** [...] é um Grupo (GAG) que já tá mais pra mercado do que pra parte técnica. Se tu for, hoje, nessas empresas, tu vai verificar que a estrutura física de



técnicas de armazenagem e produção, isso é muito bem dominado, bastante dominado e tranquilo, e são referências a nível nacional em termos de produção de qualidade e tudo mais, inclusive, com concursos internacionais [...]. São produtos de qualidade bastante elevada, no entanto, o aspecto mercadológico é onde é a principal dificuldade. Então, é um grupo que, hoje, se trabalha quase que, exclusivamente, mercado, com participação em feiras, em questões estratégicas junto a Câmara Setorial, em estratégias de divulgação aqui no estado [...].

Esse projeto atendeu aos interesses específicos de algumas organizações do setor, contudo apresentou resultados positivos quanto às ações coordenadas pelo SEBRAE no âmbito do setor de cachaça artesanal do estado, o que justificou a aplicação dos recursos disponibilizados através dessa entidade.

Em linhas gerais, esse projeto setorial se propõe a desenvolver o setor como um todo através de ações voltadas aos interesses específicos de ampliação de mercado de um grupo de organizações. Essas organizações se apóiam no projeto setorial a fim de buscar por uma posição que lhes garanta voz no setor, o que lhes permitiria falar em nome de outros atores, concentrando as demandas dos produtores de cachaça artesanal do estado e gerindo as formas de acesso as políticas públicas por meio dos parâmetros organizativos que, aparentemente, aumentariam as chances de êxito dos programas setoriais. Esses atores buscam vincular o desenvolvimento do setor a determinadas formas e práticas organizacionais. Como, por exemplo, a busca de uma definição legal para o produto cachaça artesanal, onde estariam descritos o processo produtivo e as características físico-químicas da legítima cachaça brasileira e o reconhecimento da Certificação de Qualidade emitida pelo INMETRO como um dos atributos necessário ao reconhecimento da qualidade da cachaça.

DiMaggio (1988) afirma que, além dos empreendedores institucionais e atores coadjuvantes (interessados centrais), o projeto de institucionalização demanda constituintes externos com os quais os interessados centrais necessitam barganhar por suporte.

Nesse sentido, as ações e textos da APRODECANA e GAG estão amparados por articulações estratégicas com atores que possuem posição privilegiada no setor, como: SEBRAE, IBRAC, INMETRO etc. Essa aproximação busca estabilizar as suas ações e ganhar legitimidade no setor de produção de cachaça artesanal. O que lhes permite produzir texto de grande disseminação e consumo no setor.

Além desse discurso, que é gerido pelas ações e textos da APRODECANA, GAG e SEBRAE, há um discurso delineado a partir de ações e textos confluentes com a necessidade de diversificação da produção de derivados de cana-de-açúcar na região em estudo. Os atores que animam esse discurso estão próximos a grande massa de alambiques de cachaça artesanal

da região: a COOPERCANASUL, a EMATER/SAP, o SEBRAE, a Prefeitura Municipal e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio da Patrulha.

O discurso que se destaca no setor não considera outros interesses a não ser aqueles perseguidos por suas organizações, todavia essa formação depende da existência da outra para a sua própria manutenção. Nesse sentido, a maioria das ações e textos da APRODECANA, GAG e SEBRAE enfatizam as desvantagens da cachaça que é produzida na informalidade, mas declaram que a falta de apoio a suas reivindicações será motivo para que muitos alambiques deixem de trabalhar na formalidade.

Por sua vez, alguns entrevistados declararam a existência de alambiques informais que produzem cachaça de qualidade e que estariam aptos a fornecer o produto para os alambiques formalizados. Um dos entrevistados afirmou que o fato de comprar a cachaça desses produtores para distribuir sob as suas marcas representa uma forma de “ajuda” a esses produtores.

**EAF – 4:** [...] eu compro a cachaça deles, a maioria, mas eles fazem como eu quero, da maneira como eu quero. [...] então, eu tenho uns 5 ou 6 alambiques que dependem de mim. [...] eles (alambiques informais) têm qualidade de cachaça [...] só que eles não conseguem despachar porque o problema é a comercialização

Essa afirmação leva a crer que a informalidade, também, é um aspecto importante a ser mantido no setor, visto que representa possibilidades de ganho para as organizações formais e estabelece uma condição de dependência que vem sendo construída no decorrer do processo de estruturação.

Concomitantemente, a diversificação de produção é defendida como forma de garantir a sobrevivência do produtor rural. Um dos produtores informais expôs que devido a fabricação de rapadura, que agora era formalizada (o entrevistado mostra com orgulho o alvará que estava exposto no local) ele não tinha cana para atender ao pedido de compra de cachaça por parte de um dos alambiques pertencentes ao GAG. Para ele, a produção de cachaça artesanal dentro da pequena propriedade rural está com os dias contados.

A questão da necessidade de diversificação da produção dos derivados de cana-de-açúcar foi reconhecida nas entrevistas realizadas com os representantes da APRODECANA, do GAG e do SEBRAE. Todavia, esses atores colocam essa questão como alternativa ao crescente êxodo rural, problema, que para eles, não possui relação com o setor de cachaça artesanal.

O campo revelou dois enfoques para o produto cachaça. No discurso propagado pela APRODECANA, GAG e SEBRAE a cachaça artesanal é um produto potencial para distinguir um grupo de organizações específicas. Assim, esses atores buscam criar condições favoráveis para o desenvolvimento de suas ações de ampliação de mercado.

Por sua vez, a COOPERCANASUL, a EMATER/SAP, o SEBRAE, a Prefeitura Municipal e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio da Patrulha buscam preservar o setor de cana-de-açúcar do município através da diversificação produtiva. Para eles a cachaça artesanal é uma das possibilidades de produção a partir da cana.

Cabe salientar que entre os discursos prospectados transita as ações e textos do SEBRAE, que justifica a existência de projetos setoriais distintos de acordo com públicos específicos. Entretanto, os alambiques informais não estão contemplados por esses projetos, ou seja, não representam públicos potencializadores dos projetos desenvolvidos pela entidade.

**EOF/R 6:** [...] o informal o APL não trabalha. Hoje, não tem plano de ação pra eles. Como o projeto (APL) já tinha os seus públicos no início dele, ele não tinha captação de empresas que estavam na informalidade pra trazer pra formalidade. [...] Então, nós tínhamos uma cooperativa, que tinha um número X de associados e que um objetivo era o de incluir produtores na cooperativa [...] onde, alguns estavam informais, outros tavam formais, outros eles queriam apenas um canal a mais de comercialização. Então, essa questão de um outro grupo de informais que existe, existe com certeza [...] no entanto, o projeto não se propunha a estudar esse lado. Então, esse pessoal, apesar da existência e de, com certeza, influenciar bastante na comercialização do formalizado, ele não é objeto de estudo pra este projeto (APL).

O setor de cana-de-açúcar e derivados apresentou oportunidades para o desenvolvimento dos APL's coordenado pelo SEBRAE; assim essa entidade criou projetos setoriais específicos de acordo com os públicos a serem atingidos, ou melhor, interesses específicos de cada grupo de organizações.

A interdiscursividade está nos pontos de convergência entre os discursos e a busca de estabilização para um discurso proeminente dentro do setor. Essa tentativa de estabilização é desenvolvida por atores que buscam o apoio de outros discursos estabelecidos e produzem estrategicamente textos amplamente consumidos e distribuídos no setor. Esses textos são capazes de deixar traços no discurso que habilita e constringe as ações e textos do setor.

Assim, o processo de estruturação do setor de produção de cachaça artesanal na região Litoral Norte do Rio Grande do Sul vem sendo delineado por dois discursos distintos. Um discurso que se destaca em que um conjunto de atores, que detém interesses específicos e recursos dentro do setor, desenvolve ações estratégicas para se distinguirem das demais

organizações através do produto cachaça artesanal; e, um discurso em que um conjunto de atores busca minimizar a relação de dependência dos informais e garantir a sobrevivência dos produtores rurais através do desenvolvimento de alternativas de produção para a região em que estão inseridos.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa bibliográfica proporcionou a determinação do arcabouço teórico utilizado: Teorias Institucional e da Estruturação sobre o enfoque da Análise de Discurso. Esse arcabouço através das proposições teóricas do modelo discursivo de institucionalização proposto por Phillips et al. (2004) permitiu considerar as ações e textos dos atores do setor de cachaça artesanal da região em estudo como elementos de análise empírica.

O presente trabalho foi realizado mediante a utilização parcial desse modelo, a fim de analisar e compreender os sinais indicativos do processo que precede a institucionalização. O referido modelo possui 7 proposições teóricas que buscam contemplar todo o processo de institucionalização, esse esforço teórico ainda carece de comprovação empírica.

No Brasil, Amaral Filho e Machado-da-Silva (2006) desenvolveram uma nova versão para a proposta dos autores Phillips et al. (2004). Os estudiosos brasileiros afirmam que, apesar de considerar conceitualmente a variável tempo, o modelo discursivo de institucionalização proposto por Phillips et al. (2004) não lhe dá a ênfase necessária. Outrossim, que esse modelo não aborda o caráter interpretativo do agente, questão central que permeia os trabalhos desses autores, em particular o de Machado-da-Silva.

Nesse novo modelo, Amaral Filho e Machado-da-Silva (2006) afirmam que um discurso alterado no tempo poderia (ou não) apresentar respostas diferentes, ou ainda, poderia haver respostas diferentes para discursos que são similares ou mesmo inalterados. Contudo, assim como o modelo original, carece de trabalhos empíricos a fim de qualificar as formulações propostas.

Dentro do escopo deste trabalho, o modelo discursivo de institucionalização proposto por Phillips et al. (2004) sinalizou a confirmação da suposição de pesquisa, destacando as ações e textos indicativos do processo de estruturação do setor de cachaça artesanal da região do Litoral Norte gaúcho. Contudo, se faz necessário o desenvolvimento de estudos futuros que contemplem outros elementos que agem na estruturação do setor, como por exemplo, aqueles indicados por Tolbert e Zucker (1999): mudanças tecnológicas, legislação forças do mercado.

Nesse sentido cabe destacar um elemento novo que emergiu durante o desenvolvimento da pesquisa e que pode representar uma nova tentativa de estruturação para o setor: o processo de zoneamento agrícola da cana-de-açúcar para o Rio Grande do Sul.

Esse processo despertou o interesse das indústrias Noroesthe Bionérgica S.A (Norobios) e Braskem. A partir desse processo o Rio Grande do Sul tornou-se apto ao plantio de cana-de-açúcar em grande escala e entrou para o rol de estados fornecedores desse insumo para a produção de etanol.

A fim de viabilizar o zoneamento do estado, essas indústrias se articularam com Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO) e EMATER. O que de fato resultou na efetivação do zoneamento desde o ano de 2009.

O zoneamento parece estar amparado sob o discurso do desenvolvimento do setor através das atividades relacionadas com a produção de etanol e o aumento das possibilidades de crédito para os produtores de cana-de-açúcar que se encontram em regiões aptas para o plantio. Contudo, não parece problematizar as reais necessidades e impacto para as comunidades locais envolvidas, assim como os seus prováveis desdobramentos para o setor de cana-de-açúcar como um todo. O que justifica a importância do desenvolvimento de estudos futuros sobre esse tema.

A presente pesquisa demonstrou que o processo de estruturação está sendo delineado pelas ações e textos da APRODECANA, do GAG e do SEBRAE, que buscam ampliar o mercado consumidor da cachaça artesanal produzida por um número restrito de organizações (GAG). Para isso, mobilizam recursos no desenvolvimento de ações dentro do setor, essa mobilização propicia a produção de textos altamente disseminados e consumidos.

Os recursos disponibilizados por esses atores permitem o desenvolvimento de ações abrangentes e acesso a organizações que discutem as políticas públicas para o setor, como: a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Cachaça, colegiado externo do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC). Destarte, o processo de estruturação representa a tentativa da criação de um ambiente favorável para o desenvolvimento de um “projeto de institucionalização” (DiMAGGIO, 1988): articulação com os atores coadjuvantes e negociação de suporte junto aos constituintes externos.

A APRODECANA, o GAG e o SEBRAE trabalham a questão da cachaça artesanal diferentemente daqueles atores que se encontram próximos as comunidades que concentram a grande maioria dos alambiques. Cabe destacar que, apesar do GAG localizar suas ações na região Litoral Norte do estado, principalmente em Santo Antônio da Patrulha, a maioria das organizações não produz na região. O que permite deduzir que as ações identificadas com o

tradicional município de produção de cachaça representam um dos artifícios legitimadores do Grupo.

Outrossim, a maioria das organizações pertencentes ao GAG não se dedicam exclusivamente a produção do destilado artesanal. Inclusive, há relatos de que poucos produzem o derivado, ou seja, trabalham apenas como envasadores e distribuidores do produto. Para esse Grupo, a cachaça artesanal é um produto potencial que pode garantir a sua distinção das demais organizações.

Por sua vez, para o SEBRAE, a EMATER/SAP, a COOPERCANASUL, a Prefeitura Municipal e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio da Patrulha, a cachaça representa uma possibilidade de produção. Entretanto, em virtude das dificuldades enfrentadas pelo setor, pode ser perfeitamente substituída a fim de garantir a sobrevivência dos produtores rurais do município de Santo Antônio da Patrulha e arredores.

As ações e textos desses atores, apesar de menos contundentes, são essenciais para a manutenção do discurso que se destaca no setor. Essas ações, implícita ou explicitamente, reafirmam a impossibilidade de produzir cachaça artesanal dentro dos parâmetros tradicionais que caracterizam a maioria dos alambiques da região de Santo Antônio da Patrulha. Nesse sentido, os atores do setor sofrem grande pressão do processo de estruturação que vem sendo delineado e são compelidos a optar pela informalidade ou diversificação. No primeiro caso, estariam condicionados a fornecer cachaça artesanal aos alambiques formais, pertencentes ou não ao GAG, o que contribuiria para consolidar a relação de dependência entre as organizações. A opção pela diversificação direcionaria os alambique informais a trabalharem através da Cooperativa, que tem se posicionado favoravelmente à essa estratégia, o que representaria uma alternativa de sobrevivência ao pequeno produtor rural que se dedica a cultura de cana-de-açúcar. Setor que desde o surgimento do primeiro povoado na região, representa a principal atividade da população patrulhense.

A pesquisa de campo revelou as relações desiguais de forças entre os atores que compõem o setor. Desse modo, alguns atores se destacam no setor e através do desenvolvimento de ações estratégicas em prol dos seus interesses direcionam a construção de um processo de estruturação.

Através dos projetos setoriais, o SEBRAE se faz presente nas articulações dos atores que respondem pelo delineamento das duas formações discursivas identificadas. Esses projetos buscam atender a públicos específicos por meio do desenvolvimento de ações pontuais dentro do setor. Essas ações estão atreladas ao desenvolvimento de políticas públicas

e a captação de recursos disponíveis a serem canalizados de acordo com os seus focos de interesse.

Mas afinal, o que interessa a essa entidade? As informações do campo empírico indicam que o SEBRAE está focado na gestão e condicionamento da aplicação das políticas públicas disponíveis em grupos de interesses que possam garantir o sucesso dos seus projetos setoriais, o que garante a sua posição como organização representativa e de fomento.

A principal contribuição teórica desta pesquisa está na demonstração de que o processo de institucionalização deve considerar as ações e textos dos atores envolvidos no processo de estruturação.

Como contribuições práticas, à luz das contribuições teóricas e dos resultados apresentados, esta pesquisa apresenta *insights* que podem ser úteis sobre as possibilidades de um eminente processo de institucionalização do setor. E assim, construir uma legitimidade limitada ao atendimento de alguns propósitos específicos, acarretando em um enrijecimento nas relações entre os atores que, seguramente, trará implicações, econômicas, sócio-culturais e organizativas para a totalidade dos atores envolvidos, representando um “risco” a demandas mais particulares das comunidades onde se inserem as organizações. Nesse sentido, concordo com a afirmação de DiMaggio (1988) de que a institucionalização é um processo caro que demanda alto grau de interesse e agência por parte dos empreendedores institucionais, mas acrescento que também é caro para aqueles que não disponibilizam dos mesmos recursos, visto que seus discursos ficam submersos, restritos e sob risco de exclusão.

Perceber o delineamento desse processo de estruturação e as possíveis conseqüências para o setor de cachaça artesanal permitiu desvelar relações construídas a partir de interesses específicos de algumas organizações. Essa pesquisa se propõe a alertar sobre esse processo e, quiçá, colaborar para a construção de políticas públicas menos tendenciosas que considerem aspectos alheios a lógica econômica promovida pelos agentes econômicos hegemônicos do setor. E assim, contribuir para o crescimento econômico e social dos atores envolvidos e locais em que estão inseridos.



## REFERÊNCIAS

ALAMBIQUES GAÚCHOS. *Web site institucional*. Disponível em: <<http://www.alambiquesgauchos.com.br>> Acesso em: 10 de fev. 2009.

AMARAL FILHO, R. G. do; MACHADO-DA-SILVA, C. L. Estratégia e teoria institucional: uma proposta discursiva de integração. In: ENANPAD, 30, 2006, Salvador. **Anais**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BEBIDAS. *Web site institucional*. Disponível em: <<http://www.abrabe.org.br>>. Acesso em: 10 abr. 2009.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO LITORAL NORTE. *Web site institucional*. Disponível em: < <http://www.litoralnorters.com.br/amlinorte/index.asp> > Acesso em: 17 dez. 2009.

ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL E ASSOCIAÇÃO SULINA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL. *Web site institucional*. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br>>. Acesso em: 10 jun. 2009.

ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL E ASSOCIAÇÃO SULINA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL. **Relatório de Atividades (2008)**. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br>>. Acesso em: 10 jun. 2009.

BARLEY, Stephen R.; TOLBERT, Pamela S. Institutionalization and Structuration: Studying the Links between Action and Institution. **Organization Studies**, v. 18, n.1, p. 93-117, 1997.

BEIRÃO. Nirlando. Cachaça: A nobreza (nem sempre compreendida) de uma bebida made in Brasil. **Revista Brasileiros**, São Paulo, n.30, p. 38-41, jan. 2010.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 30 ed. Petrópolis: Vozes, 2009 [publicado originalmente em 1973].

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean Claude; PASSERON, Jean Claude. **O ofício de sociólogo**: metodologia da pesquisa na sociologia. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOWRING, Michele. De/constructing theory: a look at the institutional theory that positivism built. **Journal of Management Inquiry**, 9(3), p. 258-75, sept. 2000.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *Web site institucional*. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 01 ago. 2009.

CACHAÇA Artesanal. **Estudo de Mercado Sebrae/ESPM**. Série Mercado. Set. 2008.

CÂMARA, Marcelo. **Cachaça: prazer brasileiro**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

CHAUI, Marilena. Para que Filosofia? In: \_\_\_\_\_. **Convite à Filosofia**. 13 ed. 2 impr. São Paulo: Ática, 2005.

COMMONS, J. R. Institutional economics. **American Economic Review**, v. 21, nº 4, p. 648-57, dec. 1931.

DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. **Handbook of Qualitative Research**. London: Sage Publications, 2000.

DiMAGGIO, Paul J., Interest and Agency in Institutional Teory. In: ZUCKER, L. G. **Institutional Patterns and Organizations**. Ballinger: Cambridge, Mass., 1988.

DIMAGGIO, Paul J. Construcción de un campo organizacional como um proyecto profesional: los museos de arte de los Estados Unidos, 1920-1940. In: POWELL, W., DiMAGGIO, P. **El nuevo institucionalismo em el análisis organizacional**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1999.

DiMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. Retorno a La jaula de hierro: el isomorfismo institucional y La racionalidad coletiva em los campos organizacionales. In: POWELL, W., DiMAGGIO, P. **El nuevo institucionalismo em el análisis organizacional**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1999 [publicado originalmente em 1983].

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Web site institucional**. Disponível em: < <http://www.embrapa.br/>> Acesso em: 30 abr. 2010.

EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DE ANIMAIS, MÁQUINAS, IMPLEMENTOS E PRODUTOS AGROPECUÁRIOS. **Web site institucional**. Disponível em: < <http://www.expointer.rs.gov.br/siteexpo/>> Acesso em: 30 abr. 2010.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2008.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 2007.

GIDDENS, Anthony. A constituição da sociedade. 3ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009 [publicado originalmente em 1984].

HODSON, G. M. Thorstein Veblen and post-Darwinian economics. **Cambridge Journal of Economics**, 16, 285-301, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DA CACHAÇA. **Web site institucional**. Disponível em: <<http://ibrac.net/>> Acesso em: 01 set. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Web site institucional.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 17 dez. 2009.

JEPPERSON, Ronald L. Instituciones, efectos institucionales e institucionalismo. In: POWELL, W., DiMAGGIO, P. **El nuevo institucionalismo em el análisis organizacional.** México: Fondo de Cultura Econômica, 1999.

MACHADO-DA-SILVA, Clóvis L.; FONSECA, Valéria Silva da; CRUBELLATE, João Marcelo. Estrutura, agência e interpretação: elementos para uma abordagem recursiva do processo de institucionalização. **Rev. adm. contemp.**, 2005, vol.9, no.spe1, p.9-39.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso.** Campinas: Pontes, 1997.

MARROT, Rodrigo. Alcoolismo: Transtornos relacionados por semelhança ou classificação. **Psicosite**, Rio de Janeiro, 15 out. 2004. Disponível em <<http://www.psicosite.com.br/tra/drg/alcoolismo.htm#asp%20gerais>> Acesso em: 17 dez. 2009.

MERRIAN, S. B. **Qualitative Research and Case Study Applications in Education.** San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1998.

**PAMPAS ONLINE.** Disponível em: <[http://www.pampasonline.com.br/rgsul\\_litoral\\_norte.htm](http://www.pampasonline.com.br/rgsul_litoral_norte.htm)> Acesso em: 07 dez. 2009.

PECI, Alketa; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; CLEGG, Stewart R. A construção do "Real" e práticas discursivas: o poder nos processos de institucionaliz(ação). **Rev. adm. contemp.**, set. 2006, vol.10, no.3, p.51-71.

PEREIRA, Luís Fernando. **Confira a diferença entre etanol e metanol.** Disponível em: <<http://vestibular.uol.com.br/ultnot/resumos/ult2767u12.jhtm>>. Acesso em: 12 jun. 2009.

PHILLIPS, N.; LAWRENCE, T.B.; HARDY, C. Discourse and institutions. **Academy of management Review**, v. 29, p. 635-52, 2004.

PHILLIPS, Nelson. **Contact from Brazil.** Mensagem pessoal. Mensagem recebida por <elieti\_fernandes@hotmail.com> em 25 nov. 2009.

RIO GRANDE DO SUL. **Conheça o estado.** Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>> Acesso em: 10 jan. 2010.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Turismo do Rio Grande do Sul. **Web site institucional.** <<http://www.turismo.rs.gov.br>>. Acesso em: 02 set. 2009.

SAMUELS, W. J. The present state of institucional economics. **Cambridge Journal of Economics**, v. 19, p. 569-90, 1995.

SELZNICK, Philip. **A liderança na administração:** uma interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.

SCOTT, W. R. **Institutions and organizations.** Thousand Oaks: Sage, 2001.

SCOTT, W. R.; MEYER, John W. La organización de los sectores sociales: proposiciones y primeras evidencias. In: POWELL, W., DiMAGGIO, P. **El nuevo institucionalismo em el análisis organizacional**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1999.

SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO RIO GRANDE DO SUL. **Web site institucional**. Disponível em: <<http://www.sebrae-rs.com.br>>. Acesso em: 1 set. 2008.

SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO RIO GRANDE DO SUL. **Sistema de Informação da Gestão Estratégica Orientada para Resultados**. Disponível em: <<http://www.sigeor.sebrae.com.br>>. Acesso em: 10 jun. 2009.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL. **Web site institucional**. Disponível em: <<http://www.senac.br/>>. Acesso em: 15 set. 2008.

SÍNDROME de Dependência do Álcool. Saúde do Futuro. Brasília, 31 mar. 2008. Disponível em: <<http://saudedofuturo.wordpress.com/2008/03/31/sindrome-de-dependencia-do-alcool>> Acesso em: 17 dez. 2009.

SOUZA, Liana E. M. de; FOSSÁ, Maria I. T. Comunicando com Relações Públicas: uma proposta de comunicação estratégica para o fortalecimento organizacional. **Unirevista**, São Leopoldo, v. 1, n.3, jun. 2006. Disponível em: <<http://www.unirevista.unisinos.br/>>. Acesso em: 10 mai. 2010.

TOLBERT, Pamela S.; ZUCKER, Lynne G. A institucionalização da teoria institucional. In: CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. **Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1999.

UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR. **Web site institucional**. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/FAQ/>>. Acesso em: 10 abr. 2009.

ZUCKER, L. G. The role of institutionalization in culture persistence. **American Sociological Review**, v. 42, p. 726-43, 1977.